**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**
**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – GESTÃO DAS CIDADES**

# *RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:*
## *percepções e possibilidades*

**ÁLVARO MIRANDA LEITE RIBEIRO**

**Belo Horizonte**
**2005**

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

**ÁLVARO MIRANDA LEITE RIBEIRO**

# *RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:*

## *percepções e possibilidades*

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Sociais – Gestão das Cidades, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Trabalho e cidade

Orientador: Professor Doutor Antônio Moreira Carvalho Neto

**Belo Horizonte**
**2005**

**Álvaro Miranda Leite Ribeiro**

***Responsabilidade Social Empresarial:***
**percepções e possibilidades**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Sociais – Gestão das Cidades, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

_____

Professor Doutor Antônio Moreira Carvalho Neto (Orientador) – PUC Minas

_____

_____

Belo Horizonte, ..... de ..... de 2005

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por todas as oportunidades que me oferece;

À minha mãe, por me inspirar o desejo de ser útil à sociedade e pelas demonstrações de solidariedade que me deu tantas vezes. Ao meu pai, pelo apoio incondicional em todos os meus projetos, pela confiança e pelo exemplo do trabalho duro e inspirado sempre na ética;

Ao professor Antonio Carvalho Neto, pela orientação forte, objetiva e, ao mesmo tempo, livre e motivadora, essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Carlos Aurélio de Faria, pelas correções e rigor nas discussões, que tanto contribuíram para meu amadurecimento na discussão deste tema; à professora Magda Neves, pelo incentivo e pelas exigências com relação à qualidade do trabalho;

À Fundação Bradesco, por autorizar a realização da pesquisa;

Aos funcionários da Fundação Bradesco de São João Del Rei: Prof. Valdir Bernardes, Maria Zélia Siqueira e, em especial, Marly Gomes, pela disposição em auxiliar-me no oferecimento das condições para realização da pesquisa de campo; aos alunos da escola, que tão prontamente participaram do trabalho;

A Alexandre Miranda, da Organização Bradesco, pela disposição em auxiliar-me nos contatos e na busca pelas informações finais da pesquisa;

Por fim, aos colegas do mestrado, pelas diversas contribuições que me deram ao longo do curso.

*Não tenho ilusões. A lógica empresarial é o lucro, não a solidariedade. Mas de repente há a percepção de que lucro depende de posturas mais éticas e solidárias. Esta é uma conquista da sociedade civil, e as empresas estão tendo que se adaptar*.

Oded Grajew, Instituto Ethos

## RESUMO

Este estudo aborda a Responsabilidade Social Empresarial – RSE - e traz uma avaliação de um projeto social da Fundação Bradesco em São João Del Rei, Minas Gerais. No referencial teórico são tratados fatores que propiciaram a ascensão do movimento de RSE, como a crise do Estado de Bem Estar Social e a emergência do Terceiro Setor, bem como as principais práticas das empresas no que se refere à sua Responsabilidade Social. Também são trazidas as dimensões da ação social das empresas no Brasil e percepções a respeito do assunto na área social. A hipótese que norteou este trabalho é a possibilidade de projetos sociais empresariais serem fatores eficazes de inclusão social. O estudo de caso traz uma avaliação de um projeto social da Fundação citada, para o qual foi criada uma metodologia de avaliação, baseada em contribuições dos autores Cohen e Franco (1993), Roche (2002) e Marino (2003). A metodologia criada se compôs de seis etapas: a formalização e autorização institucional para realização do trabalho; a definição do foco e objetivos da avaliação; a definição do universo e da amostra; a escolha dos indicadores e instrumentos de coleta de dados; a coleta dos dados e análise; e por fim, a elaboração do relatório final e divulgação dos resultados. A percepção do público-alvo foi fortemente levada em consideração neste estudo, e o impacto do projeto avaliado é positivo. Porém, ainda detém algumas lacunas que requerem atenção e adequação de políticas, tais como revisão de metas locais, divulgação dos cursos e acompanhamento de ex-alunos, para que seus esforços sejam mais bem sucedidos.



**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial;
Avaliação de projetos sociais;
Inclusão social.

## ABSTRACT

This study deals with the Corporate Social Responsibility – CSR -, and focuses on an evaluation of a social project of the bank Bradesco Foundation in São João Del Rei, Minas Gerais, Brazil. In the conceptual part this dissertation discusses the related factors that provided the ascention of the CSR movement, as the Welfare State crisis and the growth of the Third Sector, as well as the main practices of the companies regarding their Social Responsibility. Also are related the dimensions of the social action of the private sector in Brazil and perceptions about the issue in the social area. The hipothesis that delineated this work is the possibility of social projects from companies being effective as social inclusion factors. The case study approaches an evaluation of a social project of the related foundation, for wich was created a methodology based in the contributions of the authors Cohen & Franco, Roche and Marino. The methodology created was composed by six stages: the formalization and institutional authorization for the evaluation; the definition of focus and objetives of the evaluation; the definition of both the universe and the sample; the choice of indicators and instruments for information colection; the colection of information and analysis; and at last, the final report and dissemination of results. The perception of the target public was strongly considered in this study, and the impact of the project is positive. However, it has some issues that require atention and policy reestructures, such as local goals reconsidering, courses advertisement and former students accompany, for better succeeded efforts.



**Key-words:** Corporate Social Responsibility;
Social projects evaluation;
Social inclusion.

**LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E MAPAS.**


TABELA 1: Pesquisa Ação Social das Empresas – 1ª Edição..... 55
TABELA 2: Direção das ações das empresas em Minas Gerais..... 60
TABELA 3: Dados sociais do Brasil em 2000, segundo o IBGE..... 65
TABELA 4: Indicadores de desempenho geral da Fundação Bradesco..... 91
TABELA 5: Pessoal ocupado de empresas, por setor de atividade em 1996, São João Del Rei..... 100
TABELA 6: Quantidade de alunos atendidos – Escola da Fundação Bradesco de São João Del Rei..... 108
TABELA 7: A evasão das turmas de Educação Profissional Básica..... 123
TABELA 8: O orçamento anual ..... 125

QUADRO 1: Um paralelo entre a filantropia e o compromisso social..... 58
QUADRO 2: Síntese da metodologia de avaliação de projetos sociais criada para a Fundação Bradesco..... 104

GRÁFICO 1: Formas de ação empregadas pelas empresas para apoio à comunidade, por origem de capital..... 61

MAPA 1: Distribuição das escolas da Fundação Bradesco no Brasil..... 94
MAPA 2: Municípios do Estado de Minas Gerais..... 98
MAPA 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, São João Del Rei..... 99

## LISTA DE ABREVIATURAS

AA1000 – Accountability 1000
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRB – Banco Regional de Brasília
BVQI – *Bureau Veritas Quality International*
CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEPAA – *Council on Economic Priorities Accreditation Agency*
CETAG – Centro de Treinamento em Artes Gráficas
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEA – *Institute of Social and Ethical Accountability*
ISP – Investimento Social Privado
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPNE – Organização Pública Não Estatal
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
RSE – Responsabilidade Social Empresarial
SA8000 – *Social Accountability 8000*
SAI – *Social Accountability International*
SBA – *Small Business Administration*
SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
TS – Terceiro Setor
UNICEF – *United Nations Children's Fund*
UNIDO – *United Nations Industrial Development Organization*

**SUMÁRIO**

**RESUMO** ..... **5**

**ABSTRACT** ..... **6**

**LISTA DE TABELAS, QUADROS, MAPAS E GRÁFICOS.** ..... **7**

**LISTA DE ABREVIATURAS** ..... **8**

**1 INTRODUÇÃO** ..... **10**

**2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: SURGIMENTO E CONCEITUAÇÃO** **15**
**2.1 Crise do estado de bem estar social e emergência do terceiro setor na provisão de serviços sociais** ..... **15**
**2.2 Responsabilidade Social Empresarial (RSE): evolução e conceitos** ..... **36**

**3 AÇÕES E AVALIAÇÃO DE PROJETOS EMPRESARIAIS NA ÁREA SOCIAL** ..... **52**
**3.1 RSE: dimensões e percepções** ..... **52**
**3.2 Avaliação de projetos sociais empresariais** ..... **68**
**3.2.1** Metodologia de avaliação de projetos sociais segundo Cohen e Franco (1993) ..... 74
**3.2.2** Metodologias de avaliação de projetos sociais segundo Roche (2002) sintetizado em Andrade (2004) ..... 76
**3.2.3** Metodologias de avaliação de projetos sociais segundo Marino (2003) ..... 78

**4 O ESTUDO DE CASO** ..... **80**
**4.1 Histórico do grupo empresarial** ..... **80**
**4.1.1** A Fundação Bradesco ..... 83
**4.2 A cidade** ..... **95**
**4.3 Resultados da pesquisa de campo** ..... **101**
**4.3.1** Metodologia de avaliação de projetos sociais criada para a Fundação Bradesco ..... 101
**4.3.2** Primeiro nível de análise: a Fundação Bradesco ..... 104
**4.3.3** Segundo nível de análise: a gestão dos cursos de Educação Profissional Básica em nível local ..... 107
**4.3.4** Terceiro nível de análise: os alunos egressos ..... 112
**4.3.5** A avaliação do projeto social – os cursos de Educação Profissional Básica da Fundação Bradesco em São João Del Rei/MG ..... 120
4.3.5.1 1º indicador: As percepções dos usuários do projeto ..... 120
4.3.5.2 2º indicador: O índice de oxigenação das turmas ..... 121
4.3.5.3 3º indicador: O índice de evasão das turmas ..... 123
4.3.5.4 4º indicador: As condições físicas do local ..... 124
4.3.5.5 5º indicador: O orçamento anual ..... 125
4.3.5.6 A avaliação ..... 126

**5 CONCLUSÕES** ..... **129**

**REFERÊNCIAS** ..... **134**

**ANEXOS** ..... **139**
**ANEXO A - RELAÇÃO DAS ESCOLAS DA FUNDAÇÃO BRADESCO NO BRASIL** ..... **140**
**ANEXO B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS** ..... **143**

# 1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Empresarial – RSE – é uma tendência corporativa que vem ganhando força nos últimos anos. Refere-se a uma forma de gestão empresarial que pressupõe uma relação ética e transparente entre a empresa e todos os públicos com que ela se relaciona, bem como a um forte compromisso com a preservação ambiental, a inclusão social, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade da sociedade como um todo. Este movimento já gerou modelos mundiais de certificação de responsabilidade corporativa, como as normas AA1000 e SA8000, que pressupõem relações éticas e transparentes na gestão das empresas, bem como garantias de direitos trabalhistas mínimos aos trabalhadores em nível global.

O tema vem ganhando força no Brasil e no plano internacional, inclusive sendo referenciado por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU. Além disso, tem recebido crescente atenção nos últimos anos, devido a diversos fatores, como a crise do Estado de Bem Estar Social, o aumento do desemprego e da informalidade (principalmente nos países periféricos), a diminuição do acesso a direitos sociais e o crescente espaço deixado para a atuação do Terceiro Setor.

Cada vez mais as organizações do setor privado mostram-se interessadas em realizar atividades de RSE e em divulgar suas práticas. Porém, muito do que tem sido divulgado no discurso empresarial revela-se distante da prática, em muitos casos. Além disso, pouco tem sido comprovado com relação às atividades sociais dos institutos e fundações de origem privada que se voltam para o desenvolvimento humano e social. Como será discutido adiante, a avaliação dos projetos sociais da iniciativa privada não tem sido uma prática comum. É nesse sentido que justifica-se a realização de um trabalho de estudo sobre o tema e suas características, bem como a verificação de suas possibilidades de inclusão social.

A hipótese que norteou este trabalho é a de que os projetos sociais da iniciativa privada podem ser eficientes fatores de inclusão social, mais especificamente através da geração de renda. O objetivo é testar esta hipótese avaliando os resultados de um projeto social de uma fundação de origem empresarial. O objeto da pesquisa é a Fundação Bradesco, mais especificamente, a *Escola de Educação Básica e Profissional Dona Sinhá Neves*, núcleo da Fundação na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais.

A Fundação Bradesco foi criada para dedicar-se à implementação de projetos de responsabilidade social do Banco Bradesco. Na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais, mantém atividades sociais voltadas para a comunidade local, dentre as quais, cursos de ensino fundamental e médio, bem como profissionalizantes, voltados para as famílias carentes da região. Dentre os alunos egressos dos cursos profissionalizantes, constituiu-se a amostra representativa para o estudo de caso, envolvendo turmas formadas pela Fundação entre abril de 2003 e setembro de 2005, cujos depoimentos foram analisados como um dos importantes indicadores de avaliação do projeto. A percepção do usuário dos programas, portanto, é fortemente levada em consideração, além de outros indicadores criados para a avaliação em questão.

Basicamente, foram considerados três níveis de análise: o primeiro focalizou o Departamento Institucional da Organização Bradesco, sediado em São Paulo, para colher informações acerca da gestão estratégica em nível nacional da Fundação Bradesco; o segundo, os gestores dos cursos de Educação Profissional Básica da escola de São João Del Rei para obtenção de informações acerca da gestão de tais cursos em nível local; e o terceiro, os alunos egressos destes cursos que freqüentaram a escola no período de abril de 2003 a setembro de 2005.

Para o primeiro nível, a coleta de dados se deu mediante o envio de questionário semi-estruturado, encaminhado ao diretor da escola de São João Del Rei, que, posteriormente,

cumprindo o protocolo interno da organização, o encaminhou ao referido departamento, tendo, após cerca de 30 dias, devolvido o instrumento devidamente respondido. Também foram solicitadas informações institucionais e dados do segmento de Educação Profissional Básica, como orçamento local e alunos atendidos. No segundo nível, a coleta das informações se deu mediante entrevista semi-estruturada realizada com a gestora dos cursos, na Fundação Bradesco, em São João Del Rei, no dia 22 de julho de 2005, além da coleta de diversas informações sobre a gestão dos cursos em nível local, realizada durante as visitas. No terceiro nível, a coleta se deu mediante dois métodos de coleta de dados qualitativos: a entrevista e o grupo focal. Foram realizadas vinte entrevistas semi-estruturadas por telefone (já que pela relação dos alunos egressos entregue pela Fundação 95,85% deles possuíam telefone em casa) e constituídos dois grupos focais (de cinco pessoas cada um), dentro da escola da Fundação, no período de 1º de agosto a 30 de setembro de 2005, envolvendo, portanto, trinta alunos egressos. A justificativa da escolha de tais instrumentos de coleta de dados apóia-se na possibilidade de se obter respostas significativamente diferentes dentro e fora da escola, já que o ambiente poderia influenciar o comportamento dos entrevistados. Por este motivo, foram realizadas entrevistas por telefone, com duração média de vinte minutos cada uma, com os entrevistados dentro do ambiente de sua própria casa. Em um segundo momento, foram constituídos dois grupos focais com cinco alunos egressos diferentes em cada um, dentro da escola da Fundação, com duração de uma hora cada um. A hipótese de obtenção de informações diferentes mediante os dois instrumentos de coleta de dados não se confirmou, já que o nível e as características dos dados colhidos foram muito similares. Com essa quantidade de entrevistas, verificou-se que as respostas começavam a se repetir, fato que justificou a finalização das entrevistas neste nível de análise. Também foram coletados dados para a criação dos indicadores, além das entrevistas, por meio de observação direta e de análise documental.

O processo de realização da pesquisa ocorreu da seguinte forma: fizeram-se vários contatos por telefone durante cerca de três meses, para a obtenção do acesso à Instituição. Depois deste processo, foram realizadas quatro visitas à Fundação: a primeira no dia 14 de abril de 2005, teve por objetivo fazer a apresentação do pesquisador e solicitar permissão formal para a realização do estudo; a segunda, no dia 2 de maio de 2005, teve por objetivo obter a formalização da autorização da Instituição para a realização da pesquisa, bem como esclarecer os objetivos da mesma e solicitar informações institucionais; a terceira, no dia 22 de julho de 2005, objetivou a realização da entrevista com os gestores dos cursos de Educação Profissional Básica; e a quarta e última no dia 21 de setembro de 2005, visou à realização dos grupos focais. A pesquisa envolveu também uma série de conversas por telefone com gestores e alunos egressos durante todo o processo.

O primeiro capítulo desta dissertação trata do referencial teórico a respeito do tema da RSE; discute os fatores que propiciaram a ascensão do tema, como a crise do Estado de Bem-Estar Social e a emergência do Terceiro Setor; e descreve a evolução da RSE, de seus principais conceitos e das práticas de mercado mais relevantes.

O segundo capítulo traz informações sobre as dimensões da ação social das empresas no Brasil e mostra percepções a respeito do tema nas ciências sociais; e destaca a importância da avaliação de projetos sociais e sua conceituação, trazendo a compilação de três metodologias de avaliação utilizadas pelos autores Cohen e Franco (1993), Roche (2002) e Marino (2003). A partir dessas metodologias, criou-se a metodologia para avaliação do projeto de geração de renda da Fundação Bradesco na cidade de São João Del Rei.

O terceiro capítulo trata do estudo de caso desta dissertação. Inicia-se com o histórico da Organização Bradesco e de sua Fundação, trazendo também informações sobre a história da cidade de São João Del Rei e suas características atuais; e discute os resultados e as conclusões da pesquisa, bem como a avaliação do projeto social escolhido. Entre os resultados

mais importantes, estão: as percepções favoráveis dos egressos com relação ao projeto; a linearidade e importância do investimento da fundação na cidade; e a baixa atuação de algumas organizações, como Igrejas e ONGs, e do próprio Poder Público na cidade no oferecimento de cursos de geração de renda. O trabalho se encerra com as considerações finais.

Como será visto, são grandes as possibilidades de atuação social por parte das empresas, e a atuação social do Bradesco tem ampla aceitação comunitária e um bom desempenho na cidade de São João Del Rei. Pode-se afirmar que o resultado geral quanto ao alcance de seus objetivos em termos de geração de renda nesta cidade é positivo. Porém, ainda detém lacunas que requerem atenção e adequação de políticas para que seus esforços sejam mais bem sucedidos, tais como a necessidade de revisão em algumas práticas da Instituição, de articulação com fontes de escoamento da produção das turmas qualificadas e de melhoria na divulgação dos serviços oferecidos à comunidade.

# 2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: SURGIMENTO E CONCEITUAÇÃO

Este capítulo se divide em dois tópicos. O primeiro trata da crise do Estado de Bem Estar Social, de seus aspectos mais relevantes nos países desenvolvidos e no Brasil, e da emergência do Terceiro Setor na provisão de serviços sociais. O segundo tópico trata da evolução do movimento de Responsabilidade Social Empresarial – RSE no contexto social, fazendo uma discussão conceitual e apresentando os instrumentos de certificação de RSE.

## 2.1 Crise do estado de bem estar social e emergência do terceiro setor na provisão de serviços sociais

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma grande expansão econômica, que gerou um círculo virtuoso de: investimentos – expansão da produção – pleno emprego – aumento da produtividade – aumento real de salários – consumo de massa – ganhos de escala – novos investimentos. O modelo fordista de regulação, implantado pelos EUA no Japão e pela social democracia européia, possibilitou tal expansão, que, por sua vez, gerou substantiva e continuada arrecadação de impostos pelo Estado, disseminando políticas de proteção social por meio de um sistema que ficou conhecido como *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social (CARVALHO NETO, 2001).

Faria (1998, p. 39), focando uma citação de Harold Wilensky, define o conceito de *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social, como sendo a “proteção oferecida pelo governo na forma de padrões mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação,

assegurados a todos os cidadãos como um direito político, não como caridade". Para o autor, Estado de Bem Estar Social seria a institucionalização dos direitos sociais, o terceiro elemento da cidadania na concepção de Marshall.[1]

Na mesma linha, para Draibe (1989) o *Welfare State* envolve políticas voltadas para a garantia de renda, saúde, educação e habitação. A autora enfatiza o *Welfare State* como um Estado que usa do poder organizado para modificar as forças de mercado e garantir renda e segurança (em termos de saúde, previdência e ocupação), bem como padrões elevados de serviços sociais. A concepção envolve a intervenção por parte do Estado, direta ou indiretamente, na organização social, na produção de bens e serviços coletivos, em transferências e redistribuições sociais e nas oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados. Envolve também o relacionamento do Estado com o mercado e a sociedade civil de forma geral, visando à garantia de condições de vida razoáveis à população, ou seja, de proteção social.

Segundo Esping-Andersen (1995), a prosperidade do período pós Segunda Guerra nos países centrais foi fortemente marcada pelo *Welfare State*, que significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Marcou o abandono da pura lógica do mercado em favor da extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania, defesa de idéias de justiça social, solidariedade e universalismo, e foi parte de um projeto de reconstrução nacional, a social democracia, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

Como também salientam Draibe e Henrique (1988), a maioria das economias capitalistas desenvolvidas experimentou no período pós-Segunda Guerra um crescimento econômico sem precedentes, aliado à expansão de programas de bem estar social. Houve uma

[1] Os dois primeiros são os direitos civis e políticos.

parceria bem sucedida entre a política social e a política econômica, sustentada por um consenso acerca do estímulo econômico, conjugado com segurança e justiça social.

Arretche (1995) faz uma correlação importante entre o crescimento dessas economias e a implementação de políticas sociais para a população. Os gastos com programas sociais somente se tornaram possíveis graças ao crescimento industrial, que permitiu um vasto aumento da riqueza das sociedades dos países centrais. Tais programas permanecem insignificantes em sociedades sem excedente nacional suficiente para financiá-los. Arretche (1995) afirma que, embora os diversos países variem em termos de direitos e liberdades civis, variam muito pouco em termos do padrão social mínimo abaixo do qual a população não deveria estar, tendo sido criada uma uniformidade estrutural entre as sociedades modernas. Por outro lado, traz também a concepção de que a industrialização financiadora dos programas de *Welfare* desencadeia mudanças sociais, tais como a ênfase na família nuclear e o envelhecimento da população.

Porém, a partir do final da década de 1960, o sistema fordista começou a apresentar sinais de crise, como: o alto grau de endividamento das famílias, empresas e governo americanos, pressão inflacionária, saturação do mercado de bens duráveis e queda da produtividade. A crise da economia americana do início dos anos setenta foi marcada pela queda da credibilidade do dólar.

O rompimento unilateral do acordo de *Bretton Woods,* em 1971, que se constituiu na resposta americana a esta crise, provocou uma crise do padrão monetário internacional, instabilizando a economia mundial. Como salienta Carvalho Neto (2001), a crise da hegemonia econômica americana fez com que os EUA passassem de maior nação credora a maior país devedor do mundo, e o capital concentrou-se, pela primeira vez em quinhentos anos, na Ásia. Para minimizar tais efeitos, o governo dos EUA (Reagan) interveio na

economia internacional, reduzindo a oferta monetária, aumentando os juros e desregulamentando o sistema financeiro americano.

Segundo Carvalho Neto (2001), a partir dessa intervenção, ocorreu um acelerado crescimento do mercado financeiro internacional, simultaneamente a uma menor capacidade dos governos nacionais de controlarem políticas próprias. Além disso, investimentos não produtivos aumentaram e, para fazer frente ao acirramento da competição econômica, produziu-se uma reestruturação produtiva que trouxe elementos de racionalização técnica e organizacional, produtora de desemprego. O desemprego estrutural e continuado e a diminuição na taxa de investimentos fizeram aumentar a pressão sobre os gastos do *Welfare State*, de um lado, enquanto diminuía a arrecadação, de outro lado. Como aponta Carvalho Neto (2001), este quadro, somado à acirrada competição econômica internacional, levou os Estados nacionais (principalmente os EUA e o Reino Unido, com os governos Reagan e Thatcher, respectivamente) a incentivar políticas de cortes de benefícios sociais, vistos como fatores de pressão sobre o déficit público, o que veio a atingir o *Welfare State*. Até mesmo em países da Europa Continental, de forte tradição de Bem Estar Social, como Alemanha e França, houve diminuição de benefícios, ainda que em grau bem menor que nos EUA e Reino Unido.

Nas economias mais abertas e globalmente mais integradas de hoje, muitas das premissas do *Welfare* estão sob forte contestação. Como apontam Draibe e Henrique (1988), a aceleração inflacionária, a desorganização do sistema financeiro internacional e as elevadas taxas de desemprego têm imposto reordenamentos econômicos de grande significado e redefinido papéis e ações das instituições sociais e políticas. O mau desempenho dos Estados em termos de crescimento econômico e aceleração inflacionária, bem como seus desequilíbrios financeiros, parece ter gerado um conflito entre política econômica e política social, destruindo aquele círculo virtuoso do fordismo. Vários autores, como Draibe e

Henrique (1988), salientam que parece ter diminuído a crença na capacidade de gerenciamento pelo Estado dos vários desequilíbrios, dado o declínio mesmo da capacidade de governar, seja por envelhecimento dos mecanismos da política, seja pela profunda crise de confiança que afeta a relação governantes-governados.

O processo de globalização exerce importante influência no contexto do *Welfare State*. Segundo Esping-Andersen (1995), no mundo contemporâneo, a integração implica quase que automaticamente economias mais abertas. A abertura certamente restringe a autonomia dos Estados, principalmente os menos desenvolvidos, no planejamento das suas próprias políticas econômicas. Segundo o autor, contrastando com o regime keynesiano do pós Segunda Guerra, as estratégias de expansão da demanda não são mais uma opção. Em parte porque o desemprego já não é meramente cíclico e em parte porque o crescimento da renda escapa das economias nacionais pela compra de mercadorias importadas. Segundo Bauman (1996), a globalização tem trazido transformações importantes com relação ao aspecto financeiro das economias nacionais, passando a haver circulação de capital muito maior e mais rápida do que anteriormente. Com relação ao aspecto comercial, houve maior padronização de técnicas, com a competição passando a ocorrer mais em nível mundial, com uma similaridade de oferta entre países de produtos e serviços nos diversos mercados globais. As economias regionais passaram a estar sujeitas às oscilações internacionais, em que acontecimentos externos, na maioria fora da governabilidade de países menos desenvolvidos como o Brasil, influem diretamente nos mercados locais. A tecnologia e a informação passaram a exercer enorme influência em todas as atividades econômicas, até mesmo substituindo a anterior prioridade de acesso a recursos naturais.

Os Estados-Nação sofreram, portanto, grande perda de poder e autonomia, na medida em que passaram a estar muito mais sujeitos ao mercado mundial, com os recursos financeiros

entrando e saindo com extrema volatilidade, de certa forma, condicionando as políticas fiscal, financeira e econômica.

Outros fatores também têm influenciado fortemente a crise do *Welfare State*, agravada por mudanças nas condições econômicas, como crescimento mais lento, desindustrialização, e tendências demográficas. Segundo Esping-Andersen (1995), problemas demográficos são causados pela combinação de baixa fertilidade com o envelhecimento da população, o que gera taxas de dependência onerosas, e, sem forte crescimento econômico, cargas fiscais mais severas. O custo do envelhecimento da população depende, como lembra este autor, do crescimento da produtividade da economia no longo prazo. Em outras palavras, os ganhos reais devem crescer a taxas suficientes para financiar os gastos adicionais com aposentadorias. Para o autor, os problemas econômicos que o *Welfare State* enfrenta são ainda mais agudos nos países desenvolvidos, devido à combinação de altos custos salariais por causa das contribuições sociais obrigatórias, benefícios sociais mais abundantes, estabilidade no emprego e outros benefícios, que produzem uma situação de forte pressão sobre o regime de bem estar.

Segundo Giddens (2000), o gasto com seguridade social foi o que mais se elevou nos últimos anos. Para o autor, os principais fatores responsáveis por este crescimento são o aumento do desemprego, crescimento do número de trabalhadores pobres e mudanças nos padrões demográficos, refletidas especialmente no aumento do número de pais e mães solteiros e de idosos. Para este autor, o desemprego elevado em muitos países centrais estaria associado a benefícios generosos, e que se estenderiam indefinidamente, e a baixos padrões educacionais no extremo inferior do mercado de trabalho. Para Giddens (2000), este aumento no gasto com a seguridade social é um dos principais alvos dos ataques aos sistemas de *Welfare* pela corrente liberal. O autor alerta que a utilização do sistema de bem estar pode ser mais atrativa do que o trabalho. Benefícios contra o desemprego, por exemplo, poderiam

produzir a continuação do desemprego se fossem usados como meio de não trabalhar. Para Giddens (2000), a cultura da população submetida a um regime de *Welfare* que possibilite este recurso deveria ser a de não explorá-lo, mas sim usufruir dele apenas na dimensão necessária. O autor defende a idéia de que os regimes de *Welfare* devem passar ao desenvolvimento ativo da sociedade civil, o que significa uma diretriz de investimentos em capital humano, sempre que possível, em vez do fornecimento direto do sustento econômico.

Dupas (1999) de modo contrário, afirma que este discurso liberal, que tem dominado a economia mundial, apresenta proposições que não são socialmente neutras e contém riscos. Como salienta o autor, no Brasil a redução das dimensões do Estado tem sido apresentada como capaz de resolver os problemas do setor público, estrangulado por dívidas. Porém, o crescimento da percepção de que o novo modelo global de produção agrava a exclusão social tende a aumentar a pressão sobre os Estados nacionais como o brasileiro, exigindo a retomada de políticas públicas eficazes na área social, que têm custo econômico. Esta visão é ainda mais forte em países como o Brasil, onde a maioria da população não tem acesso a serviços sociais básicos, como educação, moradia e saneamento. Draibe (1989) afirma que, ainda que tenda a se utilizar de outras organizações na prestação de serviços sociais, o Estado tem a responsabilidade de garantir os direitos sociais, inibindo desvirtuamentos de qualquer natureza através de forte coordenação, planejamento e controle.

Dupas (1999) afirma ainda que os gastos governamentais têm crescido, como percentagem do PNB (Produto Nacional Bruto). Segundo ele, nos países desenvolvidos, sua média manteve-se em vigorosa ascensão: 27,9% (1960), 42,6% (1980), 44,8% (1990) e 45,9% (1996). Portanto, segundo o autor, em plena era da globalização e do discurso neoliberal, os Estados nacionais continuam não somente gastando muito como se endividando crescentemente para pagar estes gastos. Neste contexto, a idéia de que o Estado tende à

ineficiência voltou com toda força no discurso liberal, quando se evidenciaram os problemas de financiamento e gestão dos governos nos países desenvolvidos.

Tal crise financeira do Estado vem prejudicando sua capacidade de financiar os gastos inerentes a suas responsabilidades. Entre os fatores mais destacados estão a diminuição das receitas e contribuições sociais, provocada pela redução da atividade econômica, e as pressões advindas do desemprego crescente e da aceleração inflacionária, que elevam os custos e as despesas sociais (DRAIBE E HENRIQUE, 1988). Segundo Pereira e Grau (1998), a crise do Estado que marca o final do século XX abriu a oportunidade para dois tipos de respostas: nos anos 1980, assistimos à onda liberal com sua proposta do Estado mínimo; e nos anos 1990, quando começa a se tornar clara a irrealidade dessa proposta liberal, o movimento em direção à reforma ou mais propriamente, à reconstrução do Estado, se torna dominante. Nos anos 1980, ocorrem uma grande crise econômica nos países em desenvolvimento e uma desaceleração nas taxas de crescimento dos países desenvolvidos, que tem como causa principal a crise do Estado. Houve com isso, aumento na concentração de renda, da violência e das desigualdades sociais.

Contudo, alguns autores, tais como Draibe e Henrique (1988) e Dupas (1999), defendem a tese de que o Estado não passa por uma crise verdadeira, mas sim por uma necessidade de reformulação de suas atividades e responsabilidades. Uma utilização mais racional de seus recursos se torna necessária, e não faltam pressões sociais e políticas para tal movimento, exigindo um reexame das políticas sociais e uma satisfação mais equilibrada das necessidades da população.

Outra crítica é com relação à ineficiência crônica do Estado, especialmente nos países fora do núcleo central, em amenizar efetivamente a pobreza e a desigualdade social. Draibe e Henrique (1988) apontam graves ineficiências, como: provisão inadequada para famílias de trabalhadores de baixa renda, incapacidade de estender aos que nunca trabalharam ou aos

trabalhadores em tempo parcial/temporários os direitos e a proteção social, incapacidade de diminuir significativamente a discriminação contra mulheres e minorias, e ênfase em políticas curativas e não preventivas na área da saúde.

Santos (1979) lembra que a tentativa de organizar a vida econômica e social do Brasil expande-se desde a abolição do trabalho escravo até 1931, quando Getúlio Vargas anuncia a necessidade de intervenção do Estado na vida econômica e social do país. Nos anos 1920 já surgiam leis sociais no Brasil, mas a grande dependência do país com relação às instabilidades externas prejudicava tais ações, pois era preciso preservar os ganhos do setor exportador. Dessa forma, a saldo da política de bem estar no Brasil foi minguado, visivelmente prejudicado pelas políticas de proteção às exportações e pelas ameaças nas relações econômicas com o exterior. O crescimento populacional foi rápido, tendo ocorrido crescente participação de imigrantes nas atividades industriais e de serviços urbanos, saindo do setor agrícola. Movimentos sindicais cresciam em número e a quantidade de greves também aumentava a cada ano, sendo a repressão a forma estatal de administrar tais ocorrências.

Segundo Santos (1979), o processo de superacumulação capitalista foi o critério seguido pelas elites brasileiras, ao lado da diferenciação da estrutura econômica e da tradicional proteção ao setor cafeeiro. Neste contexto, o Estado escolheu intervir no processo de acumulação e de diferenciação econômica, criando condições para tal. Após 1923, várias tentativas foram feitas para regulamentar o processo de acumulação, todas sem efeito significativo. Leis versando sobre férias, trabalho de menores e de mulheres, e segurança e higiene no trabalho foram sugeridas, eventualmente aprovadas, e, não obstante, poucas alterações se operavam na prática.

No Brasil, se é que podemos falar de um W*elfare State,* este desenvolveu-se a partir da década de 1930, efetivado sob regime autoritário, tendo início com a produção legislativa da criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, com continuação na legislação trabalhista

consolidada em 1943 (DRAIBE, 1989). As circunstâncias do surgimento do sistema de *Welfare* no Brasil foram diferentes das observadas em outros países, pois o país ocupava posição pouco privilegiada nos cenários político e econômico mundial, e o sistema surge a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político, visando regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia (MEDEIROS, 2001). Como afirma Draibe (1989), desde o final da década de 1970, mas principalmente nos anos 1980, o Estado Social brasileiro vem passando por transformações, aceleradas por crises econômicas e suas conseqüências em termos de financiamento do setor público, pelo regime autoritário e pelo processo de democratização. Após 1985, com a redemocratização, são realizadas tentativas de reforma do padrão de políticas sociais no país, entretanto sem resultados significativos. De acordo com Medeiros (2001), o início da Nova República, que marca o fim do regime militar, permitiu avanços na arena política, com o crescimento da atividade político-partidária e sindical, e o próprio aumento da participação da população em processos eleitorais. Mas, paradoxalmente, seguiram-se retração e o desmantelamento de políticas sociais. Segundo Medeiros (2001:16),

> *[...] o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de distribuir competências e fazer bom uso dos recursos disponíveis, tendo como conseqüência a ineficiência de programas sociais, superposição de competências, objetivos e clientes-alvo, regressividade dos gastos sociais, altos custos de implementação e administração, distanciamento entre formuladores e executores e os beneficiários das políticas, quase total ausência de avaliação dos programas, instabilidade e descontinuidade das políticas [...]*

A situação econômica brasileira na década de 1980 foi fortemente marcada por um processo inflacionário muito intenso, que necessitava de intervenção urgente no início dos anos 1990. O principal acontecimento a afetar a economia brasileira a partir dos anos 1990 foi a implantação no Plano Real em julho de 1994. As políticas governamentais exercem grande influência no contexto social, e o Plano Real, instaurado durante o Governo Itamar Franco, teve conseqüências sociais importantes.

Um dos elementos centrais do plano foi a criação de uma âncora cambial, na busca de conter o processo inflacionário. A lei 9.069 criou uma nova unidade monetária, o Real, e desenhava uma política de crescimento da moeda alinhada à disponibilidade de reservas internacionais (SILVA, 2002). A paridade entre Real e dólar foi anunciada, com momentos de supervalorização da moeda brasileira, chegando a R$0,85/US$1. Esta valorização do Real em relação ao dólar trouxe conseqüências para a balança comercial, que registrava déficits crescentes, devido à baixa atratividade dos produtos brasileiros no exterior, pelo alto preço em dólares, e também criou um grande movimento de importações no mercado interno, gerador de competição prejudicial ao mercado produtor brasileiro. Os produtos importados fizeram muitos produtores brasileiros fechar as portas. A partir de 1995, a manutenção dos déficits no balanço de pagamentos, associada ao aquecimento da demanda, levou o governo a adotar uma política monetária contracionista, influindo negativamente no nível de atividade, e por extensão, no emprego (MACHADO e MACHADO, 1998).

Com a necessidade de manter reservas internacionais e conter o consumo, o governo elevou fortemente as taxas de juros internas, atraindo capital externo, mas mantendo baixos níveis de investimento produtivo e encarecendo os serviços das dívidas interna e externa, prejudicando também o acesso ao capital produtivo. Segundo Machado e Machado (1998), as autoridades monetárias contraíram o crédito bancário em 1994, pois a expansão da oferta monetária poderia se traduzir em aumento de pressões inflacionárias, prejudicando a estabilização econômica. As taxas de juros brasileiras entre agosto de 1994 e maio de 1999 mantiveram-se substancialmente mais elevadas do que as principais taxas praticadas no resto do mundo (SILVA, 2002). A elevação dos juros (que atraem capital financeiro que não possui comprometimento com os processos de desenvolvimento das nações onde investem) teve conseqüências importantes: provocou a queda no crescimento econômico – que conteve a inflação –, mas foi responsável pela elevação da taxa de desemprego aberto, além de expandir

o déficit nominal do governo e a dívida pública interna líquida, que, de uma cifra de menos de 23,7% do PIB em 1994 passou para mais de 35% em 1998, fragilizando financeiramente o governo (SILVA, 2002).

Com o aumento do desemprego, cresce fortemente o ingresso de trabalhadores na economia informal (MACHADO e MACHADO, 1998; GOHN, 2002), setor que apresentava possibilidades de inclusão no mercado de trabalho de parcelas excluídas da população. O que se observou na conjuntura internacional foi o surgimento de tecnologias de automação e também gerenciais – de busca por maior produtividade por meio da otimização dos recursos humanos – que, em um mercado globalizado, traziam desemprego, principalmente aos trabalhadores menos especializados. Nos grandes centros urbanos, observou-se grande aumento da violência urbana, da ilegalidade, do tráfico de drogas e armas, da clandestinidade e da corrupção (GOHN, 2002).

Como afirmam Carvalho Neto, Neves e Jayme (2002), o setor informal existe desde os primórdios da Revolução Industrial. Em muitos momentos, este setor cumpriu o papel de absorver os migrantes em transição para o mercado formal, época em que este segmento era mal estruturado. Após a crise do sistema fordista de regulação, as fronteiras do mercado tanto formal quanto informal foram se tornando cada vez mais difusas, até que nos anos 1980/1990 a informalidade aparece mais fortemente, sendo tratada até mesmo como possibilidade de solução para os crescentes índices de desempregados sem renda.

Existem diversas definições para o mercado informal, como: economia não oficial, economia clandestina, economia invisível, economia cinza, economia negra, economia periférica e economia marginal (CARVALHO NETO, NEVES E JAYME, 2002). A informalidade pode ser definida em termos de formas de produção, de ilegalidade ou ainda de ausência do contrato de trabalho. Melo e Telles (1999) citam a definição da informalidade segundo o critério de formas de produção, definindo o setor informal como sendo aquele

composto por empresas organizadas por formas não capitalistas de produção; ou seja, de maneira que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital, e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho. Estes autores definem a informalidade também pelo critério da ilegalidade, como sendo o setor composto por agentes que atuam à margem da regulação do Estado, o que implica sonegação de informações sobre receitas, compras e contratações, bem como atividades ligadas à clandestinidade – envolvendo atividades ilícitas como contrabando, tráfico e prostituição.

Importante citar também o critério de definição da Organização Internacional do trabalho – OIT, que leva em consideração a unidade econômica, definindo setor informal como aquele que congrega unidades produtivas cujo objetivo é a geração de emprego e renda para seus participantes (excluídas aquelas voltadas para o autoconsumo), que geralmente se caracterizam por produção em pequena escala, baixos níveis de organização, quase inexistente separação entre capital e trabalho e por empreendimentos de caráter familiar (MELO e TELLES, 1999; CARVALHO NETO, NEVES e JAYME, 2002).

Charmes (1997) sugere uma definição do setor informal que envolve critérios como: unidades econômicas trabalhando em pequena escala e com baixos níveis de organização; empresas familiares ou não formalizadas trabalhando por conta própria, empregando ou não assalariados continuamente; tênue divisão entre capital e trabalho; relações ocasionais não pactuadas por contrato; empreendimentos em que os ativos e obrigações pouco se dissociam dos de seus proprietários; rendas de subsistência; não registro de empresas; e não registro de assalariados.

Segundo o Dieese (2001), houve na década de 1990 uma expansão do setor informal em paralelo à redução do trabalho assalariado formal, pois verificou-se perda de dinamismo na geração de empregos nos setores econômicos mais expressivos, em especial o industrial, e elevação das taxas de desemprego e das formas alternativas de contratação:

> *os anos 1990 foram marcados pelo aumento da precariedade nos mercados metropolitanos (brasileiros). Os índices de desemprego chegaram a seu ponto máximo nas regiões pesquisadas, cresceram as relações de trabalho sujeitas a grande instabilidade e falta de proteção social e aumentou a destruição de postos de trabalho no setor industrial (DIEESE, 2001, p. 51).*

Estudos sobre a economia informal nos países desenvolvidos mostraram que o fenômeno era fruto do excesso de mão de obra transitória na economia, que voltaria para a formalidade à medida que o crescimento econômico avançasse. Porém, o que se verificou foi que os empregos estáveis e em tempo integral têm sido destruídos e estão sendo substituídos por uma nova forma de organização produtiva, cuja principal característica é uma forte flexibilização nas relações de trabalho (MELO e TELLES, 1999). Silva e Olivo (1999) afirmam que a América Latina é uma das regiões mais duramente atingidas pelo processo da globalização e que 56% dos empregos existentes nos centros urbanos desta região estão no setor informal. Os autores ainda salientam que para cada dez novas vagas que surgem nestes centros, oito são informais e citam pesquisa da OIT que apurou que 75% a 80% dos postos de trabalho do setor informal nas principais cidades latino-americanas em fins de 1995 eram ocupados por pessoas de baixa renda.

Carvalho Neto, Neves e Jayme (2002) analisam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD) de 1999 e afirmam que dos 72 milhões de brasileiros ocupados apenas 26 milhões (37% da população economicamente ativa) possuíam contrato formal de trabalho e que os demais 46 milhões de brasileiros trabalhavam na informalidade. Os autores salientam ainda que 70% dos novos postos de trabalho criados foram no setor informal. Silva e Olivo (1999) afirmam que o setor informal representa o mais importante desafio político para os países periféricos, em face do crescente desemprego e da forma como suas populações são afetadas por ele.

De acordo com Hugon (1997), o crescimento do setor informal foi visto por muitos como um remédio milagroso, um modelo alternativo de desenvolvimento em face das distorções observadas na atividade estatal, aceleradas na década de 1980. A informalidade passou a ser percebida não mais como um problema em termos de atividade marginalizada e fora da lei, mas sim como um setor que trazia possibilidades de alocar parcelas excluídas do mercado formal de trabalho. Obviamente, traz também distorções importantes, como a falta de proteção social e os baixos níveis de produtividade e renda das atividades (CHARMES, 1997).

Certamente, o setor informal contribui grandemente para absorver o crescimento da população ativa e conteve de certa forma a explosão do desemprego, articulando-se a partir das distorções do mercado e constituindo-se em uma forma de inserção social – imperfeita, mas significativa – que pode, em alguns casos, até mesmo apresentar vantagens em mercados regionais, retirando parte dos desempregados da total exclusão do mercado de trabalho (CHARMES, 1997).

O desemprego, certamente, é uma das mais perversas formas de exclusão social. Vários autores, como Silva e Olivo (1999), enfatizam que o trabalho assumiu no final do último milênio uma característica de integração social e cultural do indivíduo em sua comunidade, legitimando-o perante o meio social. A perda do trabalho, portanto, não significa apenas um problema econômico, mas também a desqualificação do indivíduo como cidadão, como participante das relações sociais, culturais e políticas.

A geração de emprego e renda tem assumido papel de destaque nas agendas de entidades governamentais e não governamentais que atuam na arena social, e programas voltados para este fim têm sido implementados para amenizar o desemprego, a pobreza e a má distribuição de renda. Silva e Olivo (1999) afirmam que o fortalecimento de pequenos empreendimentos locais vem se confirmando como a mais consistente e factível alternativa

para economias de países periféricos para amenizar o problema do desemprego. Salientam que a limitação de recursos financeiros necessários a tais iniciativas é o principal problema para sua estruturação, enaltecendo os programas de microcrédito. Silva e Olivo (1999) afirmam que, segundo a *United Nations Children's Fund* – UNICEF, o maior problema está no acesso ao crédito pelas populações de baixa renda, e não no custo do crédito. Os autores citam diversos exemplos de programas relativamente bem sucedidos de geração de emprego e renda, a saber:

a) – Nos EUA, a *U.S. Small Business Administration* – SBA – uma agência federal independente criada pelo Congresso Nacional em 1953, assiste, aconselha e representa pequenos negócios por intermédio de: executivos aposentados que ajudam pequenos negociantes a resolverem seus problemas por assessoramento individual e treinamento; pequenos institutos organizados em 500 universidades, com estudantes de administração auxiliando pequenos negociantes, supervisionados por professores, como atividade curricular; centros de desenvolvimento privados que dão auxílio gerencial e técnico.

b) – A *United Nations Children's Fund* – UNICEF divulgou em 1997 um documento intitulado "*Give us Credit*", onde relata como o acesso ao crédito e aos serviços básicos podem capacitar e proporcionar renda à população carente. A Unicef considera que o microcrédito é uma maneira de melhoria da capacidade de renda e do padrão de vida da população pobre, e que priorizar renda à mulher pode trazer melhorias significativas na expectativa de vida das crianças, na saúde, nutrição e desenvolvimento de uma região.

c) – Em Bangladesh, o Grameen Bank, com suporte de programas da Unicef, tem oferecido linhas de microcrédito desde os anos 1980, em combinação com atividades de integração social e suporte. Nos últimos vinte anos, emprestou mais de um bilhão de dólares para dois milhões de pessoas, que quitaram 97% dos financiamentos tomados.

d) – No Brasil, com relação ao microcrédito, os autores citam: o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, instituído em 1994 pelo Ministério do Trabalho, que visa à promoção de ações que gerem emprego e renda mediante a concessão de linhas especiais de crédito a setores com pouco acesso ao sistema financeiro

> (incluído o setor informal); o Programa do Banco Regional de Brasília – BRB, que visa atender profissionais autônomos, pequenos empreendedores e cooperativas; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que administra programas e linhas de crédito e apoio à criação de pequenos negócios; a Rede Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – CEAPE, que, com o apoio de órgãos internacionais, propicia apoio creditício e técnico-gerencial para a criação de pequenos negócios nas populações de baixa renda. Os CEAPEs atuam, segundo os autores, em 13 estados do país, já tendo apoiado mais de 16 mil empreendimentos e tendo concedido mais de 37 milhões de dólares em empréstimos.

O mercado informal é uma realidade. Cresce quanto mais se agravam as condições em termos de desemprego formal nas mais diversas regiões do mundo, mais especificamente nos países periféricos, nos quais se inclui o Brasil. Tanto no Brasil quanto na América Latina os níveis de informalidade na economia são extremamente elevados e não apresentam perspectivas de decréscimo no médio prazo. Sendo assim, mais do que ressaltar as limitações deste segmento é importante reconhecer suas dimensões e possibilidades, estudando alternativas de potencializar seus resultados em termos de inclusão social. Nesta dissertação isso se dá a partir do estudo das possibilidades de programas de uma empresa que se quer socialmente responsável como tentativa de favorecer a inclusão social na comunidade em que está inserida, por meio de programas sociais que incluem a educação profissional de adultos.

A partir dos anos 1990, ocorrem mudanças mais fortemente relacionadas ao papel do Estado na provisão das políticas sociais, impulsionadas por diversos fatores, que trazem novos posicionamentos, principalmente com relação ao âmbito econômico, como já discutido, e ao político-institucional, à provisão das políticas sociais e à relação do Estado com o setor privado lucrativo e o não lucrativo (DRAIBE, 1989). No contexto brasileiro, o sistema de *Welfare* apresenta forte tendência à flexibilização no que se refere à provisão dos serviços sociais à população. Segundo Pereira e Grau (1998), cresce a importância e a atuação do setor

público não estatal, também conhecido por Terceiro Setor, que passa a oferecer serviços sociais nas lacunas deixadas pelo Estado na provisão destes serviços.

Tais fatores influíram fortemente na capacidade do Estado brasileiro de prover os serviços sociais que deveriam ser de sua responsabilidade, além de fazer crescer enormemente a demanda pelos mesmos em um Estado com cada vez menos capacidade financeira de oferecê-los. O discurso liberal passou a ganhar força cada vez maior à medida que a atuação do Terceiro Setor crescia na provisão por serviços sociais, recebendo aportes pecuniários de diversas fontes, como instituições internacionais, organizações da sociedade civil, fundos públicos, linhas de crédito bancário com juros subsidiados, fundações e institutos sem fins lucrativos oriundos de empresas privadas, dentre outras (CAMARGO et.al, 2001; MONTAÑO, 2003).

O conceito de Terceiro Setor – T.S. – é de procedência norte-americana, em cujo contexto o associativismo – tão enaltecido por Tocqueville – e o voluntariado são parte da cultura política e cívica. O termo tende a significar o conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que atendem a finalidades públicas ou coletivas, muitas vezes reunindo um aparato de recursos particulares. Freqüentemente, é associado a Organizações Não Governamentais, a entidades filantrópicas e assistenciais, e também a Responsabilidade Social Empresarial (CAMARGO, 2001; FALCONER e VILELA, 2001). O uso do termo está associado, segundo Sobottka (2003), a um setor da atividade econômica que não tem fins lucrativos e se dedica à assistência social, ao fomento à cultura e à ciência ou a outras atividades desinteressadas, por vezes com incentivos tributários. Também estão incluídas no Terceiro Setor entidades religiosas, sindicatos, associações comunitárias e de lazer, organizações de caridade, organizações da sociedade civil de interesse público e demais organizações paralelas à esfera estatal (SOBOTTKA, 2003). O termo foi construído a partir da definição do Estado como primeiro setor, do mercado como segundo setor, e da sociedade civil organizada como

terceiro. Também fazem parte do conceito as fundações e os institutos originados de empresas privadas, impulsionadas pelo movimento de cidadania ou filantropia empresarial, que realizam investimento social privado (FALCONER e VILELA, 2001), objeto da pesquisa que norteou esta dissertação.

De acordo com Pereira e Grau (1998), cresce então a participação do setor público não estatal, ou o Terceiro Setor, que vem buscar a geração de maior acesso aos direitos sociais, via prestações de serviços com maior diversidade e qualidade, existindo para servir a um bem público, formado por cidadãos que se organizam para criar agências, institutos e fundações, organizações diversas que, de alguma forma, participam da geração e do controle de direitos sociais.[2] As organizações do T.S.[3] não têm fins lucrativos. Muitas vezes utilizam em algum grau o trabalho voluntário; outras vezes são organizadas na forma de Organizações Não Governamentais - ONGs, baseadas e voltadas para a defesa dos direitos de cidadania, combinando a produção de serviços com controle social, como as organizações produtoras de serviços sociais e de saúde. Muitas delas complementam a obrigação do Estado de proporcionar estes serviços à população. Mas, na sua incapacidade de cumprir amplamente com tais obrigações, o Estado permite, apóia e mantém algumas entidades para tal fim. O fato de serem Organizações Públicas Não Estatais (OPNEs) sem fins lucrativos faz com que vários autores, como Pereira e Grau (1998), salientem que o compromisso legal da organização de dedicar todos os seus ganhos inteiramente à produção dos serviços sociais seja um diferencial importante. No entanto, mais importante que o compromisso legal ou a falta de estímulos a práticas inidôneas é o compromisso ideológico que, em princípio, pelo menos, vincularia os membros da organização aos ideais humanitários, sendo responsável pela maior dedicação

[2] Um bom exemplo de organização de controle e defesa de direitos é a *Human Rights Watch*, organização britânica que se dedica ao monitoramento e defesa dos direitos humanos e leis humanitárias em todo o mundo. Outro exemplo é a Anistia Internacional, sediada também no Reino Unido.

[3] Pereira e Grau se utilizam do termo "setor público não estatal". Neste trabalho será utilizado o termo Terceiro Setor (T.S.).

humana no sustento da administração de tais organizações. A solidariedade, o compromisso, a cooperação voluntária, o sentido do dever e a responsabilidade pelo outro são princípios que tendem a caracterizar as organizações sem fins de lucro, a se acreditar nos estatutos das mesmas. As doações e o trabalho voluntário também são fatores que definem menores custos na prestação dos serviços.

O T.S. aparece primeiramente com o surgimento das ONGs, que forjam sua identidade nos anos 1970, com a emergência dos chamados “novos movimentos sociais” e de grupos ligados a organizações religiosas (FALCONER e VILELA, 2001; GOHN, 2002). No Brasil, as ONGs encontravam-se em um status de semi-clandestinidade até 1985. Com a redemocratização do país, passaram a atuar de maneira mais ostensiva. A constituição de 1988 foi um marco para os setores organizados da sociedade civil, na medida em que favoreceu a disseminação de formas alternativas de organização formal. Segundo Sobottka (2003), muitas ONGs eram sucessoras de movimentos sociais, que, impulsionadas por oportunidades, como a conferência Eco 92, no Rio de Janeiro, tornaram-se presentes nos meios mais expressivos da mídia e receberam ampla aceitação da opinião pública. A partir de 1985, passaram a se formar organizações voltadas para a luta por direitos sociais, o combate à pobreza e mais tarde, a provisão dos serviços sociais (FALCONER e VILELA, 2001).

Como salienta Teodósio (2002), as organizações do T.S. constituíram-se nos últimos anos, em atores sociais extremamente importantes no contexto político. Foi construída uma percepção positiva por parte da sociedade civil brasileira com relação à seriedade e às conquistas de suas atividades.

Draibe (1989) enfatiza que o que se processa é uma política de privatização dos serviços sociais, quando o T.S. passa a oferecê-los à população, com pleno envolvimento, oferecendo uma possibilidade de futuro com maior equidade social.

Gohn (2002) afirma que esse processo foi uma construção de uma nova concepção de sociedade civil e de seus papéis, empreendida por movimentos e organizações sociais, principalmente constituídas nas décadas anteriores (anos 1970 e 1980). Esta nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que passa a reconhecer como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o Estado e o mercado, intermediando o sistema governamental e a sociedade. No Brasil, segundo a autora, este papel é desempenhado pelas organizações do T.S. – mais especificamente pelas ONGs – realizando uma ponte de articulação entre as esferas pública estatal e a privada.

Porém, alguns autores apontam outros aspectos importantes com relação à emergência do T.S., principalmente quanto ao papel do Estado. De acordo com Montaño (2003), o movimento de expansão do T.S. foi fortemente marcado pelo discurso neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, que, sob o pretexto de chamar a sociedade à participação, efetuou um movimento de privatização dos serviços sociais, transferindo a responsabilidade governamental para a sociedade civil. Essa iniciativa, segundo Montaño (2003), justificada pelo então governo federal como *"ampliação do caráter democrático e participativo da esfera pública"*ou, ainda, como *"publicização"* dos serviços sociais, foi um chamado às organizações da sociedade civil sob um discurso de modernização do aparato estatal, mas significou uma transferência de obrigações que detêm lacunas contraditórias, como a definição citada pelo autor como sendo parte do discurso governamental, em que se dizia que *"os serviços sociais e científicos realizados pelo governo federal estariam sendo absorvidos por organizações sociais (não estatais) de forma gradativa e voluntária"*. Sendo voluntária a absorção por parte de tais organizações sociais (do T. S.), os serviços não poderiam representar um direito a ser reclamado pelo cidadão usuário de tais serviços. O autor

questiona assim, a legitimidade na demanda pelos direitos sociais oferecidos pelo T.S., mesmo sendo boa parte de tais atividades financiadas pelo governo federal.

A chamada parceria entre Estado e T.S. é entendida por alguns autores como sendo não exatamente um estímulo estatal para a ação cidadã, mas sim uma "des-responsabilização" do Estado quanto à questão social e sua transferência para a sociedade civil organizada (PAOLI, 2002, MONTAÑO, 2003), o que priorizaria a diminuição dos custos sociais estatais, desonerando o capital e diminuindo a regência por parte do governo, dando-lhe maior agilidade e desempenho, ou, ainda, legitimando e minimizando a resistência ao projeto neoliberal. É o Estado quem realiza campanhas de voluntariado, repassa recursos públicos para as organizações e desenvolve leis que facilitam o processo (MONTAÑO, 2003).

## 2.2 Responsabilidade Social Empresarial (RSE): evolução e conceitos

No contexto de tendências liberais por parte do Estado e de emergência do Terceiro Setor e das atividades não estatais de interesse público, cresceu também o interesse da iniciativa privada em atuar na arena social e, mesmo, em incluir na gestão empresarial valores e práticas socialmente estruturadas. A responsabilidade social empresarial aparece como uma possibilidade de contribuição do empresariado para a minimização das desigualdades sociais. Segundo Teodósio (2002), a atuação social das empresas tem assumido papel de destaque no cenário do Terceiro Setor, a partir de uma grande exposição na mídia e nos debates acadêmicos, principalmente das ciências gerenciais. Segundo o autor, esse fenômeno segue tendência dos países capitalistas centrais, principalmente os EUA – em que existe forte tradição de designação de fundos empresariais para combater os problemas sociais. A

Fundação Bradesco, objeto de estudo desta dissertação, faz parte do T.S., sendo uma fundação sem fins lucrativos de origem empresarial, destinada a prestar serviços sociais em diversas localidades do país.

Tenório (2004) divide o desenvolvimento da RSE em dois períodos: o primeiro seria do início do século XX até a década de 1950, período em que se desenvolveu a transição da economia agrícola para a industrial, com a aplicação da ciência na organização do trabalho. A visão econômica predominante era o liberalismo de Adam Smith e David Ricardo, que defendia a idéia do predomínio da indústria sobre a agricultura, ressaltando a superioridade da teoria da mais valia sobre a renda, da moeda sobre a troca e, principalmente, da obrigação das empresas em gerar lucro. Já neste período a interferência do Estado na economia era vista como obstáculo à concorrência, quando deveria caber-lhe a provisão das ações sociais, a promoção da concorrência no mercado e a proteção da propriedade privada. As empresas deveriam buscar a maximização do lucro, a geração de empregos e o pagamento de impostos. Com o desenvolvimento e a ampliação do processo de trabalho taylorista/fordista, o trabalho artesanal foi substituído pelo trabalho especializado e padronizado. Mesmo neste período, havia ações filantrópicas por parte de empresas, até mesmo a criação de fundações como a Ford, Rockfeller e Guggenheim. Ainda segundo Tenório (2004), até a década de 1950 a RSE era vista apenas como cumprimento das obrigações legais, pagamento de impostos, geração de empregos e lucros. O segundo período da RSE, de acordo com o autor, surge a partir da década de 1930, nos EUA, com o *New Deal* de Roosevelt, e se fortalece a partir da década de 1950, com o surgimento da sociedade industrial, marcada pelo pensamento keynesiano e pela intervenção do Estado na economia. O sucesso do *Welfare State* até a década de 1970 permitiu, nos países centrais, avanços na economia, redução das incertezas de mercado, bom nível de bem estar social, distribuição de renda e acumulação de capital. Segundo o autor, a sociedade, sob a égide do sistema fordista de regulação, exigia mais qualidade de vida e

valorização do ser humano, além do sucesso econômico, o que propiciou um movimento de desenvolvimento de valores sociais nos negócios. Cresceu a percepção empresarial de que tais anseios da sociedade deveriam ser atendidos, pois a continuidade da empresa dependia de sua capacidade em atender às expectativas da sociedade, empregados, acionistas e governo (TENÓRIO, 2004), tendência que também se verifica atualmente em muitas empresas.

McIntosh et.al (2001) ressaltam que tem surgido nos últimos anos um novo modelo de comportamento corporativo de âmbito mundial, devido a inúmeros fatores, como a forte influência de grupos de pressão organizados da sociedade civil, que vem desde os anos 1970, forçando o envolvimento de grandes corporações empresariais em questões sócio-ambientais[4], dentre outras questões.

Nas três últimas décadas, inúmeras empresas enfrentaram situações de confronto entre suas atividades e a sociedade civil. McIntosh et.al (2001) exemplificam:

- O McDonald's já foi acusado de destruir o meio ambiente, fornecer conselhos nutricionais prejudiciais à saúde e utilizar trabalho infantil mal pago;
- A British Petroleum já foi acusada de estar envolvida em abusos contra os direitos humanos na Colômbia;
- Em 1978, a Ford foi condenada por homicídio culposo por ter vendido um carro suscetível a explosão em caso de impacto traseiro;
- Em 1984, uma fábrica da Union Carbide emitiu 42 toneladas de gás tóxico em Bhopal, Índia, causando 6 mil mortes e ferindo 260 mil pessoas, algumas permanentemente, tendo sido citada como responsável pelo maior desastre industrial do mundo;
- Em 1989, um petroleiro da Exxon Valdez encalhou na costa do Alasca e derramou 10,8 milhões de galões de petróleo bruto, causando um dos piores desastres ambientais do mundo;

[4] De acordo com McIntosh et.al (2001), a Unilever promove a preservação de peixes, a Shell inclui referências a direitos humanos em seus princípios de negócios e o Mac Donald´s desenvolve trabalho junto a fundos de defesa ambiental, entre outras iniciativas.

- ♣ Em 1996, a fabricante de cervejas Heineken foi acusada de reprimir um programa de televisão europeu que recebia seu patrocínio, por ter em sua platéia “negros demais”;
- ♣ As grandes organizações de tabaco do Reino Unido reservam um fundo de US$300 bilhões para pagamento de possíveis indenizações a clientes doentes devido ao fumo e a governos locais que as processam pelo gasto extra com programas de saúde.

Nas duas últimas décadas, concepções sobre o desenvolvimento de projetos sociais por parte das empresas passaram a integrar, pelo menos no discurso empresarial, as estratégias de muitas corporações (TEODÓSIO, 2002). Mas o conceito da responsabilidade social empresarial não se resume apenas a projetos sociais, embora pareçam ser as principais atividades relacionadas ao assunto. A RSE deve ser entendida não apenas como ações sociais do empresariado, mas sim como uma estratégia de gestão empresarial, em toda a sua complexidade, que valoriza o impacto social e ambiental de suas atividades, levando em consideração acionistas, governos, sociedade, trabalhadores, fornecedores e meio ambiente.

Eis algumas definições:

a) – Camargo et.al (2001) definem RSE como sendo uma estratégia de sustentabilidade a longo prazo das empresas, que, em sua busca por resultados em desempenho e lucro, preocupam-se com os efeitos sociais e ambientais de suas atividades, com o objetivo de contribuir para o bem comum e a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas.

b) – O compromisso contínuo dos negócios em se portar de maneira ética e contribuir para o desenvolvimento econômico enquanto se melhora a qualidade de vida da força de trabalho e de suas famílias, bem como da comunidade local e da sociedade como um todo (UNIDO, 2002).

c) – Forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (BVQI, 2004).

d) – Atingir o sucesso comercial por caminhos que honrem valores éticos e respeito a pessoas, comunidade e meio ambiente (ANDRADE, 2004, apud *Business for Social Responsibility*,2003).

e) – Compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral (ASHLEY, 2002).

f) – Forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários (ETHOS, 2005).

A partir dos conceitos citados, pode-se extrair a conceituação de Responsabilidade Social Empresarial como sendo a adoção de critérios na gestão empresarial que pressupõem uma relação ética e transparente com todos os públicos com que a empresa se relaciona e um forte compromisso com a preservação ambiental, com a inclusão social, com o desenvolvimento humano e com a sustentabilidade[5] da sociedade como um todo.

Portanto, a RSE envolve vários aspectos dos negócios. Entre os principais podem ser citados: relacionamento da organização com os diversos públicos, com as diversas partes interessadas, o qual envolve a questão dos direitos dos trabalhadores e as condições gerais de trabalho; ética nas relações comerciais; relacionamento da empresa com o meio ambiente, com a comunidade; e seu compromisso com metas da sociedade civil.

O discurso empresarial na sua relação com a sociedade civil, mudou da filantropia paternalista para um re-exame dos papéis, direitos e responsabilidades dos negócios na sociedade, e a RSE é uma das conseqüências deste processo (UNIDO, 2002). Ainda de acordo com Unido (2002), a RSE tem sido debatida na esfera das políticas públicas: o Reino Unido

possui um ministério para a RSE (no Departamento de Negócios e Indústria); 2005 foi designado o Ano Europeu da RSE, e o Pacto Global da ONU tem aglomerado empresas e agências das Nações Unidas em torno da RSE.

O *Global Compact* – no Brasil chamado Pacto Global – foi criado em 1999 pela ONU, resultado de um convite efetuado ao setor privado pelo seu secretário geral, Kofi Annan, para que, juntamente com algumas agências da entidade e atores sociais, contribuísse para avançar a prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva. As agências da ONU envolvidas com o Pacto Global são: Alto Comissariado para Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A ONU definiu dez princípios para nortear a iniciativa do Pacto Global. São eles:

1 – Respeitar e proteger os direitos humanos;
2 – Impedir violações de direitos humanos;
3 – Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
4 – Abolir o trabalho forçado;
5 – Abolir o trabalho infantil;
6 – Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
7 – Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8 – Promover a responsabilidade ambiental;
9 – Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente;
10 – Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

A iniciativa da ONU pretende promover uma relação mais benéfica entre empresas e sociedades que dê especial atenção às populações imersas em situação de pobreza ao redor do mundo. O Pacto Global adota dois objetivos complementares: o primeiro envolve esforços

[5] Sustentabilidade é aqui entendida como o desenvolvimento econômico e social que promova para as futuras gerações, níveis de qualidade de vida iguais ou melhores do que os atuais (KISIL, 1997).

para internalizar a iniciativa e seus princípios, tornando-os parte da estratégia comercial e das operações das empresas; e o segundo é facilitar a cooperação e a busca coletiva por soluções de problemas comuns aos diversos participantes na implementação de valores universais em suas respectivas organizações (ONU, 2005).

Além disso, as grandes empresas têm reconhecido a importância de melhorar o impacto de suas atividades na sociedade e no meio ambiente para sua existência no longo prazo. Empresas multinacionais estão implementando processos de RSE, como compromissos públicos com padrões sociais, investimentos comunitários, melhoria contínua, engajamento com as partes interessadas, e relatórios de performance social e ambiental (UNIDO, 2002). Como salienta Grajew (2000), as empresas, seja por convicção pessoal dos dirigentes, por filosofia, por valores e princípios, e, até, por inteligência empresarial, estão percebendo a necessidade de um comportamento que substitua a postura essencialmente comercial, financeira e trabalhista. Pesquisas de opinião já começam a mostrar a preferência de consumidores por empresas que têm compromisso com a RSE (ETHOS, 2005).

Um aspecto importante da RSE é a governança corporativa, definida como a transparência na gestão da empresa, no sentido de manter o melhor relacionamento possível com as diversas partes/públicos interessadas/os nos negócios: clientes, fornecedores, trabalhadores, acionistas, sociedade e governo. Sua importância surgiu com o crescimento da atuação e do poder das empresas e dos negócios. Segundo McInstosh et.al (2001):

- As 100 maiores empresas do mundo têm receitas anuais que excedem o PIB de 50% dos países do mundo;
- A General Motors tem receita anual idêntica à da Áustria;
- A fabricante de automóveis sul coreana Daewoo, com 91 mil funcionários, tem a mesma receita anual que Bangladesh, com uma população de 116 milhões de pessoas.

Grajew (2000) afirma que a influência das empresas muitas vezes é superior até mesmo ao poder dos próprios Estados e que tamanha influência não pode ser simplesmente direcionada para a obtenção de lucros para acionistas, desconsiderando interesses dos demais públicos como clientes, fornecedores, governos, funcionários, comunidades e meio ambiente. Reafirma que tem crescido entre os diversos atores sociais a percepção de que as empresas têm um papel importante a cumprir como co-responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade. Segundo McIntosh (2001), é preciso ter em mente que o poder das empresas deve ser compatível com os direitos dos indivíduos. A RSE vem trazer maior transparência na gestão, na medida em que oferece à sociedade uma maior abertura às atividades empresariais por meio de relatórios, auditorias e relatos sociais e éticos. A certificação AA1000, que engloba o cumprimento de valores e metas de gestão socialmente responsável, vem comprovar essa tendência.

Lançada em novembro de 1999, a norma AA1000 é um padrão internacional de gestão da responsabilidade corporativa, com foco na contabilidade, auditoria e relato social e ético. A versão preliminar foi baseada em projetos pilotos de várias empresas que realizavam seu planejamento estratégico e gerenciamento visando a uma política de responsabilidade ética e social. Foi criada pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* – ISEA organização não-governamental sediada em Londres, Reino Unido, que tem como missão promover e dar suporte às organizações na implementação de sistemas de gestão éticos e sociais. O processo de implantação da norma AA1000 envolve as seguintes etapas (ISEA, 2005):

a) – Planejamento: processo de estabelecimento do comprometimento e procedimentos de governança. Nesta fase, a organização se compromete com o processo de contabilidade social e ética, auditoria e relato social. Também envolve a inclusão dos *stakeholders* no processo, e a clara definição de sua missão e valores.
b) – Contabilidade: a organização identifica assuntos chave relacionados às suas atividades, bem como performance social e ética desejável, sob o envolvimento de seus *stakeholders*. Nesta fase a organização ainda define o escopo e os métodos de

auditoria, para garantir qualidade no processo, identificando indicadores sociais e éticos que reflitam o desempenho da mesma em termos de seus valores, objetivos e aspirações. Nesta fase são realizados a coleta e o processamento de informações, com base nos indicadores traçados, com o desenvolvimento e revisão de objetivos e metas, focando a melhoria contínua.

c) – Auditoria e relato: a organização prepara relatórios sociais e éticos, por escrito ou por meio de comunicações verbais, por período. Estes instrumentos devem explicar como o desempenho da organização se relaciona com seus valores, metas e objetivos. A organização apóia e providencia a auditoria externa de todo o processo, levando as informações ao conhecimento dos *stakeholders*.

d) – Integração: a organização cria sistemas de apoio ao processo e alcance de objetivos e metas, relacionados a seus valores.

Outro aspecto importante da RSE diz respeito ao oferecimento de melhores condições de trabalho aos funcionários, mediante o pleno atendimento a garantias trabalhistas mínimas. Como enfatiza Santos (1999), as organizações operárias não haviam percebido até recentemente que o local de trabalho e de produção freqüentemente se torna o cenário de crimes ecológicos e de graves discriminações sexuais e raciais. A norma SA8000, trazendo uma normatização global, visa evitar abusos trabalhistas.

Lançada em outubro de 1997 pela *Council on Economics Priorities Accreditation Agency* - CEPAA, atualmente chamada *Social Accountability International* – SAI, organização não-governamental norte-americana, a *Social Accountability* 8000 (SA8000) é o primeiro padrão global de certificação de um aspecto da responsabilidade social de empresas. Tem como foco a garantia dos direitos dos trabalhadores envolvidos em processos produtivos, promovendo a padronização em todos os setores de negócios e em todos os países. Atualmente, a SAI tem a missão de promover e estimular a implementação da norma no mundo todo, além de credenciar organizações qualificadas para certificação. A norma é composta por nove requisitos, que têm como base as Convenções da Organização

Internacional do Trabalho, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. A certificação cobra ainda o cumprimento de leis locais (SAI, 2005).

São os seguintes os nove requisitos da norma:

1° – Trabalho infantil: a organização não deve se envolver ou apoiar a utilização de trabalho infantil. Deve sim, estabelecer, documentar, manter e efetivamente comunicar aos trabalhadores (inclusive terceirizados) e às outras partes interessadas, as políticas e procedimentos para a reparação de crianças porventura encontradas trabalhando durante o processo de certificação, fornecendo apoio para que elas freqüentem e permaneçam na escola até a idade adulta. A intenção da norma é proibir o trabalho de menores de quinze anos (no Brasil, de acordo com a legislação, dezesseis anos), garantir a educação e evitar que se submetam a trabalhos penosos, já que geralmente a pobreza impulsiona tal possibilidade.

2° – Trabalho forçado: a organização não deve envolver-se com a utilização de trabalho forçado, apoiar tais iniciativas, solicitar aos trabalhadores a realização de "depósitos" ou reter documentos de identidade no início dos contratos de trabalho. A norma visa proibir as diversas formas de coação, retenção e exploração dos trabalhadores, em que não haja o pagamento de remuneração por seu trabalho.

3° – Saúde e Segurança: a organização deve proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro aos trabalhadores, com foco no treinamento e na prevenção de acidentes e danos à saúde, minimizando as causas de perigo no desenvolvimento das atividades pelos funcionários, incentivando a utilização de equipamentos de segurança e a boa conservação das máquinas e equipamentos. A organização deve ainda, nomear um representante da alta direção para responsabilizar-se por este item da norma.

4° – Liberdade de associação e direito à negociação coletiva: a organização deve respeitar o direito de todos os trabalhadores de formarem e associarem-se a sindicatos de sua escolha e de negociarem coletivamente, não interferindo nas atividades dos sindicatos.

5° – Discriminação: a organização não deve se envolver ou apoiar a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria com base em raça, sexo, cor, classe social, nacionalidade,

religião, orientação sexual, associação a sindicato, afiliação política ou idade. Não deve ainda, interferir no exercício de direitos dos trabalhadores em observar preceitos e práticas, ou em atender a necessidades específicas. A intenção da norma é assegurar igual tratamento para todos os trabalhadores em todas as questões, os quais deverão ser empregados, promovidos, treinados e remunerados conforme sua capacidade de realizar suas tarefas.

6° – Práticas disciplinares: a organização não deve envolver-se com a utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal, nem apoiar tais iniciativas. Não deve também aplicar multas por trabalho mal feito, metas não alcançadas ou outras formas de descontos.

7° – Horário de trabalho: a organização deve cumprir com as leis aplicáveis e com os padrões locais sobre o horário de trabalho. A semana de trabalho deve ser limitada a 44 horas semanais (conforme legislação brasileira). Aos trabalhadores deve ser garantido um dia de folga a cada sete dias. Todo trabalho extra deve ser remunerado em base especial e não exceder 12 horas semanais. Negociações coletivas que sejam diferentes da legislação podem ser levadas em consideração.

8° – Remuneração: a organização deve assegurar que os salários pagos sejam suficientes para satisfazer as necessidades básicas (no Brasil, geralmente, medidas pelo custo da cesta básica do Dieese) de alimentação, vestuário e moradia, além de uma renda extra, sem a necessidade de realização de horas extras para tal fim. O pagamento ao trabalhador deve ser feito em espécie ou na forma de cheque, de maneira conveniente, e deve ainda garantir o não envolvimento em esquemas de falso aprendizado (estágios em condições precárias ou irreais) e arranjos de contrato de trabalho executado (por exemplo, a manutenção de temporários por mais de noventa dias).

9° – Sistemas de gestão: a organização deve manter um sistema de gestão que garanta a efetividade do cumprimento de todos os requisitos da norma, mediante documentação, implementação, manutenção, comunicação e monitoramento em relação às questões abordadas na norma, num processo de melhoria contínua. Tendo como referência a série de padrões de gestão da qualidade ISO9000 e de gestão ambiental ISO14000, a SA8000 segue a estrutura que enfatiza a importância de sistemas de gestão para melhoria contínua.

Atualmente, segundo a SAI, existem no mundo 655 empresas certificadas com a norma SA8000 e 426.140 trabalhadores exercendo suas atividades em organizações certificadas pela norma. Segundo a organização, no Brasil existem 42.667 trabalhadores exercendo suas atividades em 74 empresas certificadas[6].

Outra tendência que segue as linhas da RSE é a elaboração do Balanço Social por parte das empresas. Segundo Tenório (2004), os relatórios empresariais tradicionais priorizam informações de ordem financeira, econômica e patrimonial, e não abordam elementos qualitativos ou o fazem de forma superficial, sendo o Balanço Social um instrumento de informação que pode demonstrar uma relação custo-benefício positiva socialmente.

De acordo com Camargo et.al (2001), o primeiro documento brasileiro do gênero foi o da empresa baiana Nitrofértil, em 1974. No mesmo período, estavam sendo realizados balanços sociais do sistema Telebrás e, em 1992, do Banespa. Segundo a autora, o balanço social torna pública a responsabilidade empresarial perante a sociedade, na medida em que detalha as atividades que a organização mantém na área social. Camargo et.al (2001) ainda salientam que o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE criou em parceria com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, um modelo único de balanço social em 1997, proposta que ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", lançou uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social. Atualmente, a divulgação do balanço social é uma prática comum na maioria das grandes empresas brasileiras.

Segundo o Ibase (2005), o balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos trabalhadores, investidores, analistas de mercado, acionistas e à sociedade civil. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício

[6] Dados atualizados até 20/05/2005. Fonte: www.cepaa.org

da responsabilidade social corporativa. A função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. O balanço social é uma ferramenta que pode explicitar e medir de forma relativa a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta. De acordo com o Ibase (2005):

> *No balanço social a empresa mostra o que faz por seus trabalhadores, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. (IBASE, 2005).*

No balanço social, são relatadas informações de caráter financeiro, como receitas e folha de pagamentos. Também traz indicadores sociais internos às empresas, como: despesas com alimentação, encargos sociais, treinamento, participação nos resultados e previdência privada. Nos indicadores sociais externos são informados dados referentes a: gastos com educação, cultura, esporte, combate à fome e outras contribuições à sociedade. Indicadores ambientais trazem informações sobre investimentos e programas externos relacionados às atividades da empresa. Os indicadores de corpo funcional mostram números referentes a: número total de empregados, admissões e demissões no período, quantidade de trabalhadores terceirizados, estagiários, trabalhadores acima de 45 anos, trabalhadores negros e negros em cargos de chefia, quantidade de mulheres e mulheres em cargos de chefia e portadores de deficiência ou necessidades especiais. Nas informações sobre o exercício da cidadania empresarial constam dados sobre a relação entre a maior e a menor remuneração, projetos sócio-ambientais desenvolvidos pela empresa, acidentes de trabalho, seleção de fornecedores e trabalho voluntário.

Como enfatiza Tenório (2004), existem diferentes dimensões da RSE, sendo abordadas parcialmente pelas práticas citadas, e as empresas têm buscado demonstrar seu envolvimento e suas ações sociais.

Existem entidades que buscam disseminar a prática da RSE, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Organização Não Governamental composta por 991 associados – empresas de diferentes setores e portes – que têm interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, Poder Público e com o meio ambiente. O Instituto funciona como uma plataforma de troca de experiências, pesquisas de opinião e desenvolvimento de indicadores de RSE e de práticas empresariais voltadas para a gestão estratégica de seus negócios sob o prisma da RSE.

Segundo Ethos (2005), suas linhas de atuação são:

1ª. ampliação do movimento de responsabilidade social empresarial;

2ª. aprofundamento de práticas em RSE, incluindo conferências, redes de interesse, publicações, manuais, dentre outros recursos;

3ª. influência sobre mercados e seus atores mais importantes no sentido de criar um ambiente favorável à prática da RSE;

4ª. Articulação do movimento de RSE com políticas públicas:

a) desenvolvimento de políticas para promover a RSE e desenvolver marcos legais;

b) promoção da participação das empresas na pauta de políticas públicas do Instituto Ethos;

c) fomento à participação das empresas no controle da sociedade, por meio de acompanhamento e cobrança das responsabilidades legais, transparência governamental e conduta ética;

d) divulgação da RSE em espaços públicos e eventos;

e) estruturação de processos de consulta a membros e parceiros da companhia; e

5ª. Produção de informação de seus associados e parceiros e a promoção do intercâmbio com entidades internacionais líderes no tema da responsabilidade social (ETHOS, 2005).

No âmbito de suas atividades, o Instituto Ethos funciona como mobilizador e articulador das atividades das empresas associadas à atuação na responsabilidade social empresarial. Neste sentido, tem conseguido alcançar altos níveis de adesão das empresas

operando no país. Seus associados respondem por cerca de 30% do PIB brasileiro e empregam cerca de um milhão de pessoas.

Outro agente importante que tem se sobressaído na área da responsabilidade social empresarial no Brasil é o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, que trabalha de forma um pouco diferente do Instituto Ethos. Seus associados são principalmente Institutos e Fundações de origem empresarial; em sua maioria, fundações de direito privado e associações sem fins lucrativos, mantidas por empresas de diversos segmentos e portes. De acordo com seu estatuto social, as finalidades do GIFE são principalmente no sentido de fortalecer e apoiar a atuação de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático voltado ao interesse público.

Entre essas finalidades, destacam-se:

a) Promover e incentivar o desenvolvimento de sua rede de associados, formulando propostas que contribuam para o equacionamento de problemas relacionados ao Investimento social privado – ISP no Brasil, notadamente nas áreas técnica, jurídica, fiscal e tributária;
b) Promover o intercâmbio de experiências e disseminar informações sobre ISP entre seus associados;
c) Identificar as áreas críticas do ISP no país e promover a formação e capacitação de recursos humanos nos níveis nível gerencial, intermediário e operacional, visando favorecer sua expansão;
d) Estruturar e manter instrumentos de desenvolvimento e de extensão tecnológica, voltados às necessidades do ISP;
e) Acompanhar nos poderes Executivo e Legislativo as normas regulamentadoras e os dispositivos legais de interesse do ISP, propondo as medidas que julgar necessárias, mesmo no âmbito do Poder Judiciário;
f) Promover estudos, pesquisas e ações promocionais, visando à disseminação de informações sobre o ISP e sua expansão no país;

g) Constituir-se como centro de documentação e informação, implantando e mantendo mecanismos de coleta, tratamento, análise, avaliação, armazenamento e difusão de informações de interesse do ISP; e

h) Promover intercâmbio e articulação com instituições técnicas, como universidades e centros tecnológicos, e com sindicatos, associações e empresas, até mesmo estrangeiras, que possam contribuir para a consecução dos objetivos do GIFE e para o atendimento de seus associados, dentre outros (GIFE, 2005).

A valorização da competência profissional no campo social tem sido objeto de preocupação das duas instituições. Segundo informações do GIFE, mais de duzentos profissionais do terceiro setor foram treinados em cursos de capacitação somente em 2003 e já foi iniciada uma experiência em cursos de pós graduação *Latu Sensu*. O Instituto Ethos criou, em 2004, o UniEthos - Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável - instituição sem fins lucrativos voltada para a capacitação, a pesquisa e a produção de conhecimento para o meio empresarial com foco nos temas da Responsabilidade Social Empresarial e do Desenvolvimento Sustentável, atuando com a comunidade acadêmica, da qual o empresariado espera que exerça papel fundamental na capacitação e formação dos atuais e futuros gestores de empresas (ETHOS, 2005).

Os projetos sociais mantidos pela iniciativa privada constituem outra grande tendência da RSE, os quais têm recebido crescente atenção nos últimos anos, prática comumente definida como “Cidadania Corporativa”, ou “Cidadania Empresarial”, assunto que será discutido em seguida.

# 3 AÇÕES E AVALIAÇÃO DE PROJETOS EMPRESARIAIS NA ÁREA SOCIAL

Este capítulo divide-se em dois tópicos. O primeiro mostra dados de pesquisas nacionais sobre as dimensões da atuação social das empresas e discute percepções a respeito de tais iniciativas. O segundo tópico mostra metodologias dos autores Cohen e Franco (1993), Roche (2002) e Marino (2003) sobre avaliação de projetos sociais.

## 3.1 RSE: dimensões e percepções

A RSE envolve, em muitos casos, além das diversas questões tratadas anteriormente, atividades sociais de interesse público mantidas ou apoiadas pelas empresas. O investimento das empresas em programas sociais tem recebido muita atenção nos últimos anos, e mesmo assumido papel de destaque no Terceiro Setor (TEODÓSIO, 2002). De acordo com Martinelli (1997), alguns importantes empresários chegam até mesmo a afirmar que a empresa não é um fim em si mesma, e sim um instrumento de desenvolvimento social. Segundo Austin, Herrero e Reficco (2004), fazendo eco a um discurso que já se tornou "politicamente correto" no meio empresarial, a percepção que reinou durante décadas no mundo dos negócios de que as empresas existem para criar valor para os acionistas estaria sendo substituída por uma concepção mais ampla de sua função primordial. Os autores afirmam que a nova máxima é criar valor para todas as partes interessadas, e este conceito incorpora todo o entorno social no qual a empresa opera. Obviamente, as empresas não perdem de vista seus objetivos em termos de retorno financeiro e lucros, mas é fato que as atividades empresariais têm envolvido maior

preocupação com aspectos sociais em seus negócios, ainda que o discurso e a prática estejam em conflito em muitos casos.

Falconer e Vilela (2001) afirmam que nos anos 1990 as fundações e institutos empresariais foram os principais promotores da adoção de culturas e práticas do mundo dos negócios na gestão de entidades sociais sem fins lucrativos e que foram também os promotores da idéia de inserção mais ampla das empresas na realidade social em que atuam - o que os autores definem como “cidadania empresarial”. Tal movimento de cidadania empresarial se apresenta como o protagonismo do empresariado na esfera do social.

O conceito de cidadania empresarial corresponde à contribuição das empresas para o desenvolvimento da sociedade por meio de ações sociais direcionadas para atenuar suas carências em termos de serviços e infra-estrutura de caráter social (MELO NETO e FRÓES, 1999). Segundo Tenório (2004), a expressão é utilizada para demonstrar o envolvimento da empresa em programas sociais de participação comunitária, por meio do incentivo ao trabalho voluntário, do compartilhamento de sua capacidade gerencial e de parcerias com associações, fundações e investimentos sociais nas áreas da saúde, educação e meio ambiente, entre outros.

A ampliação do conceito tem sido ressaltada por diversos autores mais entusiastas do movimento de RSE como tendo evoluído das ações pontuais isoladas de alguns anos atrás para a incorporação da cidadania no cerne da estratégia da gestão empresarial (MARTINELLI, 1997; MELO NETO e FRÓES, 1999; FALCONER e VILELA, 2001; MCINTOSH et.al, 2001; LIMA, 2002; AUSTIN, HERRERO e REFICCO, 2004; TENÓRIO, 2004). McIntosh et.al (2001) ressaltam que a cidadania empresarial tem formado uma tendência progressiva, que se estende do anterior simples cumprimento à legislação, passando por ações pontuais de caridade e finalmente alcançando um estágio em que a cidadania se incorpora à gestão dos negócios. No entanto, as pesquisas na área não autorizam tal otimismo.

Há ainda muito distanciamento entre o discurso e a prática, como mostram Bittencourt e Carrieri (2005).

A nova postura empresarial é ressaltada por um dos empresários mais proeminentes do Estado de Minas Gerais, Soares (2002). Ele afirma que a validade de existência de uma empresa é mais fortemente aceita quando suas atividades geram riquezas socialmente sancionáveis, o que faz com que os lucros auferidos sejam merecidos. Segundo o autor, as empresas que aceitarem o desafio de gerar riqueza de forma social e politicamente justificada serão aquelas que terão maior longevidade.

Lima (2002) salienta que o apoio das empresas à comunidade pode se concretizar no respeito e proteção ao meio ambiente, em investimentos em educação, saúde, cultura e lazer, ou ainda na promoção de atividades que incentivem e auxiliem na erradicação da pobreza, miséria e violência, e no apoio a projetos sociais, visando a sua criação, manutenção ou auto-sustentabilidade.

Vários exemplos de iniciativas concretas das empresas no campo social são citados por Srour (2000). Segundo ao autor, o Banco Itaú destinou 20 milhões de reais para projetos nas áreas do ensino fundamental e da saúde em cinco anos. A Schering-Plough brasileira, indústria química e farmacêutica, investiu 350 mil dólares em projetos de higiene e saúde em 1998, atingindo 25 mil crianças carentes. A Fundação O Boticário investiu em oito anos de atividades, 3 milhões de dólares em 500 projetos ecológicos. A 3M do Brasil investe 1,7 milhão de dólares ao ano e mobiliza 25% de seus funcionários em trabalhos voluntários em 86 entidades beneficentes.

A Fundação Bradesco, objeto do estudo de caso desta dissertação, vem se envolvendo em projetos educativos há mais de quatro décadas. Até 1997, ofereceu educação infantil, ensino médio e cursos de capacitação a cerca de 300 mil alunos. A verba destinada para manter as escolas alcançou 96 milhões de reais em 1999. O Banco Bradesco doou 3 milhões

de reais ao Programa Alfabetização Solidária em 1998, a maior doação feita no país por uma empresa. A Natura, empresa de cosméticos, desenvolve um programa de melhoria do ensino público que arrecadou 3,7 milhões de reais e financiou 61 projetos de educação, beneficiando 147 mil crianças (SROUR, 2000).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que tem realizado pesquisas sobre a atuação das empresas na área social, traz dados relevantes. A tabela 1 mostra as principais conclusões da primeira edição da Pesquisa Ação Social das Empresas, realizada entre 1999 e 2001, publicada em setembro de 2002:

**TABELA 1: Pesquisa Ação Social das Empresas - Primeira Edição – 1999/2001**

| VARIÁVEL/REGIÃO | Sudeste | Nordeste | Sul | Centro Oeste | Norte | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Universo de empresas | 444.802 | 60.344 | 87.631 | 23.908 | 164.938 | **781.623** |
| % no universo por região (Brasil) | 57% | 8% | 11% | 3% | 21% | **100%** |
| Amostra de empresas pesquisadas | 1.752 | 1.812 | 1.832 | 1.910 | 1.834 | **9.140** |
| % de empresas que declaram realizar ação social | 67% | 55% | 46% | 50% | 50% | **59%** |
| Investimento Social Privado (em milhões de reais) | 3.894 | 277 | 346 | 125 | 51 | **4.693** |
| % do Investimento Social Privado por região | 83% | 6% | 7% | 3% | 1% | **100%** |

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Pesquisa Ação Social das Empresas do IPEA - 1ª Edição, 2002.*

De acordo com os dados desta pesquisa, 59% das empresas no Brasil dizem realizar algum tipo de ação social, entendido como sendo atividades voluntárias, voltadas para o atendimento a comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde e educação, dentre outras. Essas atividades incluem desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados. O volume de recursos voltados para tais atividades foi de 4,7 bilhões de reais em 2000, o que corresponde a 0,4% do PIB do país naquele ano. Destes recursos, 83% estão concentrados na região Sudeste. Ainda segundo a

pesquisa, apenas 14% das empresas declaram financiar suas ações sociais por meio de salários de empregados liberados durante o expediente para trabalhar em programas sociais, o que poderia ser traduzido em termos de voluntariado corporativo. Outra conclusão importante é que somente 6% das empresas que atuam na área social declararam recorrer às isenções fiscais permitidas pela legislação federal do Imposto de Renda para realizar suas ações sociais. Isso confirma que a política de benefícios tributários pouco contribui para promover ações sociais de origem privada. A pesquisa revela também, que a maioria absoluta das empresas não avalia os resultados das ações sociais que promovem, o que comprova a importância do estudo de caso desta dissertação.

A segunda edição da pesquisa do IPEA – Ação Social das Empresas foi publicada em dezembro de 2004, com resultados das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. A amostra foi de 4.109 empresas, com dados coletados entre julho e dezembro de 2004, referentes às atividades sociais das empresas em 2003. Aponta-se como uma de suas principais conclusões o aumento do percentual de empresas que realizam ações sociais em ambas as regiões: de 67% para 71% no Sudeste e de 55% para 74% no Nordeste, o que demonstra uma tendência de crescimento das atividades sociais da iniciativa privada.

Outra pesquisa relevante, de caráter qualitativo, demonstra aspectos importantes da atuação social de empresas pesquisadas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (PELIANO, 2001).

De acordo com Peliano (2001), a maioria das empresas que realizam ações sociais indicou o início dos anos 1990 como o marco da nova participação empresarial no campo social no Brasil. Mesmo aquelas que declararam já fazer doações filantrópicas há mais tempo confirmaram que foi nesta época que se tornaram mais estruturadas e pró-ativas. A iniciativa quanto à realização de ações sociais, na maioria dos casos, é atribuída a diretores, presidentes ou aos próprios donos das empresas. As multinacionais mostraram-se influenciadas pelo

comportamento da matriz, sem imposições, mas com direcionamento de acordo com os princípios da empresa, dando certa autonomia para decisões. Os trabalhadores participam do desenvolvimento das ações sociais em 82% das empresas pesquisadas e a maioria delas apresenta uma visão positiva com relação ao voluntariado.

Segundo Peliano (2001), as motivações das empresas para atuarem no social são fortemente influenciadas por questões de foro íntimo dos empresários, espírito humanitário e vontade de ajudar. Porém, também existem fatores sócio-econômicos muito importantes. A partir da década de 1990, surgiram novas estratégias empresariais que visavam atender a padrões da economia global na qual o Brasil se inseria, que apontaram a RSE como fator de competitividade, já que esta interfere na imagem das empresas perante seus consumidores. O bom relacionamento com as comunidades também aparece como fator importante, além da percepção de ganhos de produtividade. Segundo a autora, os anos 1990 também contribuíram para abrir ao setor privado um espaço político inédito, no qual a gravidade da pobreza e a precariedade do trabalho trouxeram questionamentos sobre ética e justiça social.

Peliano (2001) afirma que o mundo empresarial percebe que a gravidade da exclusão social se deve, em grande parte, à inoperância das políticas sociais e que o atendimento social pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, ainda que não seja suficiente para produzir todas as mudanças necessárias à eliminação da exclusão social. Segundo a autora, o empresariado está ciente das necessárias mudanças estruturais em termos de políticas sociais e econômicas, mas opta por contribuir para a minimização dos problemas sociais, principalmente nas comunidades localizadas no entorno das atividades das empresas.

Outra conclusão importante de Peliano (2001) diz respeito à falta de profissionalismo na gestão das ações sociais. A iniciativa privada ainda não aplica aos investimentos sociais os mesmos procedimentos em termos de planejamento, execução, controle e avaliação da atividade-fim dos negócios. Faltam planos de ação, orçamento com fonte específica de

recursos, profissionais exclusivos para as atividades (já que, na maioria dos casos, os responsáveis também têm outras atividades na empresa) e também uma avaliação dos resultados das ações sociais, também apontado por Andrade (2004). Não se verifica percepção da importância e das vantagens que podem advir de uma gestão social profissionalizada, o que não significa falta de compromisso com os projetos, mas sim falta de clareza quanto à necessidade de profissionalização (PELIANO, 2001).

Peliano (2001) salienta ainda que as empresas não pretendem substituir o Estado no atendimento social e nem mesmo assumir responsabilidade formal pela prestação de serviços sociais básicos, mas sim complementar a ação estatal, com liberdade de optarem por caminhos válidos de intervenção social, coerente com as necessidades das comunidades nas quais exercem suas atividades. A participação crescente do setor privado na arena social não deve significar superposição ou paralelismo ao Estado, mas sim uma complementação efetiva de esforços, para que o resultado final possa ser maior do que a soma das partes.

O quadro 1 mostra um estudo comparativo entre a filantropia e os ideais de compromisso social empresarial.

**Quadro 1: Um paralelo entre a filantropia e o compromisso social**

| **Na filantropia** | | **No compromisso social** | |
|---|---|---|---|
| 1. | As motivações são humanitárias | 1. | O sentimento é de responsabilidade |
| 2. | A participação é reativa e as ações são isoladas | 2. | A participação é pró-ativa e as ações são mais integradas |
| 3. | A relação com o público-alvo é de demandante/doador | 3. | A relação com o público-alvo é de parceira |
| 4. | A ação social decorre de uma opção pessoal dos dirigentes | 4. | A ação social é incorporada na cultura da empresa e envolve todos os trabalhadores |
| 5. | Os resultados resumem-se à gratificação pessoal de poder ajudar | 5. | Os resultados são pré-estabelecidos e há preocupação com o cumprimento dos objetivos propostos |
| 6. | Não há preocupação em associar a imagem da empresa à ação social | 6. | Busca-se dar transparência à atuação e multiplicar as iniciativas sociais |
| 7. | Não há preocupação em relacionar-se com o Estado | 7. | Busca-se complementar a ação do Estado, numa relação de parceria e controle |

*Fonte: Extraído de Peliano (2001:102)*

Peliano (2001) conclui que as relações das empresas com a comunidade representam uma dimensão relevante do compromisso social do setor privado e um aspecto muito importante da RSE, que registrou avanços nos últimos anos.

Outra fonte de dados importante é a pesquisa realizada pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, publicada em novembro de 2000, sobre as ações sociais realizadas pelo setor privado em Minas Gerais.

A pesquisa aponta que 89% das empresas pesquisadas declararam exercer algum tipo de ação social, seja para os empregados (11%), para a comunidade (20%) ou ambos (58%). Apenas 11% das empresas declararam não realizar ações sociais. Mesmo assim, entre as empresas que declararam não atuar socialmente na comunidade 13% demonstraram interesse em começar a fazê-lo. Com relação às ações sociais voltadas para a comunidade em Minas Gerais (TABELA 2), a maioria das ações se dirige à assistência social (54%), o que sugere o caráter ainda predominantemente relacionado à filantropia. Outros itens são: alimentação (40%), educação (33%), esporte (26%), cultura (24%), qualificação profissional (20%), saúde (19%), alfabetização (17%), lazer e recreação (16%), meio ambiente (15%), segurança (14%), desenvolvimento de comunidades no meio urbano (12%), desenvolvimento de comunidades no meio rural (6%) e defesa de direitos (2%) (FIEMG, 2000)[7].

[7] Nesta pesquisa, em diversos quesitos o somatório ultrapassa 100%, por permitir mais de uma opção de resposta.

**TABELA 2: Direção das ações sociais das empresas em Minas Gerais:**

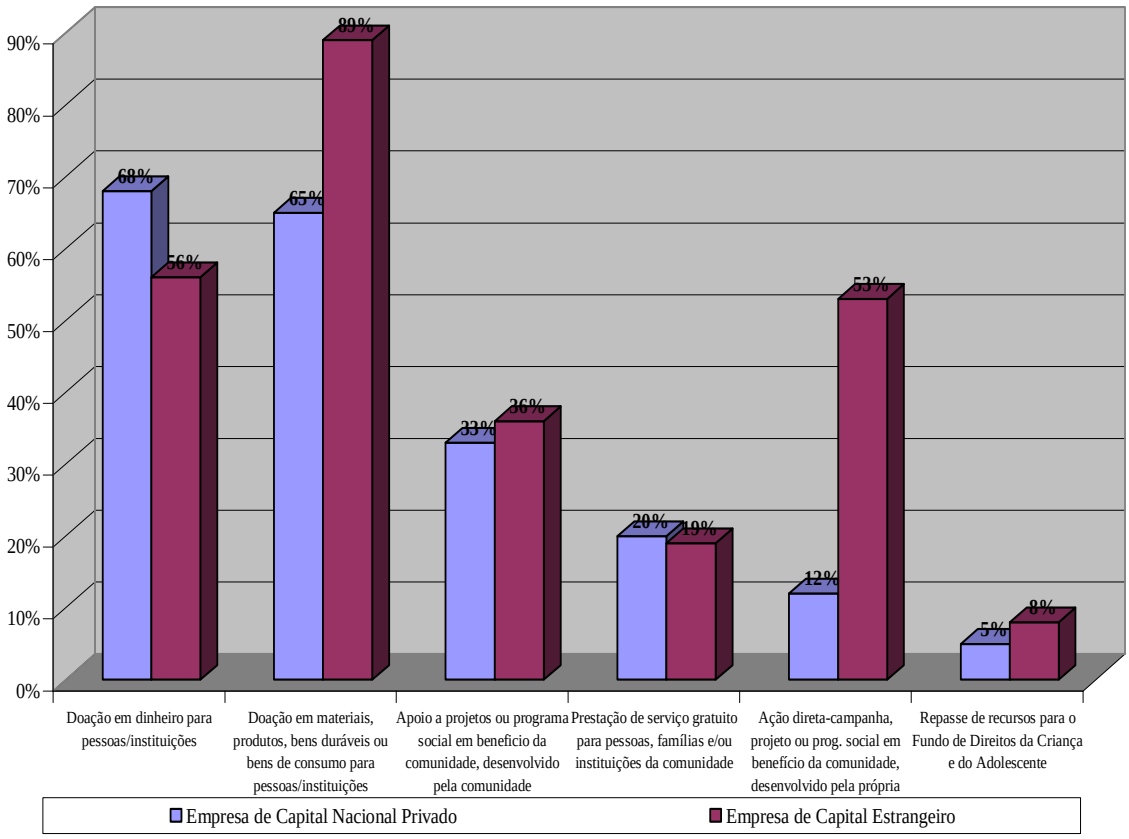
| AÇÕES SOCIAIS | % |
|---|---|
| Assistência Social | 54% |
| Alimentação | 40% |
| Educação | 33% |
| Esporte | 26% |
| Cultura | 24% |
| Qualificação Profissional | 20% |
| Saúde | 19% |
| Alfabetização | 17% |
| Lazer e Recreação | 16% |
| Meio Ambiente | 15% |
| Segurança | 14% |
| Desenvolvimento de Comunidades no meio urbano | 12% |
| Desenvolvimento de Comunidades no meio rural | 6% |
| Defesa de Direitos | 2% |

*Fonte: Elaborado pelo autor a patir de Fiemg (2000)*

A pesquisa mostra que as empresas priorizam a atuação em áreas com as quais mais se identificam ou aquelas em que são mais demandadas, e não necessariamente aquelas que repercutem mais imediata e diretamente em seus negócios, como qualificação profissional ou saúde. Ainda segundo a pesquisa da Fiemg, as empresas de maior porte (com 1000 ou mais empregados) são aquelas que realizam menos doações em dinheiro e as que mais empregam formas de ação que requerem processos mais elaborados de envolvimento social, também se destacando das demais no repasse de recursos para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. As formas de ação empregadas pelas empresas para apoio à comunidade novamente refletem o caráter filantrópico das ações empresariais no Estado de Minas Gerais. Doações em dinheiro para pessoas ou instituições alcançaram 68% e doações de materiais, produtos, bens duráveis ou bens de consumo para pessoas ou instituições, 65%. Outros itens são: apoio a projetos ou programas sociais em benefício da comunidade, desenvolvidos por grupos ou entidades da comunidade, 33%; prestação de serviço gratuito para pessoas, famílias e/ou instituições da comunidade, 21%; ações diretas, como campanhas, projetos ou programas

sociais em benefício da comunidade, desenvolvidos pela própria empresa, 12% e repasses de recursos para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, 5%. A Fiemg concluiu que as empresas de capital estrangeiro realizam mais doações materiais e bem mais ações diretas do que as empresas controladas por capital privado nacional, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 01: Formas de ação empregadas pelas empresas para apoio à comunidade, por origem de capital**




*Fonte: Extraído de Fiemg (2000).*

A freqüência das ações sociais também é um dado importante desta pesquisa, sendo eventual em 47% e contínua em 53% das empresas pesquisadas, o que demonstra que ainda falta compromisso em boa parte das empresas mineiras com relação à cidadania empresarial em termos da manutenção das atividades sociais na estratégia de gestão dos negócios. Neste quesito, as empresas de maior porte demonstraram maior continuidade, o que sinaliza um envolvimento social mais estruturado nestas organizações, já que 83% das empresas com

1000 ou mais empregados declararam realizar atividades sociais continuamente, contra apenas 17% daquelas que o fazem eventualmente. Com relação ao público beneficiado, os principais são: crianças, 68%; comunidade em geral, 40%; jovens, 39%; idosos, 33%; família, 27%, e portadores de deficiência, 17% (FIEMG, 2000).

Na pesquisa da Fiemg, os principais motivos declarados pelas empresas para atuarem na área social foram: desejo de colaborar para a redução de problemas sociais, 54%; motivos humanitários ou religiosos, 41%; atendimento à comunidade próxima à empresa, 37%; inspiração pessoal de dirigentes da empresa, 26%; não deixar sem resposta solicitações da comunidade, 22%; trazer ganhos de imagem à empresa, 14%, e aumentar o envolvimento ou a satisfação dos empregados, 12%. A pesquisa aponta, a exemplo da pesquisa de Peliano (2001), que mais do que para obter ganhos fiscais ou benefícios em termos de marketing empresarial, a iniciativa privada que atua nas comunidades diz que o faz para auxiliar na diminuição das disparidades sociais que percebem existir. Outro dado relevante da pesquisa é que apenas 1% das empresas que mantém atividades sociais pretende reduzi-las, sendo que 49% pretendem mantê-las no mesmo nível e 34% pretendem ampliá-las.

Entre as limitações das pesquisas citadas, vale ressaltar que somente os empresários foram consultados, o que reforça a importância do trabalho desenvolvido nesta dissertação, no qual se procurou avaliar os resultados de um programa social empresarial consultando principalmente o público-alvo beneficiário das atividades.

Com relação às ações sociais das empresas, existem interpretações negativas e positivas.

Uma das principais observações com relação às limitações da atuação social das empresas e do Terceiro Setor diz respeito à desmobilização social. Montaño (2002) afirma que as lutas de classe são eliminadas no processo de engajamento solidário e que as parcerias e o entendimento civilizado tiram do campo social as demandas por direitos. Segundo o autor,

a postura apolítica e o enfoque na auto-ajuda despolitizam e desmobilizam os pobres, tirando, com o tempo, sua capacidade de questionamento.

Montaño (2002) afirma ainda que a cilada aparece quando as mobilizações da sociedade civil anti ou contra-sistêmicas são abandonadas, dando lugar às mobilizações harmônicas com a ordem vigente. No lugar da conquista do Estado aparecem as parcerias com o Estado; em vez do conflito, a negociação, e assim despolitizam-se as lutas sociais.

Como salienta Paoli (2002), a demanda sobre cidadania e solidariedade cresce justamente no momento em que os governos dos anos 1990 foram impelidos, pelo modelo neoliberal adotado a livrar-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia de direitos sociais. Segundo a autora, é possível perceber o possível potencial inovador que a mobilização empresarial responsável dirige à diminuição da pobreza e à oferta de melhorias nas oportunidades de vida da população carente, porém é também visível que esta mobilização oculte políticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade. Paoli (2002), a exemplo de Montaño (2002), afirma ainda que a filantropia empresarial retira das arenas política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade.

Os benefícios de mercado obtidos pelas empresas em suas ações sociais também são criticados. Paoli (2002) afirma que a racionalidade econômica dos interesses privados deve comandar bem mais a filantropia empresarial do que o compromisso ético com a sociedade, já que a discussão de temas a respeito da rentabilidade (mercantil e social) das ações sociais e da análise de valor agregado à marca através das ações sociais é freqüente no ambiente das empresas. A autora afirma ainda que nos casos em que a empresa não organiza uma entidade específica para o trabalho social (fundações ou institutos) este é alocado nos departamentos de Marketing.

Outro aspecto importante destacado diz respeito à decisão na distribuição de recursos, tomada privada e aleatoriamente, o que desmancharia as referências pública e política para reduzir as desigualdades sociais. Ou seja, a maneira como as empresas tomam suas decisões sobre o investimento social pode não ser eficiente. Paoli (2002) enfatiza que o movimento de responsabilidade social empresarial recria os cidadãos como sendo dependentes de caridade externa e privada, que depende das intenções, interesses e flutuações de acertos e enganos próprios do mercado. Paoli (2002) ressalta que as instituições voltadas à filantropia empresarial falham ao evitar incorporar-se ao debate sobre as decisões governamentais e transformam cidadãos em sujeitos receptores de favores e generosidades.

Teles (1999) alerta para o perigo de se colocar a pobreza e a necessidade de proteção social além dos direitos sociais ao afirmar que a justiça não deve se transformar em caridade, nem os direitos em ajuda a que o indivíduo teria acesso não pela sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. Teles (1999) ainda ressalta que uma sociedade que se fecha ao questionamento acarretado pela experiência do conflito bloqueia a possibilidade de construção política de uma noção de bem público e pode se tornar uma sociedade que espelha uma projeção utópica de elites. Segundo a autora, a história da sociedade se fez a partir da experiência dos movimentos sociais, das lutas operárias e dos embates políticos que afirmavam a identidade do cidadão perante o Estado, identidade de sujeitos que reclamavam por sua autonomia, construindo assim um espaço público no qual se difundiu uma consciência do “direito a ter direitos”. A cidadania foi buscada como luta e conquista, na reivindicação de direitos, e o assistencialismo pode anestesiar a consciência dos excluídos para o debate social.

Porém, a realidade brasileira em termos de capacitação individual para o debate social se mantém reduzida. Os direitos sociais existem, mas, muitas vezes, sua provisão é ineficiente ou inexistente, e a maioria da população brasileira não mostra ter condições de se expressar

coletivamente para exigi-los. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (TABELA 3) mostra alguns dados:

| **TABELA 3: Dados sociais do Brasil – 2000 (IBGE)** | **Ano 2000** |
|---|---|
| População Total | 169.799.170 |
| Renda per capita | R$ 297,23 |
| Pessoas com 25 anos ou mais | 85.451.718 |
| %de pessoas com 25 anos ou mais analfabetas | 16,04% |
| Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais | 5,87 |
| % pessoas com 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo | 33,02% |
| % pessoas com 25 anos ou mais com acesso ao curso superior | 3,98% |
| % de indigentes | 16,32% |
| % de pobres | 32,75% |
| % de crianças pobres | 45,99% |

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2005).*

Os dados da tabela 3 apontam uma realidade que não deixa de tornar difícil a participação coletiva como um bem na sociedade, pela extrema pobreza da maioria da população, que está lutando pela subsistência diária. Das pessoas com 25 anos ou mais, 16,04% são analfabetas, o que corresponde a mais de 13 milhões de pessoas. Apenas 3,98% das pessoas com 25 anos ou mais têm acesso ao curso superior, o que contempla apenas cerca de 3,4 milhões de pessoas. A renda *per capita* do brasileiro é extremamente baixa e o percentual de indigentes e pobres é muito elevado. Esses números sugerem uma grande dificuldade do cidadão brasileiro pobre em se organizar e se manifestar coletivamente na busca pelos direitos sociais. Gohn (2002) afirma que a situação social brasileira a partir da década de 1990, marcada por incertezas e instabilidade social, exigiu jornadas mais longas de trabalho, que retiraram parte do tempo disponível das pessoas para participar de mobilizações. Essas dificuldades podem ser amenizadas quando entram em cena as organizações do

Terceiro Setor, representantes da sociedade civil organizada que passam a prestar serviços de busca por melhores condições de vida à população marginalizada.

Essa realidade enseja posições mais otimistas em relação à RSE. De acordo com Kliksberg (2001), tem sido muito comum nos países em desenvolvimento perceber problemas importantes como os sociais, e correlacioná-los isoladamente ao Estado, à sociedade civil, ou ao mercado, como um jogo de exclusão organizacional. Assim, enfatizando os pontos fracos de cada um dos atores, tem sido dada muita ênfase a conflitos históricos e potenciais. Porém, segundo o autor, a realidade social é tão difícil que exige-se responsabilidade de todos os atores sociais, e todos devem cooperar, pois concerne a todos o que vai ocorrer com a sociedade. Kliksberg (2001) afirma que é preciso capitalizar o que cada um pode trazer, não desperdiçando capacidades que podem ser mobilizadas a favor da sociedade, e que deve-se adotar uma cultura de se *"utilizar o melhor de cada um e se complementar"*. O autor enfatiza que é necessária a construção de redes inter-sociais orientadas à resolução de problemas sociais concretos e que nelas a política pública deve desempenhar um papel de convocante da rede, ponto de impulso e ator relevante. Porém, deve-se tratar de aglutinar na rede os diversos atores possíveis. Além disso, o autor afirma:

> *... a tudo isso, deve-se somar a busca da mobilização da responsabilidade social do mundo empresarial para envolvê-lo diretamente como ator em esforços sociais de magnitude... (KLIKSBERG, 2001:95)*

Falconer e Vilela (2001) afirmam que nos anos 1990 as fundações e institutos de RSE foram os promotores dos novos ideais empresariais que extrapolaram a prática das simples doações a entidades sociais e envolveram o meio empresarial mais amplamente na realidade social em que atuam. Segundo os autores, a cidadania empresarial apresenta-se hoje como um movimento de protagonismo do empresariado na esfera social.

De acordo com Peliano (2002), o setor privado lucrativo é um ator importante no alívio das necessidades básicas das populações mais pobres do Brasil, e é preciso criar e

expandir os instrumentos que possam contribuir para a ampliação das ações sociais das empresas. Segundo a autora, deverão ser produzidas a cooperação e a parceria entre o Estado e a sociedade, para que sejam desenvolvidos trabalhos integrados de caráter público, de reciprocidade entre os envolvidos e de emancipação dos beneficiários, de forma que a complementaridade se sobreponha à superposição de papéis, e que permita um melhor aproveitamento de recursos e o alcance de resultados melhores e em menos tempo. Peliano (2002) ainda destaca o fato de que o preconceito com relação às ações sociais do empresariado pode prejudicar seu aprimoramento, e ressalta que seria mais construtivo transformá-las em ações de cidadania do que desqualificá-las.

Soares (2002) afirma ainda que o mais importante é assumir responsabilidades para ajudar a combater a exclusão, que o autor percebe como a tendência do novo mundo corporativo. Kliksberg (2001) salienta que os códigos éticos dos empresários são parte dos recursos produtivos da sociedade e que se estes códigos se alinharem com projetos de desenvolvimento social eqüitativo todos serão favorecidos.

Apesar das percepções contrárias à atuação social das empresas e das limitações citadas por alguns autores com relação ao movimento de RSE, este pode ser um movimento extremamente relevante na diminuição das disparidades sociais presentes na sociedade brasileira. Certamente, o movimento social corporativo tem limitações, dentre elas a ausência de avaliação dos projetos sociais. Neste sentido, a avaliação surge como um instrumento essencial para tornar as práticas de cidadania empresarial mais eficientes, o que será analisado em seguida.

## 3.2 Avaliação de projetos sociais empresariais

Uma das constatações das pesquisas do IPEA sobre a ação social das empresas foi que a avaliação de impacto dos programas sociais não é uma prática disseminada entre as empresas brasileiras. Segundo o IPEA, existe uma percepção impressionista por parte dos empresários com relação ao sucesso de suas ações sociais, pois, de forma geral, eles não avaliam os resultados das ações desenvolvidas. O IPEA afirma ainda que o pouco comprometimento do empresariado com os resultados de seus programas sociais pode produzir no setor privado problemas assemelhados àqueles historicamente observados na atuação do Estado no campo das políticas sociais: superposição e fragmentação das ações, o que pode acarretar desperdício de recursos e a conseqüente perda de eficiência e eficácia dos programas.

Durante muitos anos, as ações sociais empresariais estiveram mais vinculadas à idéia de filantropia do que incorporadas ao discurso da RSE, que busca o engajamento empresarial na busca de soluções mais duradouras para os problemas sociais, o que talvez justifique a falta de compromisso com a avaliação das atividades sociais. Porém, com o desenvolvimento da RSE e de suas premissas de incorporação de padrões sociais na condução dos negócios, a avaliação de impacto dos programas aparece como um fator importante dentro das atividades das empresas que se querem socialmente responsáveis. O volume de recursos sendo alocados em ações por parte das empresas – como relatado anteriormente nos dados da pesquisa do IPEA – é significativo, e o foco nos resultados destas ações sociais não deve ser negligenciado.

Existem alguns indicadores disseminados das práticas de RSE, como o Balanço Social, já citado nesta dissertação e os indicadores desenvolvidos pelo Instituto Ethos de

Responsabilidade Social Empresarial. Estes últimos são constituídos por questionários que englobam os temas: valores e transparência, trabalhadores da empresa, meio ambiente, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e sociedade (ETHOS, 2005). São utilizados para medir o grau de comprometimento da empresa com os itens mencionados, sendo, portanto, uma ferramenta de avaliação interna. Trata-se de um instrumento de auto-avaliação e aprendizagem, de uso essencialmente interno, um autodiagnóstico comparativo, que verifica pontos fortes e fracos na gestão da RSE, permitindo uma comparação com outras organizações.[8] De forma similar, o Balanço Social é uma ferramenta importante de disseminação das práticas e de relato social, iniciativa das organizações comprometidas com a RSE, que divulgam valores para outras organizações e para a sociedade civil. Estes indicadores têm a característica de mobilizar o mundo dos negócios em torno da RSE em um caráter de adesão voluntária, sendo portanto, carregados de um viés bastante otimista.

Porém, indicadores voltados para a avaliação do impacto de ações sociais empresariais partindo da percepção do usuário atendido pelos programas ainda estão muito longe de se constituírem em prática usual nas ações sociais da iniciativa privada. Cada programa social tem suas características específicas, de acordo com o público a ser atendido, com o tipo de serviço oferecido, com os objetivos buscados, e assim por diante, o que dificulta a padronização de indicadores externos. Mas a avaliação de programas sociais com foco no público-alvo e em suas possibilidades em termos de melhoria na qualidade de vida das comunidades atendidas poderia ser mais amplamente utilizada, o que minimizaria as possibilidades de fragmentação, superposição e desperdício de recursos e esforços.

De acordo com Cohen e Franco (1993), muitas vezes o público-alvo se torna um mero destinatário da política social, não sendo consultado com respeito às prioridades, decisões e

[8] Segundo o Instituto Ethos, em 2004, 442 empresas participaram do preenchimento e envio dos indicadores. O número cresceu de 323 em 2003 para 442 em 2004 devido à iniciativa de grandes empresas em utilizarem os indicadores como uma das formas de seleção de fornecedores.

objetivos dos projetos que o afetam. Andrade (2004) afirma que desde os anos 1980 têm surgido novos métodos de pesquisa que visam tornar as comunidades participantes mais ativas nos processos de avaliação de impacto, deixando de serem apenas objeto de análise. Andrade (2004) reitera que tal abordagem defende a idéia de que minimizar a pobreza e a exclusão é impossível sem a participação da comunidade atendida.

Alguns aspectos da avaliação devem ser observados, na medida em que esta ferramenta pode gerar problemas relacionados às paixões e percepções pessoais dos gestores, além de resistência por parte de pessoas que não gostariam de ver seu trabalho avaliado, o que pode ser percebido como fiscalização. Marino (2003) afirma que as organizações que vêem a avaliação como um mecanismo de controle transformam o indivíduo que está sendo avaliado em objeto passivo, correndo o risco de despertar uma atitude negativa nos participantes, o que pode prejudicar o acesso a informações essenciais para a avaliação. Os gestores podem se sentir pessoalmente avaliados, e não o programa. É importante, portanto, tratar a avaliação como uma possibilidade de aprimoramento dos programas.

Cohen e Franco (1993) afirmam que a avaliação faz parte de um processo de planejamento da política social, e que nesse sentido não deve ser concebida como uma atividade isolada e auto-suficiente. Cohen e Franco (1993) salientam que a avaliação procura prover informações para aumentar a racionalidade com que se tomam decisões, proporcionando instrumentos para escolher as melhores alternativas de execução e melhorar o processo de implementação dos projetos sociais. Andrade (2004) reforça que a avaliação determina a importância e o valor dos projetos, gerando uma prestação de contas para seu aprimoramento, mediante melhorias a serem implementadas.

Cohen e Franco (1993) definem avaliação como sendo:

> *...uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos. (COHEN e FRANCO, 1993, p.77)*

A primeira premissa a ser levada em consideração na avaliação de projetos sociais é a definição clara dos objetivos. Sem isso fica impossível determinar se o projeto tem ou não sucesso, e em que medida. Cohen e Franco (1993) definem objetivo como sendo a situação que se deseja obter ao final do período de duração do projeto, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas. De acordo com estes autores, existem vários tipos de objetivos em projetos sociais, que podem ser definidos segundo alguns critérios, como: objetivos explícitos – que manifestam claramente os propósitos procurados; latentes – que são perseguidos embora não tenham sido enunciados; de resultado – que procuram modificar uma parcela da realidade mediante o impacto do projeto; originais – que constituem os propósitos originais do projeto, e derivados – que surgem como conseqüência dos originais. Cohen e Franco (1993) afirmam que existem projetos que são levados adiante sem que seus objetivos tenham sido formalizados e que muitas vezes, podem falhar no alcance de objetivos expressos, mas ter êxito em objetivos subjacentes que se sobressaem. Outros, ao contrário, podem alcançar os objetivos para os quais foram criados, mas fracassar nos seus desdobramentos, tornando-se relativamente inúteis. É preciso, portanto, analisar a real vigência dos objetivos declarados nos documentos do projeto para verificar se correspondem aos verdadeiramente perseguidos.

A avaliação deve ser diferenciada de acompanhamento, que é entendido por Cohen e Franco (1993) como sendo o exame contínuo ou periódico efetuado pela administração, do modo como está sendo executada uma atividade. O acompanhamento, ou monitoramento, é uma atividade gerencial interna realizada durante o período de execução, onde se procura assegurar que as atividades do projeto estejam seguindo de acordo com o plano traçado. Segundo Marino (2003), é a fase em que se deve refletir sobre as dinâmicas interna e externa da equipe responsável pelas atividades, suas relações entre si e com o público-alvo, sem perder de vista a missão e os princípios valorizados no programa.

A avaliação pode ser definida, basicamente, em dois tipos, de acordo com o momento em que acontece: antes ou depois de iniciado o projeto. Segundo Marino (2003), antes de se implementar a primeira ação deve ser feita uma atividade avaliativa do projeto, o que o autor define como "avaliação de marco zero", que pressupõe um estudo aprofundado do problema a ser tratado, um diagnóstico inicial de ações que correspondam às demandas reais da população que se quer beneficiária. Cohen e Franco (1993) definem este tipo de avaliação como "*ex-ante*", e atribuem a ela a escolha pelo projeto, que tem por objetivo definir racionalmente se o mesmo deve ou não ser implementado. Segundo os autores, este tipo de avaliação tem sido utilizada amplamente em projetos econômico-financeiros de empresas, para verificar a viabilidade dos mesmos em termos da relação custo-benefício[9], mas geralmente pouco utilizada em projetos sociais. Cohen e Franco (1993) afirmam que a fórmula tradicional de obter indicadores de rentabilidade sócio-econômica traz inconvenientes, devido a dificuldades de "tradução" de benefícios sociais em unidades monetárias, como, por exemplo, efeitos ambientais, redução de dores em tratamentos de saúde, melhoria em atendimentos diversos e, mesmo, o valor da vida humana, efeitos intangíveis e de enorme valor para os usuários dos projetos. A avaliação "*ex-ante*" pretende antecipar os impactos que se espera obter com os projetos, levando em consideração experiências passadas em projetos similares e pareceres de peritos (COHEN e FRANCO, 1993).

Já a avaliação realizada após o projeto, definida por Cohen e Franco (1993) como "*ex-post"*, e por Marino (2003) como avaliação de resultados, analisa os benefícios proporcionados aos participantes após a implementação. Andrade (2004) baseando-se em

[9] Geralmente as metodologias mais utilizadas para estes cálculos são a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Valor Presente Líquido (VPL). São projeções das expectativas de retorno periódico no tempo de vida dos projetos, descontadas a uma taxa específica para o momento presente, o que permite a verificação da viabilidade econômico-financeira do projeto antes de sua implementação.

Roche (2002), define avaliação de impacto como sendo uma estimativa de como e até que ponto a mudança ocorreu.

Roche (2002) *apud* Andrade (2004) afirma que existem dois níveis de avaliação de impacto: um focado nos objetivos originais do projeto e outro mais amplo, que abrange as mudanças positivas e negativas, planejadas ou não, provocadas pelo projeto. Cohen e Franco (1993) afirmam também que na avaliação de impacto é importante medir não somente o alcance dos objetivos traçados, mas também os seus efeitos secundários, muitas vezes extremamente importantes.

A avaliação de impacto requer indicadores definidos, que possuam critérios norteadores do sucesso do projeto. Indicadores são unidades que permitem medir o alcance de objetivos específicos (COHEN e FRANCO, 1993). Marino (2003) define indicadores como sendo elementos concretos que indicam a medida de sucesso ou fracasso em relação aos resultados esperados. Estes indicadores geralmente são definidos na formulação de perguntas orientadoras com base nos objetivos do projeto. Cohen e Franco (1993) afirmam que é preferível que na formulação do projeto sejam definidos tanto metas como indicadores para avaliação e que estes sejam adequados para medir o alcance das metas, mas que este não é o caso mais comum. Metas podem ser mal formuladas e indicadores podem ser mal definidos, mas isso não impede a avaliação. Segundo os autores, a programação não é o referencial mais importante, e sim o comportamento da realidade como conseqüência do projeto, o que exige que o mesmo permita certa flexibilidade e adequação.

Alguns autores elaboraram metodologias para a avaliação de projetos sociais, entre eles Cohen e Franco (1993), Roche (2002), Marino (2003) e Andrade (2004), sendo que esta última autora fez uma adaptação da metodologia dos quatro autores citados. A seguir, será realizada uma compilação de tais metodologias para formulação de um roteiro de avaliação a ser usado no estudo de caso desta dissertação.

### **3.2.1** Metodologia de avaliação de projetos sociais segundo Cohen e Franco (1993)

Segundo Cohen e Franco (1993), a definição do universo ou população do projeto é o primeiro passo da avaliação. A população é o conjunto de pessoas, famílias ou organizações que tenham em comum os atributos que as fazem receptoras dos bens ou serviços a serem oferecidos pelo projeto. Tais atributos são qualidades observáveis nesta população, que podem variar conforme suas características. A população pode ser finita (como o número de habitantes de um município) ou grande o suficiente para que seja considerada infinita, quando não se pode fazer um censo da mesma. Nestes casos, é escolhida uma amostra da população.

O segundo passo, segundo Cohen e Franco, é definir as unidades de análise. Elas são o objeto da avaliação e podem ser caracterizadas de formas diferentes, sendo definidas como: absolutas, quando as medições são realizadas somente sobre a própria unidade; comparativa, quando existem outras unidades do mesmo conjunto usadas para comparações; de relação, quando existem vínculos entre mais de uma unidade; contextual, quando a unidade faz parte de outra que a abrange, e assim por diante.

A avaliação tem por finalidade explicar se os resultados da execução do projeto foram bem sucedidos e por quê. Sendo assim, para encontrar explicações, deve-se formular uma teoria que dê significado aos fatos observados, por meio de hipóteses. A formulação de hipóteses é o terceiro momento da avaliação, segundo estes autores. Uma hipótese é uma afirmação conjectural sobre a relação existente entre variáveis, o que supõe que se cumpram três condições: oferecer uma resposta ao problema que originou a avaliação; enunciar as hipóteses não verificáveis diretamente, de forma que possam sê-lo por meio de suas implicações lógicas; e estar bem formuladas e coerentes. As hipóteses podem ser aceitas ou recusadas, o que se torna importante ao adotar medidas corretivas.

A avaliação "*ex-post*", ou de impacto, pretende estabelecer o grau de eficiência do projeto, o que seria desejável obter analisando toda a população. Porém, muitas vezes, isso se torna impossível, devido ao tamanho do universo, o que se resolve examinando uma parte do mesmo, tornando possível fazer inferências relativas à população total. O subconjunto da população universo constitui uma amostra, que, segundo Cohen e Franco, deve satisfazer duas condições: permitir colocar à prova hipóteses substantivas; e tornar possível que os resultados obtidos na amostra sejam extrapoláveis à totalidade do universo. Para isso, a amostra deve ser representativa e heterogênea.

O plano de análise é o quinto momento da avaliação, que tem como funções principais: sintetizar a informação disponível em indicadores; escolher as técnicas que permitam usar a informação para alcançar os resultados procurados e selecionar as ferramentas estatísticas a partir da natureza dos indicadores. Neste momento é decidido a respeito da quantidade de informação necessária, dos tipos de dados a analisar, dos recursos necessários e da forma que se apresentará resultados.

O sexto passo, de acordo com Cohen e Franco, é a definição do contexto e das formas de recolher a informação. Segundo os autores, todo projeto é avaliado em seu contexto sócio cultural, sendo necessário analisar os fatores físicos (como a região onde se encontra a amostra e o espaço de coleta de informações) e sócio-econômicos que o influenciam, o que pode ser determinante em seu sucesso ou fracasso. Sendo assim, definem o contexto "macro", que inclui fatores como o sistema político e a influência de grupos de pessoas; e o contexto "micro", ambiente no qual a avaliação é produzida. A forma de recolher as informações deve ser idônea e permitir destacar fatos importantes, possivelmente exigindo consultas a relatórios econômicos, planos globais e setoriais que se enquadrem no projeto.

O sétimo momento da avaliação para os autores é a definição dos instrumentos de coleta de informação. Cohen e Franco tratam do questionário como instrumentos aplicáveis a

qualquer tipo de unidade de análise que contenha variáveis relevantes para a avaliação. Os instrumentos de coleta de informação são utilizados para a verificação das hipóteses. Tais instrumentos devem ser acompanhados de instruções de uso, para que os dados obtidos tenham níveis de validade e confiabilidade satisfatórios. Outra colocação importante dos autores é a utilização do teste prévio, etapa essencial de determinação da adequação e viabilidade dos instrumentos. O teste prévio é realizado com uma sub-amostra do universo, para testar o questionário. De sua aplicação surgem modificações relacionadas ao conteúdo do instrumento, que permitem adaptá-lo às características específicas das unidades de análise, e confeccionar o questionário definitivo de coleta de informações.

O oitavo passo da avaliação de projetos sociais, segundo Cohen e Franco, é o processamento das informações. Este momento acontece por meio da codificação, atividade de atribuição de números e variáveis aos valores que estas possam assumir na escala determinada; da análise de consistência das variáveis, que são testes para garantir a validade dos valores codificados; e da análise da relação e distribuição das variáveis, que visa determinar o agrupamento dos valores da variável de acordo com a amostra.

O nono e último passo da avaliação é a escolha das técnicas de análise, que pode envolver metodologias qualitativas ou quantitativas, ou ambas, de acordo com as características do projeto em questão.

### **3.2.2** Metodologias de avaliação de projetos sociais segundo Roche (2002) sintetizado em Andrade (2004)

Andrade (2004) procede a uma sistematização consistente do amplo trabalho de Roche (2002), que define como o primeiro momento da avaliação a etapa preparatória, em que se

determinam a finalidade, os recursos e o destino da avaliação. Nesta fase também são definidos o foco e os limites financeiros, humanos e tecnológicos.

A segunda etapa consiste em definir as unidades de avaliação, seguida da definição dos indicadores de avaliação, etapa que Roche (2002) define como sendo uma fase de extrema importância para o processo.

A próxima etapa compreende o levantamento das informações existentes sobre o projeto, seguido da definição da equipe que fará a avaliação. A equipe poderá ser interna, externa ou mista, de acordo com as necessidades e características de cada projeto, assim como da habilidade de desenvolvimento de relacionamentos do avaliador, que deve levar em consideração a necessidade de interação entre as partes envolvidas no processo. Roche (2002) ainda defende a formação de equipes com habilidades complementares, sem definir o número de pessoas.

Outro passo na avaliação, segundo o autor, é a escolha da amostra, que deve ser recolhida a partir de um universo amplo. Roche (2002) salienta que para avaliações em profundidade amostragens reduzidas tendem a ser mais eficazes.

A definição do momento da avaliação é a etapa seguinte, em que se escolhe entre o início, o durante ou o final do projeto, além da periodicidade da avaliação. Nesta fase, sazonalidades específicas e características individuais devem ser levadas em conta para que não prejudiquem as conclusões do avaliador.

Roche (2002) ressalta a importância do levantamento de informações e a escolha dos instrumentos de coleta de dados como próxima etapa. Os instrumentos podem ser quantitativos ou qualitativos, sendo ressaltada a pesquisa por meio de questionários e entrevistas, sempre com cuidado na escolha dos entrevistados.

A etapa final, segundo o autor, consiste na elaboração dos relatórios de avaliação, que expliquem o contexto que influencia os resultados do projeto em questão. Estes relatórios

devem ser adaptados à linguagem de cada público ao qual será exposto, para facilitar a disseminação das conclusões da avaliação.

### **3.2.3** Metodologias de avaliação de projetos sociais segundo Marino (2003)

Marino (2003) afirma que a avaliação deve ocorrer como um processo integrado e contínuo na vida do projeto social, devendo ser incorporada como valor pelas pessoas que fazem parte do trabalho. O autor define uma metodologia de sete passos para a avaliação de projetos sociais.

O primeiro passo é a definição do foco da avaliação, que implica escolher o ângulo sob o qual se deseja olhar o projeto em relação ao momento cronológico – se no marco zero, no processo ou nos resultados – os motivos da avaliação, o papel do avaliador e os responsáveis. O foco ainda define como as conclusões serão utilizadas, o tempo do processo de avaliação, os recursos e o cronograma.

O segundo passo da avaliação é a formação da equipe, sobre a qual não nos deteremos, já que a avaliação que se propõe a realizar como estudo de caso contou com a participação exclusiva do autor desta dissertação.

O autor define como terceiro passo a identificação dos interessados, das perguntas e dos indicadores. Os interessados podem ser financiadores, executores e população alvo, entre outros, que são os grupos que se envolvem com o projeto e têm interesse na avaliação. Os interessados podem variar em virtude do momento da avaliação, mas esperam-se resultados e mudanças nas diferentes fases do projeto e para os diferentes envolvidos. As perguntas orientadoras são aquelas que a equipe da avaliação espera ver respondidas ao final do processo, e são importantes na definição do foco e no direcionamento da avaliação. Os indicadores são elementos concretos que pontuam a medida de sucesso ou fracasso em relação

aos resultados esperados. Marino (2003) afirma que a equipe de avaliadores deve definir de forma consensual as unidades de medida quantitativas ou qualitativas de resultados do projeto, observando as diferenças de leitura que se pode fazer da realidade.

O quarto passo é o levantamento das informações, elemento básico na tomada de decisões. A abordagem na coleta das informações pode ser quantitativa ou qualitativa. A abordagem quantitativa engloba as informações que podem ser mensuradas numericamente, abordando estatísticas do projeto e também considerando números referentes a produtos, participantes e demais dados mensuráveis. A abordagem qualitativa é importante na formulação de hipóteses, na complementação e aprofundamento de informações quantitativas e na busca de significância dos eventos. Informações qualitativas podem envolver dados sobre comportamento, auto-estima e aquisição de habilidades, entre outros. Marino (2003) ainda relata a importância dos métodos de coleta de dados, ressaltando a observação, a entrevista e a análise documental.

Marino (2003) aponta como quinto passo na avaliação a análise de fatos e informações. Esta etapa envolve a organização, o processamento, a análise e a interpretação dos dados coletados.

O sexto passo é definido por Marino (2003) como sendo a elaboração do relatório e divulgação. Os relatórios da avaliação devem ser sucintos e de fácil compreensão para todos os públicos envolvidos. O objetivo desta etapa é compartilhar com todos os interessados as conclusões da avaliação.

O sétimo e último passo da avaliação, segundo Marino (2003), é a utilização e disseminação. Nesta fase define-se a melhor maneira de utilizar as conclusões e de disseminar formas de retro-alimentação do processo, dando andamento contínuo ao aprimoramento do projeto.

# 4 O ESTUDO DE CASO

## 4.1 Histórico do grupo empresarial

O Bradesco foi fundado em 1943, em Marília, estado de São Paulo, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos. Sua estratégia inicial consistiu em atrair o pequeno comerciante, o funcionário público, pessoas de baixa renda, ao contrário dos bancos da época, que priorizavam o atendimento a demandas dos grandes proprietários de terras. Em 1946, a matriz do banco foi transferida para a capital paulista, na rua Álvares Penteado, no centro da cidade. Suas agências passam a receber pagamento de contas de luz, uma inovação no País.

Com apenas oito anos de vida, em 1951, o Bradesco tornou-se o maior banco privado do Brasil. Nessa década, decidiu erguer sua nova sede em Osasco. Em 1956, foi criada a Fundação Bradesco, com o objetivo de levar educação gratuita a crianças, jovens e adultos carentes.

A década de 1960 marcou a chegada da informática ao banco. Em 1962, o Bradesco foi a empresa a adquirir o primeiro computador da América Latina, que possibilitava o acesso a extratos diários aos clientes, prestação de serviço inédita para a época.

A década de 1970, época do milagre econômico brasileiro, quando o País experimentou taxas de crescimento anuais acima de 10%, favoreceu a expansão do banco, que passou a atuar fortemente no segmento de crédito, principalmente no financiamento de veículos. Nessa década, o Bradesco incorporou 17 outros bancos. Ao inaugurar duas novas unidades em 1978, uma no Oiapoque (AP), outra no Chuí (RS), pontos extremos do País,

chegou à milésima agência. Foi implantada a cobrança automática e o Banco começa a atuar em projetos agropecuários.

Nos anos 1980, o Bradesco formou o Grupo Bradesco Seguros, com negócios nos segmentos de previdência privada aberta e de capitalização, além da seguradora. O uso do cartão magnético se popularizou entre os clientes ao longo desses anos. As primeiras agências com auto-atendimento e o TeleComércio Eletrônico Bradesco foram implantadas.

No início da década de 1990, todas as agências Bradesco passaram a trabalhar on-line e o auto-atendimento se expandiu em todo o país. Foram implantadas máquinas automáticas de emissão de cheques, de saques e recolhimento de depósitos. O sistema de Internet Banking obteve grande aceitação dos clientes e passou a ser um dos mais importantes canais de atendimento, com milhões de usuários cadastrados. Foi implantado o Bradesco Mobile Banking, que permitiu operações de consulta de saldos e extratos além do pagamento de algumas contas pelo celular.

O Bradesco é o maior banco privado no Brasil. Sempre se manteve à frente no mercado de varejo. Hoje, está entre os líderes em serviços bancários em diferentes segmentos, atendendo a grandes e pequenos investidores, correntistas e empresas de todos os portes e segmentos.

No ano de 2004, o banco possuía R$ 184,9 bilhões em ativos totais. Na área de crédito, o saldo foi R$ 62,7 bilhões, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo adiantamento sobre contratos de câmbio e arrendamento mercantil. O Banco tem ainda sob gestão R$ 104,7 bilhões em fundos de investimento e carteiras administradas.

Alguns dados importantes:

- ♣ É o maior banco privado do Brasil;
- ♣ Possui R$ 184,9 bilhões em ativos totais;
- ♣ Possui 16 milhões de clientes;
- ♣ Opera com 2.959 agências: a maior rede privada do país;

- Possui 1,4 milhão de acionistas;
- Administra R$ 104,7 bilhões em recursos;
- É o maior empregador privado do Brasil, com mais de 70 mil empregados.

Abaixo segue uma descrição breve dos segmentos de atuação do banco:

a) – Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

A Bradesco Corretora atua como intermediadora na compra e venda de ações de todas as empresas que participam do mercado acionário. Mantém expressiva atuação nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, com crescente expansão das negociações pela Internet. Na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, ocupa o segundo lugar em volume de contratos negociados no ranking semestral.

b) – Bradesco Seguros

O Grupo Bradesco de Seguros, com marcante atuação nas áreas de Seguro, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, registrou em 31 de março de 2005, lucro líquido de R$ 431 milhões. A receita global de prêmios alcançou R$ 3,616 bilhões, com crescimento de 5,40% em relação a igual período do ano anterior.

c) – Bradesco Vida e Previdência

É uma empresa especializada em vida e previdência, com estrutura sólida, confiável e capaz de resistir às mudanças do tempo, condição fundamental para quem cuida de acumulação de recursos no longo prazo, como nos planos de aposentadoria. Atuando no mercado desde agosto de 1981, a Bradesco Previdência é especializada na elaboração, implantação e administração de planos individuais e empresariais de aposentadoria, pensão e pecúlio. Dados sobre o segmento de Previdência:

- mais de 1,53 milhão de participantes;
- mais de 33,4 milhões de empresas conveniadas;
- mais de R$33 bilhões administrados na carteira de investimentos.

Dados sobre o segmento de seguros de vida:

- ♣ mais de 2 milhões de segurados;
- ♣ mais de R$198 milhões em prêmios.

d) – BRAM - Bradesco *Asset Management*

A Bram-Bradesco Asset Management é uma das maiores administradoras de recursos de terceiros do País, com mais de R$ 104,7 bilhões sob gestão. Foi constituída em abril de 2001, resultado da consolidação das áreas de Asset do Bradesco, BCN Alliance Capital e Bradesco Templeton. No ano de 2004, somaram-se aos recursos administrados pela BRAM os fundos e carteiras de investimento adquiridas do Deutsche Bank Investimentos DTVM.

### **4.1.1** A Fundação Bradesco

O segmento do banco que é responsável pelas políticas sociais é a Fundação Bradesco. Foi criada em 1956, por Amador Aguiar, empresário fundador e seu principal executivo até recentemente, com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização às crianças, jovens e adultos. Inaugurou sua primeira escola em 29 de junho de 1962, na Cidade de Deus em Osasco, no estado de São Paulo, com 300 alunos e 7 professores. Hoje, são 40 escolas, com previsão de atendimento para 2005 de 107.871 alunos, em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. As escolas são instaladas, prioritariamente, em regiões de acentuadas carências socioeconômicas.

Além da educação básica, que compreende educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e médio-profissionalizante, mais de 50 mil alunos recebem gratuitamente uniforme, material, merenda escolar e assistência médico-odontológica. A Fundação Bradesco mantém ainda cursos de educação profissional básica – segmento escolhido para o estudo de caso deste trabalho -, especialização rápida, informática para deficientes visuais e

alfabetização de adultos. Além disso, segundo o banco, diversas atividades levam o aluno a tomar contato com questões sobre o meio ambiente, cidadania e trabalho voluntário.

Segundo o Bradesco, o trabalho da sua Fundação já mereceu o reconhecimento de várias instituições nacionais e internacionais, como a Universidade de Harvard/EUA, que considera seu projeto referência mundial no Terceiro Setor.

A Fundação é um dos maiores acionistas do banco, tem crédito proveniente de empréstimos ao Bradesco e recebe juros sobre os mesmos. Sua participação na Organização Bradesco foi diretamente doada pelo fundador do banco e da Fundação, Amador Aguiar. As atividades da Fundação Bradesco são custeadas por receitas advindas dos juros sobre o capital próprio e dividendos de sua participação acionária nas empresas da Organização Bradesco, além de contar com doações do banco. Somente em 2004, os recursos aplicados pela Fundação no Brasil foram de R$156,6 milhões, superiores em 13,2% aos recursos aplicados em 2003. Em 2004 atendeu a mais de 107 mil alunos em seus diversos cursos. Desde sua criação, formaram-se mais de meio milhão de pessoas.

O trabalho da Organização Bradesco na área social teve início há mais de 40 anos, muito antes que o discurso sobre Responsabilidade Social se tornasse tão difundido no meio empresarial. Segundo a organização, um conjunto de princípios educacionais e éticos orienta ações pessoais e coletivas na condução do projeto de contribuição na formação e profissionalização de comunidades ao redor do país.

Na cidade de Deus, em Osasco, São Paulo, está seu núcleo administrativo/pedagógico, que organiza, encaminha e acompanha a dinâmica de todo o sistema educacional. O núcleo é formado por educadores, técnicos e supervisores, compondo a diretoria da Fundação e todo o corpo administrativo.

A Fundação mantém debates internos sobre as novas tendências pedagógicas e afirma reformular seus currículos, alicerçada nas demandas socioculturais das comunidades onde

atua. Uma dessas demandas é a formação contínua dos educadores. Segundo o Bradesco, a Fundação investe na atualização de seus profissionais com freqüência. Em 2004, seus trabalhadores participaram de 309 cursos.

Outra demanda é a garantia de espaços de diálogo na Instituição. A escola é considerada um lugar democrático e de interação ativa de todos os atores educativos. A organização afirma valorizar a vivência de pais, educadores, professores e de todos os saberes que permeiam suas relações.

A Fundação afirma ainda propiciar aos seus alunos o exercício da capacidade criativa, de liderança e desenvolvimento de suas potencialidades. Isso é realizado por meio do estímulo à participação ativa na vida social e histórica, enquanto sujeitos políticos e produtivos.

A partir da década de 1970, a Fundação Bradesco criou cursos de capacitação profissional com o objetivo de preparar jovens para o exercício de uma profissão. Desta forma, foi implantado o curso de Datilografia, em Osasco. Posteriormente, este curso passou também a ser ministrado em todas as Unidades Escolares da Fundação Bradesco. Na mesma época foi criado o curso de Auxiliar Técnico de Manutenção de Máquinas, desenvolvido com o objetivo de capacitar profissionalmente o aluno, para executar a manutenção de diversos tipos de máquinas e equipamentos de escritório.

A Fundação Bradesco criou, ainda em 1970, o Centro de Treinamento em Artes Gráficas (CETAG) que tinha como objetivo profissionalizar jovens entre 14 e 16 anos na área gráfica. Estes jovens poderiam participar dos seguintes cursos: composição e impressão tipográfica, offset, formulário contínuo, produção visual gráfica (desenho), montagem de fotolito e acabamento geral gráfico. Ao término dos cursos, era dada oportunidade a esses jovens de trabalhar na Gráfica Bradesco.

Em 1984, foram criados os cursos Técnico em Telefonia e Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, desenvolvidos com o objetivo de capacitar profissionalmente os alunos

para executar a manutenção e instalação de sistema de telefonia, e a manutenção e instalação de sistema de refrigeração e ar condicionado. Os jovens, com idade entre 17 e 21 anos, eram trazidos de várias regiões do país, recebiam os mesmos benefícios dos alunos do curso de Manutenção de Máquinas.

No mesmo ano, os cursos Contínuo/Escriturária e Básico Bancário foram implantados. O primeiro tinha como objetivo capacitar meninos e meninas, a partir de 14 anos, para exercerem as funções de contínuo e de escriturária. O curso Básico Bancário tinha como objetivo informar os alunos a respeito da localização das sedes administrativas da Organização, da finalidade de cada departamento e de sua forma de funcionamento, dos benefícios concedidos aos funcionários, bem como dos seus direitos e deveres. Cada um destes cursos tinha a duração de 15 dias.

Em 1985, criou-se o curso Empresa Treinamento Escola, com o objetivo de capacitar alunos de 14 a 17 anos para o exercício de atividades comerciais, bancárias e administrativas. Este curso era desenvolvido em três ambientes: a "Loja-Escola" propiciava treino prático nas modalidades de vitrinista, vendas, caixa, crediário e expedição de mercadorias; o "Escritório-Escola" oferecia atividades práticas nos setores de Pessoal, Arquivo, Estoque, Contabilidade e Cobrança; e a "Agência-Escola" oferecia atividades práticas de uma agência bancária nos seus diversos setores (Abertura de Contas/Talão de Cheques, Caixa, Carteira de Pagamentos, Ordem de Pagamento, Cobrança, Financiamento, Cadastro, Extrato, Arrecadações e Tesouraria).

Em 1994, a Fundação Bradesco implantou, como plano piloto, o primeiro Laboratório de Informática, para atender jovens da comunidade de Osasco com idade entre 14 e 21 anos, ministrando o curso de Introdução à Informática. No ano seguinte, diante da enorme procura, expandiu o atendimento com a montagem de mais um laboratório. A partir do sucesso do plano piloto, este trabalho foi estendido às demais Unidades Escolares.

Na década de 1980, outro segmento de trabalho foi criado. Enquanto na Fundação Bradesco – Matriz eram ministrados cursos aos jovens, em algumas Unidades Escolares foram implantados cursos de curta duração, oferecidos às mães dos alunos, objetivando integrar a escola e a comunidade local. As senhoras participavam de cursos de corte e costura, pintura em tecido e vidro, noções básicas de culinária, higiene e puericultura. Com a integração da comunidade, as escolas começaram a oferecer também aos pais cursos de noções básicas de instalações elétricas e hidráulicas e marcenaria.

Diante do sucesso desse trabalho, do levantamento do interesse e da necessidade de cada escola/região, outros cursos passaram a ser oferecidos e estendeu-se a participação da comunidade também a pessoas que não tinham seus filhos estudando na escola, ampliando o atendimento. Com o passar do tempo, observou-se que estes cursos começaram a influenciar na qualidade de vida das pessoas, na medida em que passaram a utilizar os conhecimentos adquiridos para melhorar a renda familiar, seja produzindo para vender ou para consumo doméstico.

O Setor de Educação Profissional Básica logo passou a ter o objetivo de atender às necessidades de atualização, qualificação e requalificação de jovens e adultos trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade. Assim, oferece cursos livres, com programas flexíveis que permitem alterações e adequações de acordo com a realidade do mercado de trabalho local. A Fundação oferece 131 cursos, com o objetivo de qualificar ou requalificar trabalhadores com diferentes graus de escolaridade. Cada unidade da Fundação escolhe um conjunto de cursos adequado à realidade local do mercado de trabalho. Em 2004, cerca de 35 mil alunos freqüentaram estes cursos.

Os principais segmentos dos cursos de Educação Profissional Básica são:

a) – Agropecuária

Os cursos desta área foram elaborados para atender às necessidades de jovens e trabalhadores rurais quanto a técnicas de organização e produção de alguns segmentos do agronegócio, auxiliando nas etapas de produção animal, vegetal, agroindústrial e gestão rural. Entre os cursos oferecidos, encontram-se: inseminação artificial, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, apicultura, mecanização agrícola, produção de hortaliças, fruticultura, forragicultura, sistemas de irrigação e drenagem, derivados da carne, derivados do leite, derivados de frutas e hortaliças, administração rural e capatazia rural.

b) – Embelezamento Pessoal:

São oferecidos cursos para a formação de prestadores de serviço de embelezamento pessoal, como cabeleireiros, maquiadores e manicures para trabalhar em centros de beleza, institutos ou gerenciando seu próprio negócio. Entre os Cursos oferecidos encontra-se: cabeleireiro, auxiliar de cabeleireiro, cortes de cabelo, pentados, colorimetria, alisamento e ondulação, maquilador, manicure e pedicure.

c) – Moda

Os cursos destinam-se à formação de prestadores de serviço de moda, habilitando-os a trabalhar em sua própria residência, lojas e confecções. O programa inclui modelagem industrial sob medida, corte e costura de peças de vestuário em diferentes tipos de tecidos. Entre os cursos oferecidos encontram-se: confecção feminina, confecção masculina, confecção infantil, malharia e moletom, moda praia e lingerie.

d) – Indústria Elétrica

Os cursos oferecidos possibilitam a construção de conhecimentos básicos relacionados a eletricidade, dando opção ao participante de atuar em manutenção, instalação, reparo de equipamentos e instrumentos de teste, bem como diagnosticar defeitos em redes elétricas

residenciais. Cursos oferecidos: eletrônica básica, instalações elétricas e residenciais, manutenção de eletrodomésticos e eletrônica.

e) – Tecnologia Gráfica:

Os cursos oferecidos possibilitam a construção de conhecimentos básicos relacionados ao segmento gráfico, dando opção ao participante de atuar em agências de publicidade, gráficas e bureaux. Cursos oferecidos: produção gráfica, *photoshop*, *page maker*, *freehand*, tecnologia e impressão *off set*.

f) – Informática:

Os cursos de informática têm por objetivo instrumentalizar jovens e adultos trabalhadores a utilizar programas aplicativos como ferramentas de trabalho nas diversas áreas de atuação profissional. Cursos oferecidos: Windows, Word, Excel, Internet e PowerPoint, Acess, Digitação, e montagem de microcomputadores.

g) – Artesanato:

São oferecidos cursos com o objetivo de difundir técnicas artesanais que possibilitem a comercialização de produtos para a geração de renda. Em algumas localidades esses cursos servem também como forma de resgatar a cultura regional. Cursos oferecidos: bordados, ponto cruz, ponto em fita, ponto reto, vagonite, xadrez, entrelaçado aplicação, entrelaçado em fita, macramê, amarradinho e fuxico, pinturas, pintura em tecido, em madeira, em parede, em seda, em gesso, pintura em cerâmica barroca mineira, artesanato regional, bonecas em palha de milho, bonecas em pano, artesanato em fibra de bananeira, arranjos natalinos, confecção de embalagens, moda casa, cartões artesanais, velas artesanais, arte em biscuit, acessórios e bijuterias, entre outros.

h) – Serviços de alimentação:

São oferecidos cursos para formação de prestadores de serviço de alimentação em restaurantes, bares ou ainda em serviços de bufês, entregas diretas e distribuição em pontos de venda. Cursos oferecidos: cozinheiro, auxiliar de cozinha, confeiteiro, garçom.

i) – Serviços de hospedagem:

São cursos oferecidos para formação de prestadores de serviço que podem atuar em residências, edifícios e hotéis. Cursos oferecidos: recepcionista de hospedagem, atendente de reserva.

j) – Eventos

São oferecidos cursos para a formação de prestadores de serviços de turismo, que incluem a promoção do turismo e a organização e realização de eventos de diferentes tipos e portes. Cursos oferecidos: recepção de eventos e gestão de eventos.

Os cursos oferecidos em cada escola da Fundação respeitam as características de cada região ao oferecer oportunidades de geração de renda. Devido às características da região de São João Del Rei, os cursos de Educação Profissional Básica da Fundação Bradesco nesta cidade são voltados principalmente para o artesanato local. Estes têm mais procura por parte da comunidade e, por este motivo, foram os escolhidos para o estudo de caso desta dissertação. Foi então realizada uma avaliação dos resultados dos cursos de artesanato para a comunidade local, tendo sido colhidos dados qualitativos junto a alunos que participaram de tais cursos entre abril de 2003 e setembro de 2005.

Os demais segmentos educacionais da Fundação Bradesco são:

Educação Básica: Abrange o Ensino Fundamental (da Educação Infantil à 8ª Série) e o Ensino Médio. Este segmento responde por cerca de 47% do total de alunos matriculados. Ensino, alimentação, uniformes, material escolar e assistência médico-odontológica são gratuitos aos alunos. A estrutura da Fundação oferece apoio tecnológico, composto por 3.214 computadores e 270 servidores, com o objetivo de incluir estes alunos também na tecnologia

da informação. Os índices de aprovação, evasão escolar e reprovação (TABELA 4) são extremamente satisfatórios.

**TABELA 4: Indicadores de Desempenho Geral da Fundação Bradesco 2000-2004**

| Ano | Aprovação | Evasão | Reprovação |
|---|---|---|---|
| 2000 | 96,0% | 3,0% | 4,0% |
| 2001 | 95,5% | 2,8% | 4,5% |
| 2002 | 95,6% | 2,8% | 4,4% |
| 2003 | 95,0% | 2,8% | 5,0% |
| 2004 | 96,1% | 2,7% | 3,9% |

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fundação Bradesco (2005)*

Educação Profissional Técnica: Em algumas escolas da Fundação, além das disciplinas convencionais do ensino médio, são oferecidos cursos técnicos, que procuram proporcionar aos alunos formação profissional adequada às demandas econômicas das diversas regiões do país. São quatro cursos: Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática, Técnico em Eletrônica e Técnico em Gestão. Em 2004, 3.785 alunos freqüentaram estes cursos.

Educação de Jovens e Adultos: Neste segmento, a Fundação Bradesco oferece cursos para pessoas que não puderam completar seus estudos formais em idade própria. Os alunos são, em sua maioria, adultos e donas de casa. São oferecidos cursos de alfabetização, conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os alunos do Ensino Fundamental e Médio estudam por meio do Telecurso, oferecido em 36 escolas da Fundação e em 47 empresas conveniadas, permitindo horários mais flexíveis e contornando eventuais dificuldades de deslocamento às escolas por parte de alguns alunos. Segundo a Fundação, em 2004 este segmento atendeu 22.009 alunos, dos quais 88% foram aprovados nos exames finais. O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos é destinado, basicamente, a pais de

alunos, e funciona em 35 escolas da Fundação e em uma empresa conveniada. Em 2004 participaram 2.830 alunos em todo o país.

A Fundação Bradesco ainda mantém diversas parcerias de forma a aumentar as possibilidades de alcance de sua atuação social. Algumas delas são:

a) - Alfabetização Solidária: desde 1998 participa do Programa da ONG Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária, que procura reduzir o índice de analfabetismo do país, tendo contribuído desde o início do projeto, com R$9 milhões. Em 2004, adotou 16 municípios, tendo atendido 9.800 alunos e tendo capacitado 196 professores.

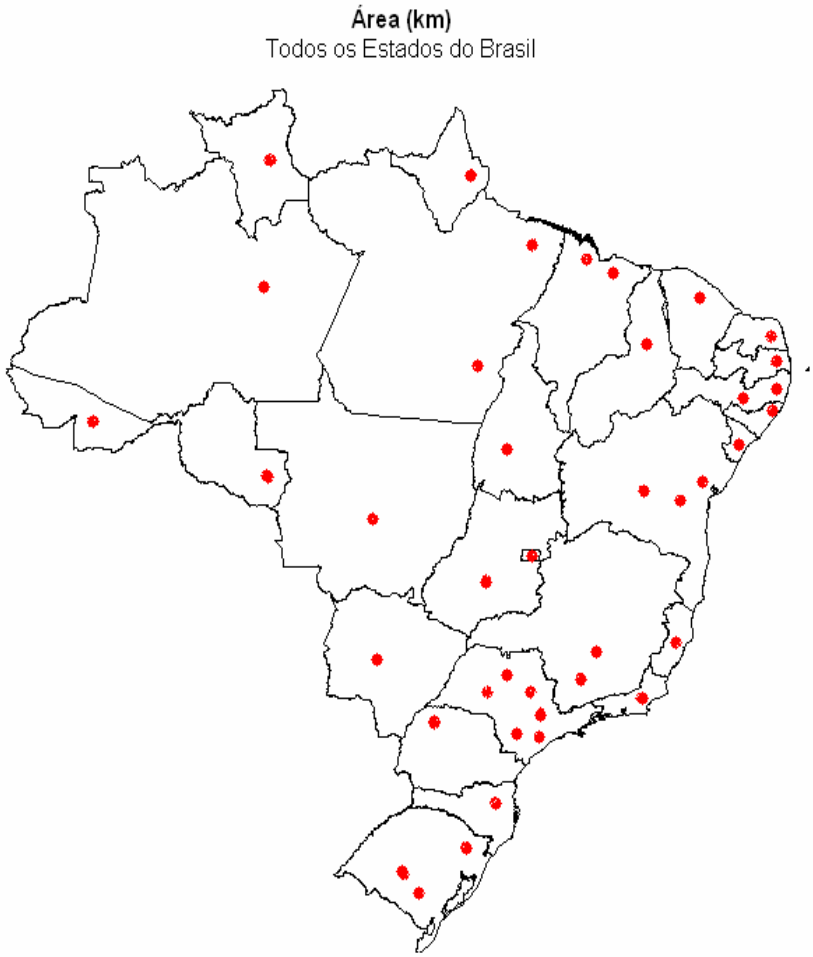
b) - Canal Futura: desde 1997 a Fundação Bradesco participa da parceria entre empresas e fundações privadas que mantém o Canal Futura – o "Canal do Conhecimento" – com programação produzida pela Fundação Roberto Marinho. Os programas são assistidos nas escolas da Fundação e constituem mais um meio de educação continuada. A Fundação já contribuiu R$11 milhões para o Canal Futura.

c) - Projeto de Educação para a Inclusão Social e Profissional: projeto em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem/SP). A Fundação Bradesco oferece cursos de informática para os internos da Febem e treina monitores que multiplicam os ensinamentos. O convênio foi firmado no final de 2003. em 2004, segundo a Fundação, 848 internos participaram dos cursos e foram treinados 85 monitores.

d) - Embrapa: em outubro de 2004, a Fundação e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária firmaram um contrato de cooperação cujo objetivo é desenvolver pesquisas e programas nas áreas de pecuária de leite, de corte, ovinocultura e meio ambiente, que contribuam para o aperfeiçoamento de alunos e professores. A meta é a qualificação de técnicos dedicados aos diferentes sistemas de produção do agronegócio brasileiro.

e) - Dia Nacional de Ação Voluntária: Esta foi uma iniciativa coordenada pela Fundação Bradesco no dia 7 de março de 2004, com o objetivo de reforçar anualmente, nas comunidades onde a Fundação atua, a importância do trabalho voluntário e da solidariedade. Cerca de 7 mil voluntários (entre alunos, professores, funcionários, advogados, psicólogos, médicos, enfermeiros e dentistas) realizaram em escolas da Fundação e em localidades próximas mais de 600 atividades nas áreas de educação, esporte, saúde, cultura e lazer, entre outras. Neste dia foram realizados mais de 300 mil atendimentos em ações como: exames preventivos de saúde, palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de Aids e riscos do uso de drogas, orientação sobre saúde bucal, emissão de documentos, oficina de artesanato, casamento comunitário, corte de cabelo e culinária.

O mapa 1 abaixo mostra a distribuição das escolas da Fundação Bradesco em todo o país. No anexo A encontra-se a relação das escolas com seus respectivos endereços.




**Mapa 1 – Distribuição das escolas da Fundação Bradesco no Brasil**
***Fonte: Fundação Bradesco***

O Bradesco contribui com diversas entidades, associações e conselhos. Algumas de suas contribuições estão citadas abaixo:

- ♣ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas/SP: R$125.000,00 doados em 2004;
- ♣ Federação das Entidades Assistenciais (SP) – Projeto Ame a Vida Sem Drogas: R$100.000,00 doados em 2004;
- ♣ Programa Finasa Esportes, Osasco/SP: R$2.235.000,00 doados em 2004, destinados às meninas de 10 a 16 anos pertencentes aos núcleos de formação;
- ♣ Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD): R$500.000,00 doados em 2004 por intermédio do Programa Teleton;

- ♣ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): R$540.000,00 doados em 2004.

Eventos de interesse das comunidades servidas pela rede de agências da Organização Bradesco também são apoiados, como festas, feiras e torneios esportivos. Além disso, uma série de projetos culturais recebeu investimentos do Bradesco em 2004, por intermédio das Leis *Rouanet* e da Lei do Audiovisual. Os recursos foram de mais de R$10 milhões. O meio ambiente também recebe atenções por parte da Organização. O Bradesco aderiu em 2004, aos Princípios do Equador, conjunto de normas que estabelece critérios sócio-ambientais para a concessão de crédito a projetos de valor superior a R$50 milhões, estabelecidas pelo Banco Mundial. Ainda segundo o Bradesco, uma parte da arrecadação com produtos de capitalização do banco é revertida para a ONG S.O.S. Mata Atlântica, que realiza o plantio de árvores nativas. Os alunos da Fundação ainda desenvolvem diversos projetos de pesquisa sobre preservação ambiental, além de ações de conscientização das comunidades a que pertencem sobre a necessidade de respeito à natureza.

## 4.2 A cidade

A Fundação Bradesco mantém atividades dentro do estado de Minas Gerais em duas cidades: São João Del Rei e Itajubá. Pela maior proximidade de Belo Horizonte – o que facilita o trabalho, visto que o autor desta dissertação reside na capital – e por ser um centro de potencial turístico bastante conhecido em Minas Gerais, a escola da Fundação Bradesco de São João Del Rei foi a escolhida para a realização do estudo de caso deste trabalho. Os dados históricos a respeito da cidade foram coletados em uma publicação da Fundação João

Pinheiro, de 1982, intitulada: *Circuito do Ouro – Campo das Vertentes: Diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João Del Rei.*

Nos primeiros anos de exploração do ciclo do ouro, a região do rio das Mortes torna-se, devido à sua localização, passagem forçada para diversos pontos de exploração como Taubaté, Porto de Parati e Ouro Preto. Este percurso leva à instalação no lugar então denominado Porto Real, da cobrança de passagem do rio das Mortes, entre as atuais cidades de Tiradentes e São João Del Rei. Tomé Portes Del-Rei passa a exercer o direito da cobrança pela passagem, o que permite o surgimento de um núcleo de povoamento que mais tarde se desenvolveu.

Em 1701, surge o Arraial Velho do Rio das Mortes, que mais tarde se torna Vila de São José Del Rei, atual cidade de Tiradentes. Dois ou três anos depois surge o Arraial Novo do Rio das Mortes, atual cidade de São João Del Rei. No século XVIII a cidade é centro abastecedor de boa parte da província, já que sua posição geográfica de passagem obrigatória para as diversas áreas de mineração, a fertilidade e capacidade de suporte de suas terras e também sua posição institucional, fazem dela entreposto comercial do ciclo do ouro. A cidade se forma a partir da aglutinação de pequenos núcleos oriundos das atividades de exploração do ouro, assim como em outras cidades coloniais mineiras. Em 8 de dezembro de 1713, o Arraial Novo é elevado a vila, recebendo a denominação de São João Del Rei. Até a metade do século XVIII ganha várias edificações importantes, entre elas a igreja do Rosário, a nova matriz do Pilar e as igrejas do Carmo e Mercês. Em princípios do século XIX, a cidade já é o centro de abastecimento mais importante do mercado do Rio de Janeiro, condição reforçada pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. A expansão urbana do Rio de Janeiro também favorece a coleta e exportação da produção da cidade, de um lado, e de outro, o abastecimento de sua crescente população.

São João Del Rei se torna cidade em 1838, época em que mantinha extensa liderança regional como centro de decisões e de desempenho comercial. Porém, com a ascensão da cafeicultura no século XIX, centros mais distantes começam a gerar riqueza e a se tornar independentes de São João Del Rei, o que faz com que a cidade perca importância relativa na economia do Estado. A criação de vilas, como Baependi, em 1814, Lavras e Pouso Alegre em 1831 atesta o início do processo de limitação da comarca ao próprio município de São João Del Rei.

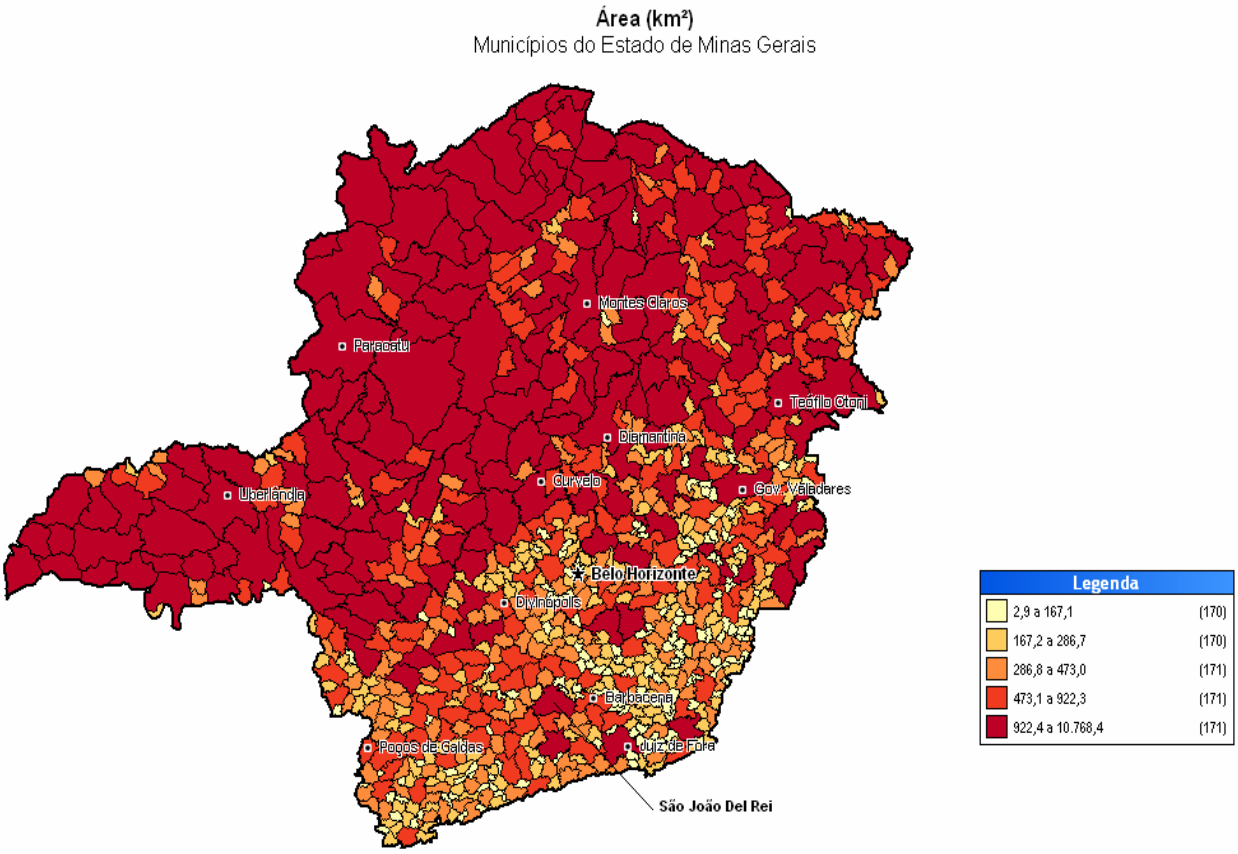
A partir do final do século XIX, a cidade passa a contar com uma série de melhoramentos que lhe dão características de centro urbano moderno para a época. Em 1888 é inaugurado o serviço de água canalizada, sendo ampliado em 1915, sendo que a rede de esgoto entra em funcionamento em 1916. O sistema de iluminação elétrica foi inaugurado em 1900 e melhorado em 1914 com a construção da Usina de Carandaí. O serviço de telégrafo nacional passa a funcionar em 1893 e o serviço telefônico de ligações locais e interurbanas, em 1913. No ano de 1927, a cidade conta com um número expressivo de casas servidas por equipamentos urbanos básicos, como água, luz e esgoto.

A partir da década de 1960, a cidade passa a apresentar uma malha industrial bastante diversificada, baseada em quatro atividades principais: tecidos, mineração e siderurgia, madeira e móveis, objetos de prata e estanho. A maior movimentação econômica nesse período vem da atividade têxtil, que absorve maior quantidade de mão de obra e gera maior volume de capital. A instalação na cidade, de canteiros de obras da Ferrovia do Aço também contribui fortemente para a intensificação das atividades econômicas da cidade.

A herança histórico-artística de São João Del Rei dos séculos XVIII e XIX é sua grande riqueza. Seu acervo arquitetônico, composto por diversas unidades religiosas e civis, e tombado em 1938 pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, representa hoje um dos mais importantes conjuntos culturais do país.

São João Del Rei se encontra a 180 km de Belo Horizonte. Sua população total em 2000 era de 78.616 habitantes com uma taxa de urbanização de 93,85%. A população do município em 2000 representava 0,44% da população do estado e 0,05% da população do país (IBGE, 2005). O mapa 2 abaixo mostra a localização da cidade no estado de Minas Gerais:

**Mapa 2: Municípios do Estado de Minas Gerais**

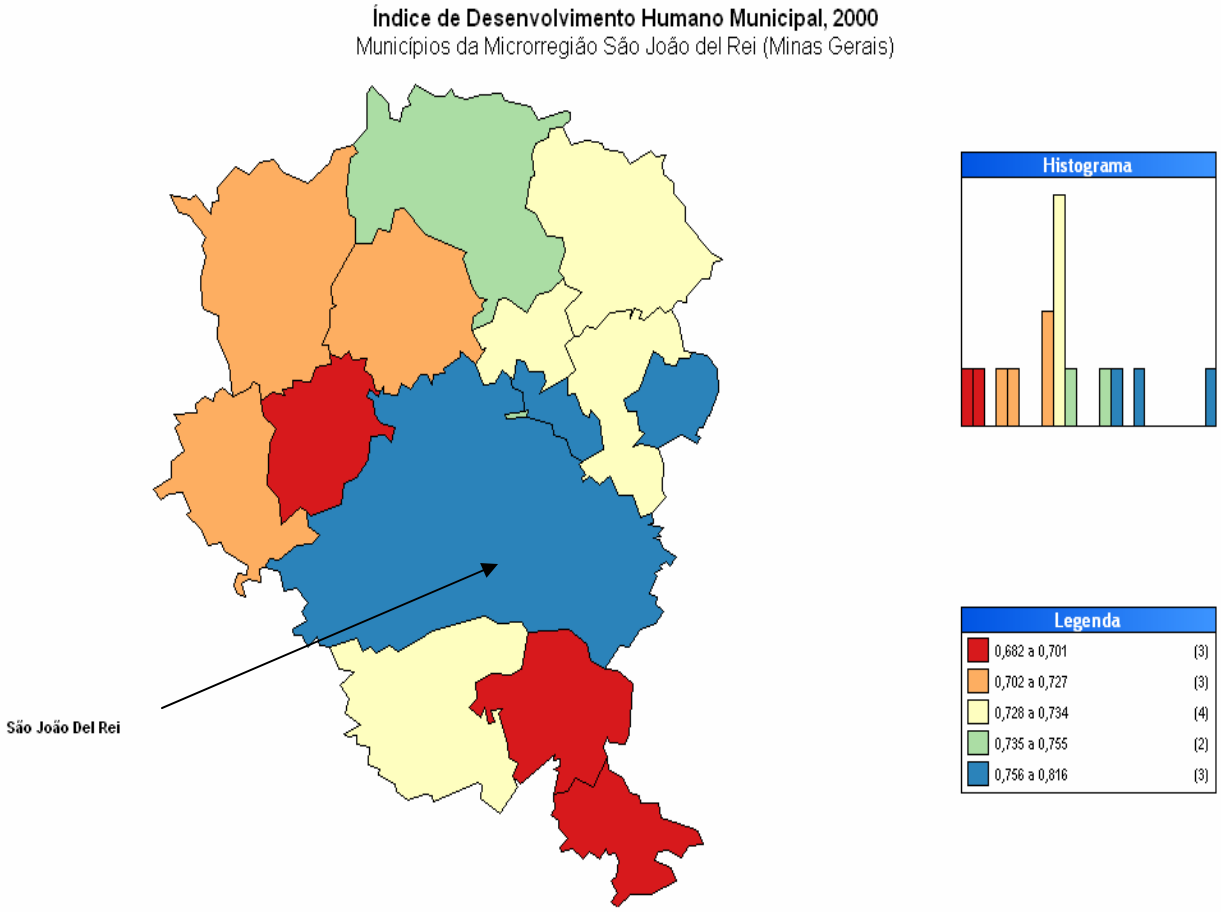



*Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2005.*

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano de São João Del Rei era de 0,816. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). O IDH é um índice criado pela ONU para medir o grau de desenvolvimento humano de regiões. O índice é formado por três indicadores principais: longevidade, educação e renda. Em relação aos outros 5.507 municípios do Brasil, apresenta situação boa, ocupando a 276ª

posição, sendo que 275 municípios estão em melhor situação com relação a este índice e 5.231 estão em situação igual ou pior (IBGE, 2005). O mapa 3 abaixo mostra a distribuição do IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microregião de São João Del Rei.

**Mapa 3: IDH-M da região de São João Del Rei/MG**




*Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2005.*

Com relação à atividade econômica, os setores mais expressivos no município são sem dúvida, o comércio e o turismo, seguido pela indústria extrativa, de transformação e construção. O Sistema Nacional de Indicadores Urbanos criou uma tabela comparativa de pessoal ocupado de empresas formais, por setor de atividade, em 1996 (TABELA 5).

**TABELA 5: Pessoal Ocupado de Empresas por setor de atividade, 1996.**

| Setor | Pessoal Ocupado |
|---|---|
| Agropecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca | 48 (0,4%) |
| Indústria Extrativa, de Transformação e Construção | 3.279 (29,1%) |
| Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água | 117 (1,0%) |
| Comércio, Turismo, Alimentação, Transporte e Comunicação | 4.902 (43,5%) |
| Administração Pública, Defesa e Seguridade Social | 717 (6,4%) |
| Educação, Saúde e Serviços Sociais | 1.566 (13,9%) |
| Financeiras, Imobiliárias e Outros Serviços Prestados às Empresas | 642 (5,7%) |
| **Total** | **11.271 (100,0%)** |

*Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2005.*

Os dados da tabela 5 sinalizam a forte característica da atividade de turismo do município, oferecendo uma visão do mercado formal de trabalho, pois a origem dos dados são as empresas da região. Porém, o mercado de trabalho local também é marcado pela presença da informalidade, principalmente na produção de artesanato.

Para se ter uma estimativa do mercado informal de trabalho na cidade de São João Del Rei, foi feita uma análise da população economicamente ativa – PEA na cidade. Segundo o IBGE, existem no município, 34.626 mulheres com idade acima de 10 anos e 31.774 homens, que seriam os indivíduos potencialmente inseridos no mercado de trabalho, segundo a metodologia de calculo da PEA.

Não foram encontradas informações sobre o percentual de homens e mulheres em idade economicamente ativa que estivessem na PEA. Por este motivo, faz-se aqui um paralelo, uma aproximação, utilizando-se os percentuais da região metropolitana de Belo Horizonte para este cálculo: 52% das mulheres e 68% dos homens estavam inseridos na PEA de Belo Horizonte de agosto de 2005, segundo o Instituto de Relações de Trabalho da PUC Minas. Deste cálculo, tem-se que a PEA da cidade de São João Del Rei poderia ser formada por 18.006 mulheres e 21.606 homens, aproximadamente, em 2000. O total é de 39.612

pessoas.[10] Se subtrairmos os 11.271 inseridos no mercado formal de 1996 do quadro acima, tem-se que 28.341 pessoas economicamente ativas poderiam encontrar-se alocadas no mercado informal de trabalho. Levando-se em consideração as diferenças entre as informações de 1996 do SNIU[11] e de 2000 do IBGE, as relatividades entre os dados de Belo Horizonte e São João Del Rei, e considerando que este é um exercício de aproximação, tem-se que 71,55% da PEA da cidade poderiam estar inseridos no mercado informal de trabalho. De qualquer forma, se o cálculo não traz informações exatas, sugere que grande parte da PEA da cidade encontra-se no setor informal.

## 4.3 Resultados da pesquisa de campo

### **4.3.1** Metodologia de avaliação de projetos sociais criada para a Fundação Bradesco

Foi utilizada uma metodologia de avaliação criada pelo autor a partir das contribuições dos autores Cohen e Franco (1993), Roche (2002) e Marino (2003). Esta metodologia seguiu a lógica dos autores citados, adaptando suas idéias para o estudo de caso em questão, e compõe-se de seis etapas.

A primeira etapa consistiu na formalização da pesquisa, a partir da obtenção da autorização da instituição para a realização do trabalho de avaliação. Nesta fase, foram realizados os contatos e dadas as explicações sobre o trabalho, bem como formalizados os compromissos entre as partes, por se tratar de uma avaliação externa, realizada por pessoa de

[10] O jornal Ponte da Cadeia, de São João Del Rei, informou em matéria do caderno de Economia do dia 16/07/2004 que a PEA da cidade era composta por 35.672 pessoas em 2000, o que, de certa forma, corrobora a aproximação feita.

[11] O SNIU foi acessado em 2005, mas apresentou dados de 1996 como os mais recentes disponíveis.

fora da organização, fato que pressupõe a existência de uma relação de parceria entre as partes.

A segunda etapa contemplou a definição do foco e dos objetivos da avaliação. Implicou a escolha do momento da avaliação – se avaliação no marco zero, ou "*ex-ante*", de processos ou de impacto, também denominada "*ex-post"* – e seus motivos e objetivos, em termos das conclusões a serem buscadas. Nesta etapa ficou definido que o foco da avaliação seria o impacto dos cursos de Educação Profissional Básica da Fundação Bradesco em São João Del Rei, e que também seria uma avaliação "*ex-post"*, realizada após o término dos cursos, devido à disponibilidade de tempo do trabalho não permitir um acompanhamento de longo prazo. Os objetivos desta avaliação foram principalmente: verificar se tais cursos têm gerado efeito positivo no público-alvo em termos de geração de renda; analisar resultados adicionais possivelmente alcançados; e descobrir suas possíveis limitações e problemas.

A terceira etapa compreendeu o processo de definição das unidades de análise e da amostra a ser analisada. Neste momento, foi determinado o universo de análise, levando-se em consideração o público-alvo e seus desdobramentos, bem como a amostra representativa deste universo a ser utilizada para a coleta de dados. O universo em questão foi a totalidade de alunos egressos que participaram destes cursos no período compreendido entre abril de 2003 e setembro de 2005. A amostra teve um total de 30 alunos egressos, extraída de mais de 50 contatos com o público-alvo. Tal número se justificou pela ocorrência de similaridade de depoimentos após extraídas 30 entrevistas válidas. Também foram entrevistados os gestores dos cursos em níveis local e nacional, totalizando 32 entrevistas.

Em seguida realizou-se a escolha dos indicadores e dos instrumentos de coleta de dados. Neste momento definiram-se as perguntas orientadoras para a escolha dos indicadores e o tipo de pesquisa – quantitativa ou qualitativa – para a escolha dos instrumentos, de acordo com as características das informações que se desejava obter para a avaliação. Foi escolhida

pesquisa descritiva qualitativa, por permitir maior alcance do elevado grau de fatores subjetivos em questão. Os instrumentos de coleta escolhidos foram a entrevista, o grupo focal e o questionário, além da análise documental e observação direta. O questionário foi usado para obter dados referentes à gestão da Fundação Bradesco em nível nacional, pois não foi possível agendar visita e entrevista pessoalmente com os responsáveis, devido a dificuldades de acesso aos diretores da Instituição. Sendo assim, um questionário semi-estruturado foi enviado à unidade diretora da Fundação em São Paulo, o qual foi devolvido devidamente respondido. As entrevistas foram escolhidas como instrumentos de coleta de dados para a gestão local da Fundação e para os alunos egressos, além dos grupos focais. Os principais indicadores escolhidos para a avaliação de impacto destes cursos foram: percepções do público-alvo com relação aos resultados dos cursos, oxigenação[12] das turmas, índices de evasão, qualidade das instalações e orçamento anual.

A quinta etapa previu a coleta e análise dos dados. O avaliador foi a campo para a coleta dos dados por meio dos instrumentos escolhidos e tabulou as informações de acordo com a metodologia escolhida para elaboração do relatório final. Na análise dos dados foram levados em consideração os depoimentos do público-alvo com relação ao projeto, os quais foram cruzados com as informações coletadas da gestão do segmento, bem como dados financeiros e administrativos da instituição.

A sexta e última etapa compreendeu a elaboração do relatório final e divulgação dos resultados. Nesta fase de fechamento, o avaliador emitiu relatórios contendo as conclusões da avaliação para os gestores do projeto e divulgou-os internamente, permitindo que de acordo com os interesses da Instituição, a avaliação pudesse se tornar uma ferramenta integrante do projeto social em questão. As etapas acima descritas estão sumarizadas no quadro 2.

[12] O termo oxigenação foi utilizado para definir a relação entre novos e antigos alunos presentes nas turmas.

**Quadro 2: Síntese da metodologia de avaliação de projetos sociais criada para a Fundação Bradesco**

| | |
|---|---|
| 1ª Etapa | Formalização e autorização institucional para realização do trabalho. |
| 2ª Etapa | Definição do foco e objetivos da avaliação |
| 3ª Etapa | Definição do universo e da amostra. |
| 4ª Etapa | Escolha dos indicadores e instrumentos de coleta dos dados. |
| 5ª Etapa | Coleta dos dados e análise. |
| 6ª Etapa | Elaboração do relatório final e divulgação dos resultados. |

*Fonte: Elaborado pelo autor (2005)*

A avaliação de projetos sociais não significa promoção ou reprovação, mas sim uma possibilidade de aprimoramento dos programas. Também é importante salientar que a mera avaliação não garante o aprimoramento, mas sim a forma que for utilizada a avaliação, o que exige que a mesma seja realizada de maneira coerente com a realidade na qual está inserida. Trata-se de uma tentativa de gerar informações úteis aos tomadores de decisão, que podem ter perguntas importantes respondidas e comparar objetivos e metas com resultados efetivamente alcançados.

### **4.3.2** Primeiro nível de análise: a Fundação Bradesco

Segundo o Departamento Institucional da Organização Bradesco, as ações da Fundação são definidas por uma Diretoria Executiva, uma diretoria técnica e quatro gerências departamentais. A Fundação foi criada a partir de um desejo do fundador do banco, Amador Aguiar, que só estudou até a quarta série, mas acreditava ser a educação uma forma de ascensão social. Ele gostaria de ter uma escola ao menos em cada estado da Federação, localizadas prioritariamente em comunidades carentes, dando oportunidade de acesso e permanência na escola com dignidade. Em 2003, com a construção da escola de Boa Vista, em Roraima, o objetivo foi alcançado.

O papel da Fundação dentro da Organização Bradesco é ratificar o compromisso social do banco. A missão da Fundação é levar ensino de qualidade às regiões menos favorecidas, por meio da operação de escolas próprias. As declarações do gestor da Instituição indicam que no início das ações sociais, a prática da filantropia individual do instituidor foi o que definiu a iniciativa, mas com o desenvolvimento da RSE os princípios foram passados a toda Organização.

Quando questionado sobre se é papel das empresas criar programas sociais, o gestor da Fundação respondeu:

> *a atividade social não é necessariamente uma obrigação das empresas, seu pressuposto maior é a geração de lucro. No entanto, sabemos que as empresas que possuem ações sociais consistentes e contínuas ganham em diferencial competitivo e reconhecimento público à medida que interagem com o meio ambiente, sociedade civil e comunidade, governos, consumidores, público interno e fornecedores... A prática social se deveu à convicção e visão pioneiras do instituidor e diante desses princípios e valores cultuados na organização por quase cinco décadas, seus atuais gestores mantém viva essa vocação, diante do cenário de novas demandas do meio empresarial que, recentemente despertou para a importância da RSE.*

A Instituição ressalta ainda que no início das atividades sociais do banco não havia se consolidado o conceito de RSE, mas de filantropia, benemerência aos carentes, já que suas atividades sociais se iniciaram em 1956.

Com relação à percepção do banco a respeito das vantagens em ser socialmente responsável, a resposta foi que os resultados esperados com o investimento social não estão vinculados estritamente à estratégia de mercado. Segundo a Organização, contribuir com a educação e a formação de crianças, jovens e adultos em regiões pobres e de acentuadas carências, provendo uma real transformação na qualidade de vida das pessoas, é mais uma vocação do que propriamente uma estratégia de negócios. Ao que parece, o banco vê a ação social externa como uma contribuição à sociedade, e não como estratégia de gestão

empresarial, embora tenha consciência de seus desdobramentos em termos de reputação e imagem institucional.

A percepção com relação ao papel do Estado também foi abordada na coleta de dados. Segundo o gestor da Fundação Bradesco:

> *O Estado tem a obrigação de prover direitos sociais garantidos constitucionalmente. Sabemos que cumprir sozinho essa tarefa é praticamente impossível, tendo em vista o gigantesco déficit social do país em relação a desenvolvimento, acesso a serviços e diminuição das desigualdades. Por esta razão é importante que a sociedade civil organizada e as entidades sociais mantidas por recursos empresariais ou mesmo por subsídios públicos também somem esforços para reversão desse quadro.*

Conforme afirmou Kliksberg (2001), quando os códigos éticos dos empresários se alinham com projetos de desenvolvimento eqüitativo a sociedade sai favorecida.

A Fundação ainda afirma incentivar a participação das comunidades onde atua na busca por soluções de problemas sociais e desenvolvimento de iniciativas locais.

> *A Fundação Bradesco tem, em sua metodologia de trabalho, o objetivo de desenvolver projetos com os alunos que tragam à tona discussões, pesquisas, estudos do meio e propostas de soluções para temas vinculados à realidade da região onde se localiza cada Escola. Procura estimular o diálogo e a mobilização das comunidades para que estejam contextualizados com os problemas e busquem alternativas para solucioná-los.*

A relação da Fundação com as diversas esferas estatais (municipal, estadual e federal) se dá de forma cooperativa, porém sem destinação de recursos financeiros. Quando indagado acerca do alinhamento das políticas sociais da organização com metas e políticas governamentais, o gestor responde que não há relação direta. Declarou estar envolvido e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – da Organização das Nações Unidas, mas não com metas estatais como, por exemplo, o Programa Fome Zero. Neste sentido, as diretrizes sociais do Estado não parecem exercer qualquer influência nas atividades sociais da organização. O gestor afirma:

> *Estamos alinhados com os objetivos do milênio, sobretudo no que diz respeito à meta de acesso e permanência à escola. Esta não é apenas uma política governamental, mas planetária, à medida que os objetivos foram assumidos por diversos países do mundo perante a ONU. Estamos contribuindo naquilo que a nossa missão preconiza*

A parceria com o Estado se dá por meio da extensão de alguns projetos da Instituição à rede pública, como forma de participação na formação e capacitação de profissionais das escolas do Estado (professores e gestores), o que possibilita o desenvolvimento de algumas atividades juntamente com a Fundação.

Os gestores da Fundação Bradesco são os mesmos de outros segmentos da Organização, como nos casos da Presidência e Diretoria Executiva. No entanto, há diretores que se dedicam exclusivamente à gestão da Fundação. Esse quadro indica a possibilidade de uma gestão integrada entre a Fundação e os demais segmentos de atuação da organização, que traz gestores envolvidos em áreas administrativas do próprio negócio e ainda gestores exclusivos da ação social da organização atuando em conjunto.

### **4.3.3** Segundo nível de análise: a gestão dos cursos de Educação Profissional Básica em nível local

A Escola de Educação Básica e Profissional Dona Sinhá Neves, núcleo local da Fundação Bradesco em São João Del Rei, foi fundada em 3 de março de 1985. O motivo da escolha da cidade teve uma conotação política. O então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, fez uma solicitação pessoal ao fundador do Bradesco, Amador Aguiar, para que instalasse uma escola em sua cidade natal. Tancredo Neves – que se tornaria o primeiro presidente civil depois do regime militar – participou, inclusive, da inauguração da escola,

vindo a falecer alguns meses depois. A área total da escola é de 30.922 m², com 3.688 m² de área construída.

Na escola são oferecidos, além dos ensinos fundamental e médio, cursos de conclusão dos mesmos através de telecursos e diversos cursos para geração de renda (segmento de Educação Profissional Básica). Neste segmento, são oferecidos os cursos de Instalações Elétricas Residenciais, Confecção Infantil, Costura - Moda Casa, Pintura na Cerâmica (Estilo Barroco Mineiro), Pintura em Gesso (Imagens Sacras), Tapeçaria em Arraiolo, Entalhe na Madeira, Velas Artesanais, Patchwork, Macramê, Bonecas e Flores em Palha de Milho, Uso do Tear, Crochê, Pintura em Cerâmica, Princípios Básicos de Cozinha, Culinária para Microondas, Arte em Chocolate, Culinária Regional, Panificação Caseira, Introdução à Microinformática, e Informática para Portadores de Deficiência Visual.

Na escola de São João Del Rei, são atendidos por ano, mais de 2 mil alunos. Dados fornecidos pela Fundação mostram o atendimento dos últimos anos e a previsão para 2005 na tabela 6 abaixo:

**TABELA 6: Quantidade de alunos atendidos - Escola de São João Del Rei**

| Ano | Educação Básica | | | Educação de Jovens e Adultos - Telecurso | | Formação Profissional | | | Total Geral |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Educação Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Datilografia | Artesanato e outros | Informática | |
| **2000** | 70 | 747 | 289 | 128 | 90 | 145 | 354 | 156 | **1.979** |
| **2001** | 70 | 765 | 278 | 123 | 96 | - | 461 | 346 | **2.139** |
| **2002** | 70 | 766 | 282 | 221 | 95 | - | 460 | 311 | **2.205** |
| **2003** | 70 | 763 | 275 | 222 | 103 | - | 425 | 175 | **2.033** |
| **2004** | 70 | 767 | 244 | 214 | 104 | - | 385 | 300 | **2.084** |
| **2005 (Previsão)** | 70 | 725 | 314 | 320 | 160 | - | 419 | 250 | **2.258** |
| **Total Geral** | **420** | **4.533** | **1.682** | **1.228** | **648** | **145** | **2.504** | **1.538** | **12.698** |

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fundação Bradesco (2005)*

Segundo seus gestores, o segmento de Educação Profissional Básica na escola tem como objetivo:

> *...oferecer qualificação e re-qualificação para trabalhadores de qualquer escolaridade, empregados atingidos por processos de reestruturação produtiva e modernização tecnológica, pequenos produtores, trabalhadores do mercado informal urbano e rural, com cursos de duração variável e programas flexíveis adequados ao mercado de trabalho local.*

A integração da escola com a comunidade local também é um objetivo a ser perseguido pela Organização, que, segundo seus gestores, tem sido alcançado. Segundo a Fundação, em São João Del Rei, a relação da escola com a comunidade tem sido extremamente boa. As pessoas têm extremo respeito pela Instituição e a procuram com freqüência para freqüentar seus diversos cursos. Nunca houve casos de depredação da escola, ou qualquer outro tipo de problema com a comunidade em vinte anos.

A riqueza cultural local é muito valorizada pela Fundação ao definir suas diretrizes nos cursos de geração de renda. O artesanato, o corte e costura e a culinária local são vistos como principais possibilidades de atuação dos alunos na geração de renda. Muitos trabalhadores são formados pela escola para atuar em suas próprias casas, em trabalhos manuais, feitos de forma artesanal, voltados para as possibilidades da região, devido à sua característica econômica, fortemente marcada pelo turismo.

Segundo a Fundação, a divulgação de seus cursos é feita por meio de mídia em rádio, por meio de cartazes espalhados pela cidade e panfletos que os alunos do ensino fundamental e médio levam para casa, para divulgação para amigos e familiares. Os candidatos aos cursos comparecem à escola, preenchem uma ficha de inscrição e assistem a uma palestra de iniciação a cada curso, quando verificam se realmente aquele curso preenche sua expectativa e necessidade. Neste momento, segundo a Fundação, tenta-se excluir a possibilidade de matricular alunos que posteriormente deixariam de freqüentar o curso em questão por desinteresse. Esta palestra, que faz parte do processo seletivo, mostra alguns trabalhos de turmas já formadas, para que os novos alunos verifiquem se realmente querem aprender

aquela atividade. Geralmente, é solicitada dos candidatos a conclusão da 4ª série do ensino fundamental. As turmas são formadas com cerca de 20 alunos, em média.

De forma geral, os alunos destes cursos são pessoas que trabalham em casa, domésticas, donas de casa, jovens autônomos e trabalhadores do mercado informal de trabalho. Alguns trazem experiência prévia em termos das atividades ensinadas, mas a maior parte não possui nenhuma. A grande maioria dos alunos dos cursos de Educação Profissional Básica é de mulheres, e muitas delas são donas de casa. A escola não faz nenhuma distinção no processo seletivo quanto ao gênero, mas a procura da comunidade é maior por parte das mulheres. A Fundação declarou não saber ao certo o motivo, mas afirma que o número de homens tem crescido.

Os cursos escolhidos para a geração de renda são definidos levando-se em consideração as características regionais. A escola local tem certa liberdade para opinar, mas as definições partem do Departamento de Educação Profissional Básica, sediado em São Paulo. Lá existe uma equipe especializada em desenvolver modelos e formatos de cursos para todas as escolas da Fundação no Brasil. Segundo a Fundação, nos últimos cinco anos a organização tem investido mais neste segmento, por meio da contratação de profissionais especializados para orientar os centros educacionais e produzir material didático. Além disso, segundo a Instituição, o rigor com a qualidade do ensino tem aumentado.

Com relação à avaliação de resultados destes cursos, a Fundação não demonstrou ter uma preocupação consistente, o que mostra alinhamento com a pesquisa do IPEA sobre a ação social das empresas, que conclui não ser a avaliação dos projetos sociais uma preocupação das empresas de forma geral. A fala da gestora evidencia este fenômeno:

> *Fazemos duas avaliações. A primeira ocorre ao final de cada curso, com perguntas para saber se o profissional contratado para ministrar o curso atendeu as expectativas, se o curso foi adequado, e assim por diante. A segunda ocorre quando os ex-alunos que têm boa atuação no mercado nos procuram e mostram seus*

> *resultados. Alguns participam de feiras regionais e nos contam de suas experiências de sucesso.*

O depoimento mostra, portanto, que não há avaliação propriamente dita, mas sim uma breve pesquisa de opinião com os alunos concluintes após o término dos cursos. Faz-se, também, a coleta de casos de sucesso, quando os alunos egressos tomam a iniciativa de procurar a Fundação e mostrar seu desempenho no mercado de trabalho. Porém, não existe um acompanhamento do desempenho desses alunos no mercado de trabalho local, nem mesmo por amostragem. A avaliação de projetos sociais conforme analisado nesta dissertação, não é realizada.

Quando questionada sobre as metas cobradas pela Instituição com relação a estes cursos, a gestora da escola responde:

> *uma das coisas que a Fundação nos cobra é com relação à evasão do curso. Não deve haver evasão de mais de 10%, ou seja, 90% da turma deve completar o curso, o que faz com que a seleção da turma deva ser cuidadosa para não aceitar alunos que não tenham real interesse. Outra coisa é o número de pessoas. Os cursos devem ter boa procura, e formar turmas de cerca de 20 pessoas.*

Portanto, não parece haver metas de alcance de resultados dos cursos na geração de renda, ou seja, com relação aos resultados alcançados pelos alunos de forma geral no mercado de trabalho. Neste sentido, o trabalho desta dissertação tem grande valor. O relato acima traz uma informação muito importante: a administração da Fundação Bradesco, sediada em São Paulo, cobra das escolas que haja pequena evasão aos cursos (10%), e que a procura – ou melhor, a formação de turmas – seja satisfatória. Este fato se revelou como sendo um dos problemas na avaliação, como será citado mais adiante.

A Fundação percebe a relação do Poder Público local como sendo importante. Segundo a gestora dos cursos, nas gestões anteriores da administração municipal a relação era mais distante. Na atual administração, a relação é mais próxima:

> *o antigo prefeito não possuía escolaridade e não incentivava a educação. Dizia que tinha estudado só até a 4ª série e tinha se feito sozinho, essas coisas. A atual administração é mais envolvida, tem mais interesse na educação.*

Porém, a Fundação toma suas decisões independentemente do Poder Público, em seus respectivos departamentos internos, assim como informado pelo Departamento Institucional no primeiro nível de análise. A relação citada se dá mais como uma influência indireta e geral do que de forma sistemática nas atividades da instituição.

Com relação a outros agentes sociais que porventura estariam oferecendo os mesmos cursos de geração de renda, a Fundação afirma que não tem conhecimento de grandes trabalhos. Aponta que existem alguns casos, como a Casa do Artesão e algumas igrejas. Porém, como será mostrado no terceiro nível de análise, estes locais não têm tido o mesmo nível de atuação que a Fundação Bradesco. A Fundação afirma que alguns fatos têm contribuído para a disseminação dos cursos, como por exemplo, o Projeto Estrada Real, projeto de incentivo turístico do Governo Estadual que envolve, entre outras, a região de São João Del Rei.

### **4.3.4** Terceiro nível de análise: os alunos egressos

Neste nível de análise, propôs-se verificar a percepção do impacto dos cursos de Educação Profissional Básica nos alunos egressos a partir de seus próprios depoimentos. As entrevistas aplicadas visaram obter dados que permitissem colher as percepções do público-alvo sobre as conseqüências da participação nos cursos de Educação Profissional Básica e identificar os resultados percebidos pelo público-alvo deste segmento de atuação da instituição.

Os alunos ficam sabendo dos cursos por meio dos anúncios no rádio, da comunicação boca-a-boca de amigos e familiares, e dos panfletos veiculados pela Fundação por meio de

seus alunos de diversos cursos. Alguns alunos são pais e mães de alunos dos cursos do ensino fundamental e médio, bem como outros parentes como tios, avós, e assim por diante. Outros procuram a Fundação diretamente e perguntam sobre os cursos oferecidos para matrículas. Diversos alunos egressos afirmaram que existe a necessidade de melhorar a divulgação dos cursos, e que, algumas vezes, não ficam sabendo de novas turmas. Uma das constatações mais relevantes é que vários alunos não se limitam a fazer apenas um curso. Em muitos casos, os egressos participaram de diversos cursos de educação profissional básica, alegando que um curso complementa o outro, como o de embalagens, que complementa o de confecção de bonecas, ou o de velas artesanais. Dessa forma, alegam que podem aplicar na prática, vários cursos ao mesmo tempo, na produção de artesanato. Em muitos casos, essa iniciativa parte dos próprios alunos egressos, que têm interesse em aprender mais, sempre que possível, já que os cursos são oferecidos sem custo, e alegam que qualquer curso ajuda. O fato de estarem aprendendo alguma atividade parece ter uma conotação positiva, mesmo algumas vezes sem correlação direta com resultados em termos de geração de renda:

> *Valeu a pena sim, foi muito bom, só da gente aprender alguma coisa já é bom(Egresso 14).*
>
> *Sempre ajuda, qualquer curso ajuda, e a gente sempre aprende com o colega também. Eu faço muitos cursos. Todos os cursos foram bons (Egresso 03).*

Alguns egressos afirmaram que muitas vezes são avisados por telefone e convidados a ingressar em novas turmas pela própria Fundação, sendo, portanto, alocados em cursos que podem ser complementares aos que foram freqüentados, ou simplesmente cursos diferentes. Este fato será ressaltado na avaliação como sendo uma possível limitação do projeto devido a fatores internos de alcance de metas e resultados impostos pela administração da Fundação em nível nacional.

Quando questionados se já possuíam conhecimentos a respeito dos cursos que participaram, a maioria respondeu que não, que entraram sem saber praticamente nada e que

saíram do curso com uma boa base para começarem a trabalhar. Muitos egressos afirmaram que os cursos não dão uma preparação total, mas sim uma base inicial, de onde podem se aperfeiçoar mediante a prática, e a realização de outros cursos oferecidos pela Fundação, que complementam os anteriores:

> *Eu não sabia nada antes de fazer o curso. Nada. Agora? Ah, agora a gente sabe um pouco, assim, dá pra começar e ir praticando. Dá certo sim. A gente aprende o básico e vai desenvolvendo. Para quem não sabia nada está muito bom. Os clientes gostam (Egresso 07)..*

Todos declararam que a Fundação não cobra pelos cursos, que são todos gratuitos, somente sendo exigido o material a ser usado, como linhas, tecidos, tintas e outros materiais, e que os alunos sempre podem ficar com suas produções ao final dos cursos que participam. Os cursos têm duração média de duas semanas.

Uma constatação interessante é com relação à percepção dos alunos egressos com relação à instituição. Na maioria dos casos, ao darem seus depoimentos, diziam “o Bradesco”, e não a Escola Dona Sinhá Neves ou ainda, a Fundação Bradesco. Quase sempre o nome do banco estava diretamente ligado à percepção do público-alvo com relação a quem estava oferecendo os cursos.

Quando indagados acerca das coisas boas e ruins com relação aos cursos dos quais participaram, foi freqüente a percepção de aspectos dissociados da geração de renda, como por exemplo, a maior sociabilidade e ampliação das redes de relacionamento. Em alguns casos, estes resultados eram percebidos como sendo mais importantes para o usuário do que a geração de renda propriamente dita. Uma aluna afirmou:

> *...Eu achei muito útil, a professora era muito eficiente. Mas o que eu mais gostei mesmo foram as amizades. É, a gente faz muita amizade com os colegas lá, e o pessoal é muito bom, trata a gente muito bem (Egresso 23).*

Fazer amizades e ser tratado com respeito e dignidade é uma percepção importante dos usuários. Isso parece indicar que dentro da Fundação eles se sentem à vontade e se sentem respeitados, o que é extremamente relevante. Possivelmente, sem isso não seria possível um aprendizado eficaz.

Outros depoimentos também confirmaram que as relações desenvolvidas na instituição foram importantes, além de fornecerem a oportunidade de exercer uma atividade que tira o indivíduo de sua rotina diária e oferece novas perspectivas. Além disso, também foram relatados algumas vezes, uma melhora substancial em problemas de saúde relacionados à falta de atividades produtivas:

> *...é uma higiene mental, é muito bom para tudo. As horas que a gente passa ali, as professoras são muito boas, o tratamento é bom (Egresso 04).*
>
> *...o mais importante é que tira o sedentarismo das donas de casa, a gente faz amizades. Tem gente que vem porque está em depressão, sabia? E acaba melhorando porque começa a fazer alguma coisa (Egresso 27).*

Foram citados aspectos negativos com relação à atuação de alguns profissionais instrutores e com relação à disponibilidade de equipamentos que tinham que ser divididos pelos alunos para realização das tarefas durante os cursos, como a utilização de apenas um fogão no curso de velas artesanais. Porém, de uma forma geral, o número de relatos com reclamações foi pouco significativo.

Quando indagados com relação à diferença que fez em suas vidas participar destes cursos, muitos declararam ter sido essencial para sua afirmação e auto-estima para ingressar no mercado de trabalho, além de possibilitar iniciativas antes não realizadas, como no depoimento a seguir:

> *Eu sempre fiz alguma coisa, mas depois dos cursos? Olha, eu tive até a* coragem *de participar de uma feira de moda casa! Eu tinha pouco tempo aqui em São João, fui sem conhecer ninguém, fiz amizades, e agora estamos conseguindo montar assim,*

> *não é uma cooperativa, mas é mais assim uma reunião de trabalho, sabe? Estamos começando ainda, mas foi tudo devido ao Bradesco mesmo (Egresso 06).*

Uma das principais preocupações da pesquisa era com relação à real geração de renda pelos alunos egressos depois de freqüentarem os cursos. De uma forma geral, aqueles que declararam não ter gerado renda após a participação reconheciam que este fato ocorreu por motivos pessoais, como não terem tido interesse em continuar com as atividades, e não exatamente por falta de eficiência da Fundação. A maioria dos depoimentos mostrou que os alunos adquiriram a capacidade de gerar renda com os conhecimentos passados nos cursos. Ao serem perguntados se os cursos os ajudaram a gerar renda, a maioria responde que sim, como nos depoimentos a seguir:

> *Muito! Eu gerei renda mesmo! Olha, eu sustentei a casa durante quatro meses quando meu marido estava desempregado, só com a pintura das imagens. Até a minha sogra gerou renda! Porque ela revendia as imagens que eu pintava lá em Viçosa, até ela ganhava. Até hoje eu tenho muita encomenda de lá. Meu cunhado mandava uma carreta buscar aqui em casa e eles revendiam tudo (Egresso 09).*
>
> *Sim, ajudou bastante. Hoje eu ainda sou dona de casa, mas trabalho com o artesanato, e montamos um armarinho em casa depois dos cursos. Tem um ano mais ou menos, e agora estamos partindo para o* patchwork *(Egresso 16).*

Muitos entrevistados trabalham hoje com as atividades dos cursos que participaram na Fundação. Esta questão é importante, pois mostra se os cursos oferecem uma possibilidade que se esgota no curto prazo, ou se esta pode ter uma duração maior ao longo do tempo. Em alguns casos, verificou-se que existem desdobramentos importantes, na medida em que alguns egressos mostraram gerar renda não somente com a produção do artesanato, mas também com a disseminação dos conhecimentos adquiridos na atividade, como no exemplo abaixo:

> *Trabalho, eu faço biscuit, bonecas de pano, pintura em gesso, e semana passada eu fui convidado para participar do 'inverno cultural' aqui em São João Del Rei, para ensinar os alunos numa oficina para a comunidade. Estou ensinando o que aprendi lá no Bradesco em 4 bairros diferentes, quem me convidou foi o pessoal da 'Casa do artesão'. No bairro Pio XII vou ser professor. E vendo também minhas peças, tenho encomendas, trabalho aqui em casa mesmo. De todos os cursos que eu fiz eu*

> *tive encomenda, compro material e coisas pra mim, já comprei um celular, essas coisas (Egresso 01)..*

As feiras da região são procuradas pelos alunos egressos para mostrarem seu trabalho, e o sucesso nas suas vendas pode ser considerado um indicador da adequação dos cursos para o mercado consumidor local:

> *Trabalho, hoje eu trabalho com artesanato, participo de feiras aqui na região, hoje eu vendo bonecas de pano, bijuterias, essas coisas. Eu faço sozinha e vendo (Egresso 19).*
>
> *Sim, eu mexo com costura, faço reforma de roupas, remendos, essas coisas. Também faço cabelo, mas esses eu tenho medo. De vez em quando faço um permanente que eu aprendi lá. Faço em casa mesmo, as pessoas indicam, um fala pro outro, tenho cliente de vários lugares. Aprendi tudo lá, menos fazer trança, que eu já sabia (Egresso 08)..*

Alguns depoimentos mostram que nem sempre os alunos chegam a gerar renda diretamente, mas podem deixar de comprar artigos e produzi-los para uso próprio e para presentear amigos e parentes, o que pode ser considerado como sendo uma geração de renda indireta:

> *Não, eu não dei certo como artesã. Mas faço pra minha casa. E para presentear (Egresso 02).*
>
> *Eu não trabalhei com isso, mas agora não compro mais bijuteria, eu mesma faço as minhas. Pelo preço de uma eu faço dez, é um absurdo. Nunca mais comprei, só faço, mas é mais pra mim mesmo (Egresso 22).*

Houve relatos que indicaram uma possível saturação do mercado de artesanato na cidade. Dificuldade de colocar os produtos no mercado e falta de apoio após a realização dos cursos foram algumas das limitações percebidas:

> *Olha, a gente vende, mas é difícil. Artesanato é difícil. Eu procurei a Associação Comercial sozinha, mas não resolveu. Vendo mais para os amigos e parentes mesmo. Mas vendo alguma coisa sim, é pouco, mas vendo (Egresso 30).*

Com relação à participação da renda auferida com a atividade aprendida no orçamento doméstico, houve grande variação. Alguns entrevistados declararam ser a totalidade de sua renda proveniente dos cursos freqüentados, e outros, apenas declararam “inteirar” a renda familiar quando necessário. Assim, quando ocorre a necessidade, passam a produzir e vender artigos artesanais, porém quando não é necessário, deixam de fazê-lo. Um exemplo deste fato é a proximidade das feiras da região, que influencia na produção de vários entrevistados, principalmente de jovens trabalhadores que moram com os pais, como mostra o extrato da entrevista:

> *Eu e minha irmã fizemos vários cursos lá no Bradesco. Quando tem feira aqui na região, a gente trabalha muito, faz muitas peças e vende tudo. Sai tudo. Ah, quando não tem feira a gente faz na medida que vai precisando de dinheiro (Egresso 24).*

Depois de participarem destes eventos, reduzem a quantidade de trabalho ao necessário. Porém, também se verificou em alguns casos, uma atividade constante e totalmente voltada para o mercado da região, até mesmo com venda ambulante das peças em outras cidades.

> *Eu faço as peças e saio pela cidade vendendo, saio mesmo. Quando aqui está difícil, muitas vezes pego ônibus e vou pra outra cidade aqui pertinho, levo tudo e vou vendendo no caminho, assim e vendo no mesmo dia. Depois volto e faço mais (Egresso 18)..*

Quando indagados acerca de outras opções de lugares para a realização de cursos similares, de uma forma geral, não houve depoimentos que mostrassem que outros agentes sociais tivessem expressão na região como provedores de cursos de geração de renda eficientes. Vários problemas dos demais atores sociais foram citados, principalmente a descontinuidade das políticas e a falta de qualidade, compromisso e verbas. Foram citados as igrejas, a Universidade Federal de São João Del Rei e a associação dos artesãos, mas todos os entrevistados afirmaram que os cursos “do Bradesco” eram melhores, como exemplificam os depoimentos abaixo:

> *Sempre tem na igreja, mas lá o curso parou, começou e parou. O da prefeitura não teve mais, não sei porque, foi a primeira vez e não teve mais. Só no Bradesco mesmo que tem sempre (Egresso 05)..*
>
> *Na igreja tem, mas é só uma vez por mês, e não tem comparação com os do Bradesco. No Bradesco é muito melhor, 2 semanas dá pra aprender muito mais (Egresso 27)..*
>
> *Eu já fiz pelo Senac, pela associação dos artesãos aqui de São João Del Rei, mas quando eu estava lá. Eu saí, porque eles selecionam grupinho de pessoas, gente que já ganha dinheiro com artesanato, tem gente que tem até fábrica. Artesão eu não sei, mas pelo que eu entendo artesão faz trabalho manual não é? Eles encaixam quem eles querem. Eles não ajudam, só atrapalham, porque o problema é ajudar o pequeno, e isso eles não fazem, eles ajudam quem já é conceituado. Artesãos mesmo são poucos, viu? Lá é misto, artesão mesmo é feito à mão, e o artesão precisa de ajuda, de aprender, de vender. Fiz também com a Unitrabalho (da Universidade de São João Del Rei), mas falaram que está faltando verba (Egresso 29)..*
>
> *A igreja oferece, mas não é igual porque é uma vez por semana, não tem aquela coisa certinha. Lá (na Fundação Bradesco) é mais certo, tem horário definido, certificado, sempre tem curso, não pára no meio, essas coisas. É melhor (Egresso 10)..*
>
> *Tem na igreja, mas é voluntário que ensina, eles não têm muita noção das coisas. A prefeitura não tem não (Egresso 23)..*
>
> *Olha, dos lugares que eu já fiz curso, o Bradesco ainda fica em primeiro lugar. Porque lá eles ensinam mesmo, os professores não têm medo de perder o mercado. No Senac tem professor mais assim com* ‘glamour’*, mas que não passa muita coisa direito (Egresso 11).*

Com relação às características dos alunos destes cursos, as entrevistas confirmam o que foi informado pela Fundação no segundo nível de análise. Existem várias faixas etárias, desde jovens de 18 anos até pessoas de 70 anos ou mais. A escolaridade também varia, desde o fundamental incompleto até o superior incompleto, com predominância de egressos que possuem entre o ensino fundamental incompleto e o médio incompleto. A maioria da amostra era composta por mulheres donas de casa, casadas e com filhos. A renda familiar informada pelos entrevistados se situou, na maioria dos casos, em uma faixa até R$1.000,00 mensais no máximo, sendo que em muitos casos, era de até R$500,00.

### **4.3.5** A avaliação do projeto social – os cursos de Educação Profissional Básica da Fundação Bradesco em São João Del Rei/MG

Para a realização da avaliação do projeto de geração de renda da Fundação Bradesco em São João Del Rei, foram criados alguns indicadores, os quais levaram em consideração aspectos importantes na realização do projeto, que, de acordo com a análise deste trabalho, formam um conjunto de dados eficaz para a avaliação. São cinco indicadores: percepções dos usuários do projeto; índice de oxigenação das turmas; índice de evasão das turmas; condições físicas do local onde funcionam os cursos e orçamento anual.

#### 4.3.5.1 1º indicador: As percepções dos usuários do projeto

O primeiro indicador é certamente um dos mais importantes. São as percepções pessoais dos usuários dos cursos, segundo relatado no terceiro nível de análise da pesquisa. Raros são os trabalhos de avaliação que levam em consideração a percepção direta do público-alvo dos projetos, e neste caso, se pretende contribuir neste sentido. Neste trabalho procurou-se tornar a comunidade participante um sujeito ativo no processo de avaliação.

Como já mostrado, de uma forma geral, o público-alvo está satisfeito com o projeto. A maioria dos entrevistados relatou que foi importante participar, que os cursos fizeram diferença real na geração de renda familiar, e que a instituição é importante no contexto social do qual faz parte.

Segundo os egressos, a Fundação oferece cursos gratuitos e úteis, que, em alguns casos, são responsáveis pela totalidade da renda de algumas famílias locais; e em outros, por parte dela. Nos casos em que não houve geração de renda, os egressos declararam ter sido por escolha pessoal de não trabalhar com a atividade de artesanato. O projeto ainda gera efeitos

subjetivos importantes, como a melhoria na auto-estima e em problemas de saúde de alguns entrevistados, além de favorecer a sociabilidade, por meio das amizades e parcerias de trabalho relatadas.

Comparativamente com outros atores sociais locais, como prefeitura, igrejas e outras organizações do Terceiro Setor, a Fundação Bradesco se destaca no oferecimento de possibilidades de geração de renda, segundo a percepção dos usuários do projeto. Além disso, cria um ambiente de desenvolvimento que valoriza e dignifica os participantes, motivando-os.

Este indicador aponta a percepção de resultados por parte dos usuários como bastante satisfatória.

#### 4.3.5.2 2º indicador: O índice de oxigenação das turmas

Este indicador foi criado a partir de uma percepção que surgiu primeiramente na entrevista com os gestores dos cursos em nível local, e que mais tarde foi confirmada durante a realização dos grupos focais com os alunos egressos.

Uma das indagações formuladas no segundo nível de análise foi com relação às metas e objetivos que a administração da Fundação em São Paulo cobrava das escolas em nível local. Como foi relatado, uma das metas prende-se à evasão dos cursos, que não deve ser superior a 10%. A outra meta cobrada pela Fundação é que os cursos de Educação Profissional Básica tenham boa procura, o que significa para a Fundação, turmas cheias, com cerca de 20 alunos.

Segundo a escola de São João Del Rei, existe um cuidado grande na fase de seleção dos alunos na constituição de turmas, para que não sejam oferecidas vagas a pessoas que possam vir a abandonar o curso durante seu andamento. Foi constatado que, em alguns casos, a Fundação convida alunos historicamente assíduos para a formação de turmas novas,

solucionando assim, o risco de evasão e ao mesmo tempo, preenchendo as turmas novas e atendendo a meta de procura pelos cursos, cobrada pela administração nacional.

Relatos dos alunos egressos mostraram que realmente em alguns casos, eles são convidados a participar de novas turmas. Isso pode significar uma preocupação com o alcance de metas internas da instituição que seja maior do que com a ampliação da atuação do projeto na comunidade, ou seja, o compromisso em preencher as turmas pode estar sendo maior do que o de ampliar o alcance do projeto para novos alunos.

Uma relação dos alunos egressos dos cursos entre abril de 2003 e abril de 2005 foi entregue pela Fundação para a realização desta pesquisa. Na relação, constam 739 certificados emitidos para os cursos de artesanato. Este total é formado por 482 pessoas, sendo que muitas delas fizeram vários cursos, totalizando os 739 certificados citados. Alguns alunos chegaram a fazer mais de dez cursos. Isso significa que cada aluno fez em média, 1,53 curso neste período, e significa que 34,78% de cada turma eram de alunos, digamos, veteranos. Em uma turma de 20 pessoas, 13 eram novos alunos e 7 eram ex-alunos, em média.

Não se quer aqui desmerecer o projeto, nem censurar o fato de os egressos participarem de mais de um curso, mesmo porque, segundo seus depoimentos, esta possibilidade é muito bem aceita. Este indicador objetiva mostrar possíveis problemas no preenchimento das turmas, fato que merece maior atenção por parte da Instituição, o qual pode estar sendo influenciado por três motivos principais: primeiro, a preocupação com a meta de preenchimento das turmas, que pode estar prejudicando a oxigenação, ou seja, a entrada de maiores níveis de novos alunos aos cursos; segundo, a política de divulgação dos cursos, que pode não estar sendo eficiente na captação de novas pessoas, conforme inclusive, alguns relatos de alunos egressos; e terceiro, o possível início da saturação do mercado de artesanato local, o que motivaria a criação de novas modalidades de cursos, até mesmo para o mercado formal.

4.3.5.3 3º indicador: O índice de evasão das turmas

Uma das preocupações da Fundação Bradesco com relação aos cursos de formação profissional diz respeito à evasão das turmas. Segundo a entrevista realizada no segundo nível de análise desta pesquisa, o percentual aceitável pela Fundação é de 10%, ou seja, de cada 10 alunos matriculados, nove devem concluir o curso. Os índices de evasão dos cursos de Educação profissional Básica em São João Del Rei apresentam resultado satisfatório, de acordo com a tabela 7.

**TABELA 7: Evasão dos alunos - Educação Profissional Básica São João Del Rei 2001-2004**

| Ano | Evasão |
|---|---|
| 2001 | 4,56% |
| 2002 | 6,31% |
| 2003 | 9,96% |
| 2004 | 6,87% |

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação Bradesco (2005)*

Nos últimos quatro anos, a evasão não chegou a 10%, embora tenha chegado perto em 2003. Porém, é preciso considerar o fato já citado de que a repetição de alunos nestes cursos favorece o índice, já que a Fundação geralmente prioriza egressos historicamente assíduos para evitar a evasão. Mesmo assim, considerando o índice de oxigenação das turmas, que relata que quase 35% dos alunos são veteranos, será considerado um índice de evasão médio dos últimos quatro anos, que foi calculado em 6,96%, a partir da tabela 7.

Este indicador aponta um resultado favorável, mostrando um índice de evasão dos alunos bem menor do que o limite máximo exigido pela Instituição.

#### 4.3.5.4 4º indicador: As condições físicas do local

As condições físicas de realização de um projeto social também são importantes na avaliação. Salas apertadas, quentes, sem ventilação, equipamentos obsoletos, cadeiras e mesas desconfortáveis podem ser problemas sérios para os usuários, acabando por prejudicar os resultados, a procura e a continuidade dos projetos. Porém, no caso da Fundação Bradesco de São João Del Rei este está longe de ser um problema.

As visitas à escola da Fundação permitiram constatar as excelentes condições físicas. O espaço reservado na Fundação para a realização dos cursos de Educação Profissional Básica é uma sala de 100m², 10 metros de comprimento por 10 metros de largura, aproximadamente. O espaço é chamado de “oficina pedagógica”, e conta com equipamentos necessários ao aprendizado das atividades profissionalizantes como cozinha completa e equipamentos de corte e costura. A sala é espaçosa, as cadeiras e mesas são novas e confortáveis, a iluminação é muito boa, o espaço é amplo e arejado. Os equipamentos utilizados nos cursos, como máquinas de corte e costura, fogões e demais peças de cozinha, encontram-se em ótimo estado de conservação. Existe ao lado da sala um almoxarifado, onde ficam armazenados os materiais e peças sendo produzidas pelos alunos enquanto participam dos cursos. As turmas se revezam na utilização do espaço, já que funciona normalmente em turnos de manhã, tarde e noite, sem horários cruzados. Não houve a percepção de alterações necessárias com relação às instalações físicas para o bom andamento do projeto.

Neste aspecto, todas as necessidades são plenamente atendidas. Os usuários contam com espaço, instalações e equipamentos de excelente qualidade para a realização dos cursos.

4.3.5.5 5º indicador: O orçamento anual

O orçamento anual também foi considerado um indicador importante, revelando a quantidade de recursos investidos na escola local e comparando-os com os recursos nacionais e com índices de inflação dos últimos anos. Seria mais adequado mostrar o orçamento específico dos cursos de Educação Profissional Básica neste indicador, mas a Instituição não tem este dado disponível. Por este motivo, foi utilizado o orçamento total da escola, para mostrar a linearidade do investimento social da instituição na cidade.

O percentual de participação da escola de São João Del Rei no orçamento anual da Fundação Bradesco tem se mantido estável, em cerca de 1,99%, o que mostra compatibilidade com o volume de alunos atendidos em nível local e nacional, pois a escola local atendeu 2.084 pessoas em 2004, de um total de 107.600 em nível nacional, o que corresponde a 1,94% dos alunos.

O volume de recursos investido é significativo, e tem crescido, mas seu crescimento não tem acompanhado a inflação no período. A tabela 8 mostra uma síntese destes dados:

**TABELA 8: Análise do orçamento anual local e nacional 2000-2005**

| Ano | Orçamento Escola de São João Del Rei (Total) | Variação percentual do orçamento anual (Local) | Percentual de participação no orçamento nacional | Orçamento Fundação Bradesco no Brasil | Variação percentual do orçamento anual (Nacional) | Inflação no Ano (IGPM / FGV) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **2000** | R$ 2.129.029,04 | - | 2,06% | R$ 103.400.000,00 | - | - |
| **2001** | R$ 2.226.768,88 | 4,59% | 1,99% | R$ 112.000.000,00 | 8,32% | 10,37% |
| **2002** | R$ 2.598.103,45 | 16,68% | 2,11% | R$ 123.300.000,00 | 10,09% | 25,30% |
| **2003** | R$ 2.682.302,10 | 3,24% | 1,94% | R$ 138.300.000,00 | 12,17% | 8,69% |
| **2004** | R$ 3.034.883,85 | 13,14% | 1,94% | R$ 156.600.000,00 | 13,23% | 12,42% |
| **2005 (Previsão)** | R$ 3.083.926,74 | 1,62% | 1,96% | R$ 157.600.000,00 | 0,64% | 5,00% |
| **Total** | **R$ 15.755.014,06** | **44,85%** | **1,99%** | **R$ 791.200.000,00** | **52,43%** | **77,43%** |

*Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fundação Bradesco (2005) e Fundação Getúlio Vargas (2005)*

Como mostra a tabela 8, foram investidos entre 2000 e 2005, mais de 15 milhões de reais em educação pela Fundação Bradesco na cidade de São João Del Rei, volume certamente significativo. Os índices de inflação medida pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado – da Fundação Getúlio Vargas mostram uma inflação acumulada entre 2001 e 2005, de 77,43%, sendo que a correção no orçamento nacional da Fundação foi de 52,43% e em nível local, de 44,85% no período. Por este motivo, pode ter ocorrido na realidade uma perda no volume de recursos reais neste período.

O volume investido mostra regularidade e consistência, sem grandes perdas ou diminuição de importância nos últimos anos, a não ser pela correção inferior à inflação. O fato de ter se mantido constante também no percentual de participação do orçamento nacional favorece o indicador.

Este indicador aponta regularidade nos investimentos e requer apenas atenção com relação à inflação no período, mas de forma geral, é positivo.

#### 4.3.5.6 A avaliação

O segmento de Educação Profissional Básica da Fundação Bradesco em São João Del Rei apresenta resultados bastante satisfatórios segundo a avaliação realizada. Os indicadores mostraram um projeto sólido e consistente, com um bom volume de recursos, boas instalações, baixo índice de evasão e depoimentos bastante positivos dos usuários. A Instituição se destaca na região como fonte de qualificação para o mercado informal, mais eficiente na percepção do público-alvo do que outros agentes sociais como ONGs, Igrejas ou mesmo o Poder Público. O projeto alcança resultados em termos de geração de renda para seu

público-alvo, além de gerar outros resultados sociais importantes, como apontado em alguns depoimentos relacionados à elevação da auto-estima e da criação de vínculos sociais na comunidade.

De forma geral, a avaliação é positiva. Porém, o projeto requer revisão em alguns pontos para que seja ainda mais bem sucedido. Entre eles o principal é a revisão das metas cobradas da escola pela administração da Fundação.

O índice de oxigenação das turmas aponta uma possível inadequação de políticas, que leva o projeto a repetir alunos de forma exagerada em alguns casos. Conforme foi relatado, alguns egressos fizeram mais de dez cursos. Talvez uma reformulação de metas possa ser implementada, priorizando, por exemplo, colher relatos com relação à geração de renda após um período determinado. Um acompanhamento de resultados por amostragem pode ser mais eficiente como medição de sucesso do que o preenchimento de turmas sem considerar a repetição de egressos em demasia, o que poderia ser evitado pela fixação de um percentual limite de alunos veteranos por turma.

A possível saturação do mercado de artesanato da região também foi identificada em alguns depoimentos. Houve relatos sobre a dificuldade na geração de renda devido ao elevado número de artesãos na cidade e regiões próximas. Outra dificuldade refere-se à articulação dos alunos recém qualificados com o mercado de trabalho. Neste caso, uma possível orientação sobre a colocação dos produtos no mercado seria bem vinda, mediante o estabelecimento de parcerias ou mesmo a intermediação da mão de obra qualificada com instituições locais que favorecessem a destinação do trabalho da comunidade. Seria interessante que a Fundação Bradesco estudasse a possibilidade de manter uma articulação formal com cooperativas, ONGs, ou mesmo associações de produtores para destinar a produção dos alunos ao mercado consumidor, talvez até mesmo via canais voltados para mercados fora da região e, mesmo, para o mercado externo. Outra sugestão é que a Instituição

estude a possibilidade de oferecer cursos voltados para outras áreas, variando as opções para a comunidade além do artesanato, que pode estar se tornando um campo saturado.

A divulgação dos cursos também apareceu como um possível problema, já que houve vários depoimentos relatando sua ineficiência. É necessário investir mais na comunicação com a comunidade para que as oportunidades sejam mais bem divulgadas e atinjam um maior número de pessoas, principalmente aquelas que ainda não são atendidas pela Instituição.

# 5 CONCLUSÕES

A Responsabilidade Social Empresarial tem recebido atenção nos últimos anos, tanto de estudiosos a favor quanto contra sua aplicação no mundo dos negócios. Variadas percepções no campo social foram incluídas neste trabalho para mostrar a ampla gama de visões sobre o tema, que possui virtudes, mas também limitações, como discutido no referencial teórico.

No Referencial Teórico foram trazidos os fatores que favoreceram a ascensão do tema, seus principais conceitos e práticas das empresas com relação à sua responsabilidade social, abordando seus diversos públicos, como: meio ambiente, acionistas, trabalhadores, clientes, fornecedores, governo e comunidade. Este último tem recebido bilhões de reais em investimento social privado por ano no Brasil.

Tal investimento social do empresariado não segue a mesma lógica do investimento financeiro e produtivo, que é marcado por profundas avaliações de viabilidade e resultados. Conforme visto no Referencial Teórico, as empresas de forma geral, não avaliam os resultados de sua iniciativa social. Este fato incentivou a realização deste estudo, que partiu da hipótese de que projetos sociais da iniciativa privada podem ser eficazes fatores de inclusão social.

Procurou-se estudar uma iniciativa social privada que tivesse como característica um histórico sólido e que não fosse fruto de modismos recentes, muitas vezes seguidos por algumas empresas, em busca de diferenciais competitivos. A Fundação Bradesco, por fazer parte de um grupo empresarial privado, por seu longo período de existência, pela amplitude de sua atuação no país e pelo volume de recursos aplicados na área social, foi a escolhida.

É admirável o esforço persistente e continuado da Instituição em contribuir para a educação no Brasil ao longo de seus mais de quarenta anos de existência. Importante ressaltar também a visão pioneira de seu fundador, que iniciou tais atividades décadas antes da RSE e de as ações sociais privadas se tornarem uma tendência corporativa como hoje são conhecidas no Brasil. O compromisso com objetivos mundiais da sociedade civil, como as metas do milênio da ONU, mostra preocupação com a sustentabilidade, tão enaltecida pela recente literatura. Apesar disso, a Instituição mantém atividades sociais há décadas, e ainda mostra algumas limitações, como a ausência de avaliação de seu projeto de geração de renda.

Neste trabalho, procurou-se criar uma metodologia de avaliação de projetos sociais baseada em autores experientes na questão, adequada para a realidade local, para permitir a obtenção de informações úteis tanto para o pesquisador quanto para a Instituição. Os indicadores criados para a avaliação levaram fortemente em consideração a percepção dos usuários da Instituição, público que geralmente não recebe a devida atenção por parte dos avaliadores de projetos, sendo, muitas vezes, mero destinatário das políticas sociais. Neste caso, procurou-se tornar o público-alvo um elemento ativo no processo de avaliação, prática escassa no campo social, segundo a literatura pesquisada.

Os resultados obtidos com a avaliação dos cursos de Educação Profissional Básica da Fundação Bradesco na cidade de São João Del Rei são de forma geral, bastante positivos. Porém, conforme relatado na avaliação do projeto, requer adequação de políticas e revisão nas metas cobradas pela Instituição, para que seus esforços encontrem maior ressonância na comunidade. A avaliação, contudo, não indicou existir a necessidade de alterações de difícil implementação para gerar melhor impacto social. As sugestões oferecidas foram mais fortemente marcadas por necessidades de readaptações internas e revisão em algumas práticas. A implementação da avaliação como um processo contínuo para o projeto também é

uma sugestão muito importante para que a Instituição possa melhor calcular a direção de seus esforços e adotar as políticas mais adequadas para os resultados que deseja alcançar.

A relação da Fundação Bradesco com a comunidade pesquisada é muito boa, tanto na visão da Instituição quanto dos alunos egressos. Sua atuação na comunidade é muito bem aceita e gera resultados sociais que ultrapassam os limites da geração de renda em muitos casos, conforme relatado anteriormente. A vinculação do nome do Bradesco à sua iniciativa social ficou evidente, bem como sua superioridade com relação a outros atores sociais como ONGs e o próprio Poder Público, no oferecimento de oportunidades de formação para geração de renda, segundo os usuários do projeto analisado. O orçamento destinado pela Fundação à educação na cidade é certamente significativo e linear, embora não tenha acompanhado a evolução do orçamento nacional da Instituição e a correção inflacionária do período analisado. Dentre as principais sugestões, estão: reformulação da divulgação dos cursos, que indica certa ineficiência; e articulação com outras organizações para escoamento da produção artesanal do público-alvo para mercados consumidores.

O movimento em torno da Responsabilidade Social Empresarial ainda mantém certo distanciamento entre discurso e prática de uma forma geral. Porém, como relatado neste trabalho, algumas empresas no Brasil têm sido pioneiras neste movimento, e inspiram respeito pelo tema, na medida em que mantém ações de volume e importância para comunidades locais.

O ingresso da iniciativa privada no campo social vem, muitas vezes, cercado de crítica, alicerçada em uma visão que parte do pressuposto do interesse puramente mercadológico e lucrativo das empresas que adotam práticas de RSE. Certamente, as empresas não podem e não devem perder de vista os objetivos em termos de retorno financeiro e de lucratividade de suas atividades. É da natureza da iniciativa privada buscar lucros e remuneração para o capital investido nos negócios. O mesmo não se pode dizer dos

negócios cercados pelo desrespeito ao ser humano e ao meio ambiente. Entretanto, se tais atividades forem delineadas por práticas gerenciais marcadas por uma ética e visão socialmente responsável, por uma disseminação de valores de inclusão social e respeito pelo ser humano, e por um compromisso com a sustentabilidade, certamente o mercado pode contribuir para uma sociedade mais próspera, principalmente em países em desenvolvimento. Tal visão parece ser compartilhada por organizações como a ONU, que vem mantendo esforços pela adesão das empresas em metas sociais mundiais, mediante iniciativas como o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Aguardar que o Estado assuma a totalidade das ações sociais, especialmente em países de fortes desigualdades como o Brasil, não parece a melhor opção. Porém, um modelo de maior coordenação por parte do Poder Público na articulação dos recursos presentes nos setores não-governamentais, poderia trazer resultados mais concretos para a sociedade, em termos de melhorias na qualidade de vida de grandes parcelas da população.

Conforme relatado neste trabalho, quando os significativos recursos empresariais privados se alinham com objetivos coordenados da sociedade organizada, muito têm a contribuir. Neste sentido, o auxílio das Ciências Sociais no estudo destes esforços e possibilidades é de grande valor.

O papel de complementaridade da iniciativa privada na prestação de serviços sociais poderia ser mais bem explorado pelas esferas governamentais. A ação estatal na área social é necessária, e não se quer aqui sugerir sua substituição ou negação, mas sim indicar a possibilidade de contribuição do setor privado, dotado de significativos recursos, e que, recentemente, passou a mostrar interesse em contribuir na área social.

Se o Estado mostrasse maior interesse em se colocar como indutor e coordenador destes esforços da iniciativa privada, maior eficiência poderia ser alcançada na ação social empresarial, e muitas outras ações poderiam ser colocadas em benefício da sociedade. Este

estudo indicou uma fraca atuação do Poder Público na cidade de São João Del Rei nas políticas de geração de renda para a comunidade, o que sugere uma necessidade de maior capacitação das prefeituras do interior do Estado, por parte do governo estadual, para que possam entender e tirar proveito de oportunidades de parceria e desenvolvimento social perante o setor privado.

Portanto, a baixa eficiência estatal na coordenação destes esforços e a ausência de avaliação dos projetos sociais empresariais são problemas a serem enfrentados. Diante de tal cenário, um volume considerável de recursos privados pode estar sendo mal aplicado em ações sociais atualmente existentes no Brasil, o que, felizmente, não parece ser o caso deste estudo.

**REFERÊNCIAS**


ANDRADE, Juliana Oliveira. **Avaliação de um programa social da Fundação Belgo***:* um estudo de caso de uma parceria público-privada no município de João Monlevade-MG. 119 p. Dissertação. Mestrado Profissional em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, datilo. Disponível em www.pucminas.br, 2004.

ARRETCHE, Marta T.S. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State***:* teorias explicativas. BIB, Rio de Janeiro, nº39, p. 3-40, 1995.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

AUSTIN, James; HERRERO, Gustavo; REFICCO, Ezequiel. La nueva ruta: alianzas sociales estratégicas. **Harvard Business Review América Latina**, Dezembro de 2004, São Paulo, p.43-56, 2004.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Fundação João Pinheiro**. Disponível para *download* em www.fjp.gov.br, acessado em 01/05/2004.

BAUMANN, Renato. Uma visão da globalização. In: BAUMANN, R. (Org) **O Brasil e a economia globa***l*. Rio de Janeiro: Campus, p.33-51, 1996.

BITTENCOURT, Epaminondas; CARRIERI, Alexandre. Responsabilidade Social Empresarial: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **RAE, vol.45,** p.10-22, 2005.

BVQI **Bureau Veritas Quality International**. Disponível em www.bvqi.com.br, acessado em 20/11/2004.

CAMARGO, Mariângela Franco de. *et.al*. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. **Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio***:* estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira. Petrópolis: Vozes, IRT, PUC Minas, 2001.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de; NEVES, Magda Almeida; JAYME, Juliana Gonzaga. Setor Informal: abrigo para o trabalho infantil. In: **Trabalho infantil: a infância roubada**. MARQUES; M.A., NEVES, M.A.; CARVALHO NETO, A. (Orgs), p.79-98. Belo Horizonte, PUCMinas, 2002.

CHARMES, Jacques. O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização. **Ensaios FEE, v. 18, n.2**, p.64-99, Porto Alegre, 1997.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DRAIBE, Sônia M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Ciências sociais hoje**. São Paulo; Vértice. ANPOCS, 1989.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare state, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **RCBS, nº06**, v.05, 1988.

DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do *welfare state*: a urgência de um novo pacto. In: PEREIRA, Luiz C. Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. (Org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova, nº35**, p.73-111, 1995.

ETHOS – **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**. Disponível em www.ethos.org.br, acessado em 27/05/2005.

FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais. **Empresas e responsabilidade social***:* um estudo sobre as ações sociais realizadas pelo setor privado em Minas Gerais, 2000.

FALCONER, Andres Pablo; VILELA, Roberto. **Recursos privados para fins públicos as grantmakers brasileiras**. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, São Paulo: Peirópolis, 2001.

FARIA, Carlos A. Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos do estado de bem estar social. **BIB nº46**, Rio de Janeiro, p. 39-71, 1998.

FUNDAÇÃO BRADESCO. Disponível em www.fb.org.br, acessado em 01 de Novembro de 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em www.fgv.br, acessado em 01 de Novembro de 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do ouro** – campo das vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João Del Rei, 1982.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Disponível em www.gife.org.br, acessado em 15/04/2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais***:* paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GRAJEW, Oded. Negócios e responsabilidade social. In: ESTEVES, Sérgio A.P. (org). **O dragão e a borboleta**: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

HUGON, Phillipe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaios FEE, v.18, n.2,** p.32-63. Porto Alegre, 1997.

**IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em www.ibase.org.br, Acessado em 15/06/2005.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 10/06/2005.

**ISEA** – Institute of Social and Ethical Accountability. Disponível em www.accountability.org.uk Acessado em 22/06/2005.

KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, Evelyn *et.al*. **Terceiro setor***:* desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO, 2001.

LIMA, Marirone Carvalho. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios entre elas e o Terceiro Setor. In: Instituto Ethos. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

MACHADO, Ana Flávia; MACHADO, Danielle Carusi. Análise de dois setores no mercado de trabalho*:* efeitos do Plano Real. **Revista de Economia Política**, v.18, nº04, 1998.

MARINO, Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINELLI, A.C. Empresa cidadã: visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. (Org). **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1997.

McINTOSH, Malcom *et.al*. **Cidadania corporativa***:* estratégias bem sucedidas para empresas responsáveis. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Texto para discussão nº852. **IPEA**, Brasília, 2001.

MELO, Hildete Pereira; TELLES, Jorge Luiz. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. **VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. São Paulo, ABET, 1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial***:* a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social***:* crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

NABUCO, M.R. A reestruturação industrial e seus efeitos sobre a divisão internacional do trabalho. In: CARLEIAL, L. & NABUCO, M.R. (Orgs) **Transformações na divisão interregional do trabalho no Brasil**. Fortaleza: ANPEC, p.87-112, 1989.

**Organização das Nações Unidas - ONU**, disponível em www.onu-brasil.org.br, acessado em 30/04/2005, 2005.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura (Org). **Reinventar a emancipação social**: para novos manifestos. p. 375-418, 2002.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. **Bondade ou interesse?** Como e porquê as empresas atuam na área social. Brasília: IPEA, 2001.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. **A iniciativa privada e o espírito público**: um retrato da ação social das empresas no Brasil. Brasília: IPEA, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. Entre o público e o mercado: o público não estatal. In: **O público não estatal na reforma do Estado**. CLAD, 1998.

**Pesquisa Ação Social das Empresas**. 2. ed. Resultados da Primeira Etapa. IPEA, Dezembro de 2004. Disponível em www.ipea.gov.br Acessado em 18/05/2005.

SAI – **Social Accountability International**. Disponível em www.cepaa.org, acessado em 20/05/2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SASSEN, S. A cidade global. In: LAVINAS, L. CARLEIAL, L. NABUCO, M.R. (Orgs) **Reestruturação do espaço urbano e regional do Brasil. ANPUR**, Hucitec, p.187-202, 1993.

SILVA, Hélio Eduardo da; OLIVO, Silvio. Crédito e financiamento para a criação de pequenos negócios no Brasil: análise institucional e proposições de mudanças. In: SIQUEIRA, C. A. (Org). **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

SILVA, Maria Luiza Falcão. Plano Real e âncora cambial. **Revista de Economia Política, v.22, nº03 (87),** 2002.

SNIU – **Sistema Nacional de Indicadores Urbanos**. Disponível para *download* em www.ibge.gov.br, acessado em 05/10/2005. 2005

SOARES, Rinaldo Campos. **Empresariedade e ética***:* o exercício da cidadania corporativa. São Paulo; Atlas, 2002.

SOBOTTKA, Emil A. **A utopia político-emancipatória em transição:** movimentos sociais viram ONG's que viram terceiro setor. Teoria e Sociedade, nº11, p.48-65, 2003.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**: Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TELES, Vera da Silva. **Direitos Sociais***:* afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos. **O terceiro setor como utopia modernizadora da provisão de bens e serviços sociais:** dilemas, armadilhas e perspectivas no cenário brasileiro. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Gestão de Cidades) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em www.pucminas.br, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Responsabilidade social empresarial***:* teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

UNIDO – United Nations Industrial Development Organization. **Corporate social responsibility***:* implications for small and medium enterprises in developing countries. Disponível em www.unido.org**.** Acessado em 17/04/2005, 2002.

# ANEXOS

# ANEXO A

## RELAÇÃO DAS ESCOLAS DA FUNDAÇÃO BRADESCO NO BRASIL

**Região Norte:**

**Unidade Escolar Boa Vista, RR**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. Carlos Pereira de Melo, 429 - Jardim Floresta - Boa Vista, RR - CEP 69310-000
Tel. (95) 628-5556
**Unidade Escolar Canuanã, TO**
Colégio Dr. Dante Pazzanese
Fazenda Canuanã - Município Formoso do Araguaia, TO - CEP 77470-000
Telefax: (63) 3339-1000
**Unidade Escolar Cacoal, RO**
Escola de Educação Básica e Profissional Antônio Sanchez de Larragoiti Y Curdumi
Travessa Ouro, 160 - Bairro Cristal do Arco Íris - Cacoal, RO - CEP 78975-000
Tel. (69) 3441-2838 - Fax: (69) 441-5126
**Unidade Escolar Conceição do Araguaia, PA**
Escola de Educação Básica e Profissional Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho
Av. Couto Magalhães, 2.165 - Setor Universitário - Conc. do Araguaia, PA - CEP 68540-000
Tel. (94) 3421-1694 - Fax: (94) 3421-1912
**Unidade Escolar Macapá, AP**
Escola de Educação Básica e Profissional Governador Janary Gentil Nunes
Av. B-1, 110 - Vila Amazonas - Santana, AP - CEP 68925-000
Tel. (96) 281-3034 - Fax: (96) 281-2015
**Unidade Escolar Manaus, AM**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
R. 5, 75 - Bairro Alvorada II - Manaus, AM - CEP 69043-070
Tel. (92) 238-7434 - Fax: (92) 656-5780
**Unidade Escolar Paragominas, PA**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. Presidente Vargas, 300 - Angelim - Paragominas, PA - CEP 68625-130
Tel. (91) 3729-3485 - Fax: (91) 3729-3916
**Unidade Escolar Rio Branco, AC**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Estrada do Calafate, 100 - Bairro Floresta - Rio Branco, AC - CEP 69905-800
Tel. (68) 3225-0203 - Fax: (68) 3225-0216

**Região Nordeste:**

**Unidade Escolar Caucaia, CE**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. Dom Almeida Lustosa, 585 - Bairro Parque Tabapuá - Caucaia, CE - CEP 61650-000
Tel. (85) 3285-1321 - Fax: (85) 3285-1135
**Unidade Escolar Feira de Santana, BA**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco - Extensão Feira de Santana
Rodovia Feira de Santana - Serrinha - Distrito de Maria Quitéria
Feira de Santana, BA - Caixa Postal 270 - CEP 44001-970
Tel. (75) 3226-1222 - Fax: (75) 3226-1249
**Unidade Escolar Garanhuns, PE**
Escola de Educação Básica e Profissional Profª Valentina de Oliveira Figueiredo - Extensão Garanhuns, PE
Rodovia PE 218, Km 4 - Fazenda Canhotinho - Sítio Mandaú - Garanhuns, PE
Caixa Posta: 154 - CEP 55290-000 - Telefax: (87) 3762-5242
**Unidade Escolar Irecê, BA**
Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt
R. Fundação Bradesco, 466 - Irecê, BA - CEP 44900-000
Tel. (74) 3641-2146 - Fax: (74) 3641-2738

**Unidade Escolar Jaboatão, PE**
Escola de Educação Básica e Profissional Profª Valentina de Oliveira Figueiredo
Av. Dr. Manoel Carneiro Leão, s/nº - Bairro Dois Carneiros - Jaboatão, PE
CEP 54280-530 - Tel. (81) 3251-0785 - Fax: (81) 3251-0993
**Unidade Escolar João Pessoa, PB**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
R. Mariângela Lucena Peixoto, 683 - Bairro Conjunto Valentina Figueiredo - João Pessoa, PB
CEP 58063-300 - Tel. (83) 3237-8431 - Fax: (83) 3237-8432
**Unidade Escolar Maceió, AL**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. Presidente Vargas, s/nº - Serraria - Maceió, AL - CEP 57045-140
Tel. (82) 241-3323 - Fax: (82) 241-5338
**Unidade Escolar Natal, RN**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
R. Antônio Trigueiro, 500 - Felipe Camarão - Natal, RN - CEP 59074-100
Tel. (84) 3205-8180 - Fax: (84) 3205-8181
**Unidade Escolar Pinheiro, MA**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. Projetada s/nº - Bairro Aeroporto - Pinheiro, MA - CEP 65200-000
Tel. (98) 3381-1823 - Fax: (98) 3381-1336
**Unidade Escolar Propriá, SE**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. João Barbosa Porto, 2.104 - Centro - Propriá, SE - CEP 49900-000
Tel. (79) 3322-1875 - Fax: (79) 3322-2299
**Unidade Escolar Salvador, BA**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Via Coletora 4, s/nº - Subdistrito de Pirajá - Bairro Cajazeiras 10 - Salvador, BA
CEP 41330-050 - Tel. (71) 3395-1652 - Fax: (71) 3395-1826
**Unidade Escolar São Luís, MA**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. dos Africanos, s/nº - Coroadinho - São Luís, MA - CEP 65031-410
Tel. (98) 3243-5642 - Fax: (98) 3243-1830
**Unidade Escolar Teresina, PI**
Escola de Educação Básica e Profissional Embaixador Espedito de Freitas Resende
R. 31, s/nº - Conjunto Habitacional Dirceu Arco Verde I - Bairro Dirceu Arco Verde I
Teresina, PI - CEP 64055-670 - Tel. (86) 236-2001 - Fax: (86) 236-2000

**Região Centro-Oeste**

**Unidade Escolar Aparecida de Goiânia, GO**
Colégio Fundação Bradesco
R. L16, esquina com a Av. J2 - Aparecida de Goiânia, GO - CEP 74980-000
Tel. (62) 284-7711 - Fax: (62) 284-7869
**Unidade Escolar Bodoquena, MS**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Rodovia BR 262 - Estação de Guaycurus - Fazenda Bodoquena - Miranda, MS
CEP 79380-000 - Tel. (67) 242-5001 - Fax: (67) 242-5004
**Unidade Escolar Ceilândia, DF**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
QNN - Área Especial L - Cidade Satélite Ceilândia, DF - CEP 72220-280
Tel. (61) 471-6442 - Fax: (61) 372-6059
**Unidade Escolar Cuiabá, MT**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. José Torquatro, 95 - Jardim Vitória - Cuiabá, MT - CEP 78055-000
Tel. (65) 641-3000 - Fax: (65) 641-1181

**Região Sudeste**
**Unidade Escolar Campinas, SP**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Estrada Velha de Indaiatuba, km 3,5 – Campinas, SP - CEP 13012-970

Tel. (19) 3268-3465 - Fax: (19) 3268-3465
**Unidade Escolar Itajubá, MG**
Escola de Educação Básica e Profissional Profª Maria Antonieta Carneiro de Mello
Av. Poços de Caldas, 1058 - Bairro Distrito Industrial - Itajubá, MG - CEP 37500-000
Tel. (35) 3623-1988 - Fax: (35) 3623-1282
**Unidade Escolar Marília, SP**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
Av. Benedito Alves Delfino, s/nº - Palmital - Marília, SP - CEP 17512-040
Tel. (14) 3425-1444 - Fax: (14) 3425-1555
**Unidade Escolar I Osasco, SP**
Escola de Ensino Médio e Educação Profissional e de Jovens e Adultos Embaixador Assis Chateaubriand
Cidade de Deus, s/nº - Vila Yara - Osasco, SP - CEP 06029-900
Tel. (11) 3684-2556 - Fax: (11) 3684-5577
**Unidade Escolar II Osasco, SP**
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Embaixador Assis Chateaubriand
Praça Pedro Salgado, s/nº - Vila Campesina - Osasco, SP - CEP 06029-900
Tel. (11) 3684-4343 - Fax: (11) 3684-2717
**Unidade Escolar Osasco, SP**
Escola de Educação Básica Fundação Bradesco
R. João Terto dos Santos s/nº - Jardim Conceição - Osasco, SP - CEP 06145-240
Tel. (11) 3694-0496 - Fax: (11) 3605-9188
**Unidade Escolar Rio de Janeiro, RJ**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
R. Haddock Lobo, 253 - Bairro Tijuca - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20260-131
Tel. (21) 2503-1664 - Fax: (21) 2284-1604
**Unidade Escolar Registro, SP**
Escola de Educação Básica e Profissional "Fundação Bradesco"
R. Choichi Ono, 1000 - Vila São Francisco - Registro, SP - CEP 11900-000
Tel. (13) 3821-3173 - Fax: ramal 225
**Unidade Escolar São João Del Rei, MG**
Escola de Educação Básica e Profissional Dona Sinhá Neves
R. Amador Aguiar, 100 - Conjunto Habitacional Presidente Artur Costa e Silva - Centro
São João Del Rei, MG - CEP 36302-162
Tel. (32) 3371-5603 - Fax: (32) 3371-5616
**Unidade Escolar Vila Velha, ES**
Escola de Educação Básica e Profissional Dr. Ronaldo Young Carneiro da Rocha
Rodovia Darly Santos, s/nº - Araçás - Vila Velha, ES - CEP 29103-200
Tel. (27) 3339-0377 - Fax: (27) 3339-8390

**Região Sul**

**Unidade Escolar Bagé, RS**
Colégio Presidente Emílio Garrastazu Médici
R. Cantalício Barbosa, 670 - Bagé, RS - CEP 96402-010
Tel. (53) 3242-9294 - Fax: (53) 3242-3281
**Unidade Escolar Gravataí, RS**
Colégio Fundação Bradesco
R. Aristides Davila, 390 - Parque dos Anjos - Gravataí, RS - CEP 94000-970
Tel. (51) 488-1697 - Fax: (51) 488-2479
**Unidade Escolar Laguna, SC**
Escola de Educação Básica e Profissional Profª Adélia Cabral Varejão
R. São Pedro, 221 - Bairro Magalhães - Laguna, SC - CEP 88790-000
Tel. (48) 644-0503 - Fax: (48) 644-0465
**Unidade Escolar Paranavaí, PR**
Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco
R. Luiz Zaros, 600 - Jardim Ipê - Paranavaí, PR - CEP 87706-390
Tel. (44) 423-3225 - Fax: (44) 423-1004
**Unidade Escolar Rosário do Sul, RS**
Rodovia BR 158, Km 478 - Rosário do Sul, RS - Caixa Postal 129 - CEP 97590-000
TeleFax: (55) 506-2047

# ANEXO B

# ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTOR DA FUNDAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL

1) Qual a relação da Fundação com a Organização Bradesco?
2) Como e por quem são definidas as ações da Fundação?
3) Porque a FB foi criada?
4) Qual é seu papel dentro da Organização Bradesco?
5) Como o Bradesco vê a Responsabilidade Social Empresarial hoje? É papel das empresas criar ações sociais e porquê?
6) Quais são as vantagens na percepção do Bradesco em ser socialmente responsável?
7) Onde fica o papel do Estado?
8) A FB se utiliza de incentivos fiscais em que medida?
9) O Bradesco tem outras atividades de Responsabilidade Social Empresarial, como para o público interno, de transparência na gestão (relatos sociais e éticos, etc), ou se mantém mais nas políticas externas (para comunidades)?
10) A FB depende de quê para continuar suas atividades? Pode ser extinta no curto prazo?
11) Os gestores da FB são os mesmos da Organização Bradesco?
12) Qual a relação da FB com as esferas governamentais (prefeitura, estado e governo federal)?
13) Existe vínculo das atividades da FB com metas e políticas governamentais?
14) Existe parceria com o Estado em algum nível?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORA DOS CURSOS EM NÍVEL LOCAL

1) Quais são os objetivos dos cursos de Educação Profissional Básica?
2) Como são selecionados os alunos para estes cursos?
3) Qual é o perfil dos alunos destes cursos?
4) Porque a maioria são mulheres?
5) Como são escolhidos os cursos ministrados?
6) Existe avaliação de resultados dos projetos?
7) Quem define o programa dos cursos?
8) Quais são os resultados cobrados pela Fundação com relação aos cursos de Educação Profissional básica?
9) Qual é a relação com a Prefeitura de São João Del Rei com relação aos cursos de Educação Profissional Básica? E com relação à Fundação de forma geral? Existe alguma parceria, complementaridade?
10) Qual a relação da Fundação com a comunidade?
11) Existe divulgação dos cursos, propaganda, comunicação, etc?
12) Existem outros programas similares na região desenvolvidos por ONG´s, pela Prefeitura ou outros agentes na educação profissional básica?
13) Porque a Fundação escolheu São João Del Rei para instalar a escola?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – ALUNOS EGRESSOS

1) Como você ficou sabendo dos cursos da FB?
2) Qual curso você fez?
3) O que foi solicitado para você ser matriculado no curso?
4) Você já tinha conhecimentos no assunto do curso? Quais? Já trabalhava com isso?
5) Quanto tempo durou o curso que você participou? O foi solicitado/exigido?
6) O que você aprendeu no curso?
7) Fale das coisas boas e ruins do curso que você participou.
8) Fez alguma diferença para você? No seu trabalho? Como?
9) Você trabalha hoje com a atividade do curso que fez? Porque?
10) O curso te ajudou a ter uma renda melhor? Porquê/Como?
11) Faltou ensinarem alguma coisa?

12) Você se interessou por mais alguma atividade da FB?
13) Valeu a pena ter feito o curso na FB?
14) Você tinha outras opções de lugares para fazer este tipo de curso, prefeitura, associações, etc?
15) O que mudou na sua vida depois do curso?
16) Você tem alguma sugestão para melhorar os resultados dos cursos da FB?
17) O curso é adequado para sua realidade?
18) Qual sua escolaridade? Renda? Idade? Estado civil? Situação familiar? Moradia? É chefe de família?

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:


Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo